

Cultura e Atualidade

Antonio Albino Canelas Rubim

Organizador



Cultura e Atualidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-Reitor

Francisco Mesquita



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa



CULT - CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Cultura e Atualidade

Antonio Albino Canelas Rubim

Organizador

saladeaula 2

EDUFBA
Salvador, 2005

©2005, by autores
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito Legal.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa
Alana Gonçalves de Carvalho

Preparação de Originais e Revisão de Texto
Tania de Araújo Bezerra
Magel Castilho de Carvalho

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa – UFBA

C968 Cultura e atualidade / Antonio Rubim organizador. - Salvador : EDUFBA, 2005.
166 p. – (Saladeaula ; 2).

ISBN 85-232-0341-9

1. Etnicismo. 2. Identidade social. 3. Inclusão social. 4. Mídia digital.
5. Homossexuais. 6. Globalização. I. Rubim, Antonio Albino Canelas.

CDU – 316.35

CDD – 305.8

EDUFBA
Rua Barão de Geremoabo, s/n
Campus de Ondina, Salvador-BA
CEP 40170-290
Tel/fax: (71) 3263-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Sumário

Apresentação do livro... 7

Sobre os autores... 9

Espetáculo... 11

Antonio Albino Canelas Rubim

Etnicidade... 29

Renato da Silveira

Guys, lésbicas e simpatizantes - GLS... 49

Maurício Tavares

Globalizações... 61

Goli Guerreiro e Nadja Vladi

Identidades... 77

Milton Moura

Inclusão social, pobreza e cidadania... 93

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Mercado mundial... 109

Carlota Gottschall

Mídia... 121

Leandro Colling

Mundo digital... 133

Marcos Palacios

Violência... 153

Suzana Varjão

Apresentação

do Livro

Este livro pretende ser uma espécie de mapa de constelações temáticas e terminológicas que sirva para facilitar a compreensão da atualidade, em especial de sua dimensão cultural. O conhecimento da atualidade é hoje essencial para quem quer viver, trabalhar e/ou ter uma participação cidadã da sociedade contemporânea. Este conhecimento interessa a todas as pessoas que desejam estar sintonizadas e atentas ao complexo mundo atual. Nada mais natural que o livro esteja incluído em uma coleção como a *Sala de Aula*, pois ele importa, didática e existencialmente, aos estudantes das mais diversas áreas disciplinares e multidisciplinares, em particular aqueles que buscam decifrar os movimentos e os mistérios da contemporaneidade.

A constelação de termos e temas teve a sua escolha orientada pela presença constante deles em conversas cotidianas; textos e falas da mídia; debates acadêmicos; estudos científicos; discursos políticos etc. Enfim, pela persistência destas temáticas e palavras na cultura e nas linguagens que conformam a contemporaneidade. Além deste critério da presença, uma segunda diretriz iluminou a escolha, a proximidade com o campo da cultura, entendido, em uma concepção ampla, como dimensão societária que reúne: práticas, comportamentos, estilos de vida, manifestações, saberes, modos de conhecimento, formas expressivas e valores sociais. Assim, este livro trata assuntos como: espetáculo; etnicidades; gays, lésbicas e simpatizantes; globalizações; identidades; inclusão social, pobreza e cidadania; mercado mundial; mídia; mundo digital e violência.

Certamente outras constelações temáticas e conceituais podem ser também organizadas, orientadas por e para outras esferas societárias, mas a envergadura física e a concepção editorial deste livro não comportariam todo este conjunto de textos. Talvez isto possa sugerir a

continuidade do projeto editorial *Atualidade*, através de novos livros que privilegiem a compreensão de outras esferas do contemporâneo, como *Política e Atualidade*, *Economia e Atualidade* etc. Deste modo, teríamos um mapa bastante rico dos textos que configuram a contemporaneidade.

Para a realização deste livro foram mobilizados dez estudiosos especializados nos temas e termos selecionados. Todos eles têm algum vínculo com a UFBA. Na sua maior parte, os autores são membros do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, ambos instalados na Faculdade de Comunicação da UFBA. Aliás, foi o CULT que imaginou o projeto editorial do livro *Cultura e Atualidade*, agora publicado pela EDUFBA na *Coleção Sala de Aula*.

Antonio Albino Canelas Rubim
Organizador

Sobre os autores

Antonio Albino Canelas Rubim

Professor Titular e Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Doutor em Sociologia pela USP. Pesquisador do CNPq. Ex-Presidente da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS. Membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA.

Carlota de Sousa Gottschall

Graduada em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Comunicação Social e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professora da Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA. Assessora Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Goli Guerreiro

Doutora em Antropologia pela FFLCH/ USP. Professora da UNIFACS. Coordenadora do Núcleo Humanidades das Faculdades Jorge Amado. Membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Sociologia pela USP. Foi Coordenadora de Pesquisa da PRPPG e membro da Diretoria e Comissões Acadêmicas da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Bolsista do CNPq.

Leandro Colling

Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Professor da Faculdade Social da Bahia. Membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA.

Marcos Palacios

Jornalista. Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Ph.D em Sociologia pela University of Liverpool, Inglaterra. Um dos idealizadores do Centro de Estudos em Cibercultura da Faculdade de Comunicação da UFBA e do Projeto Sala de Aula de Educação à Distância. Um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa em Jornalismo *On-line* da FACOM.

Maurício Nogueira Tavares

Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.. Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Coordenador do Curso de Graduação em Comunicação da UFBA.

Milton Moura

Professor e Pesquisador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Nadja Vladi

Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Editora do *Caderno Dez!* do jornal *A Tarde*. Professora do Curso de Comunicação das Faculdades Jorge Amado e da Faculdade Social da Bahia.

Renato da Silveira

Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Doutor em Antropologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Pós-Doutorado pelo Centro de Antropologia dos Mundos Contemporâneos de Paris. Membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/ UFBA.

Suzana Varjão

Bacharel em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Movimento Estado de Paz – uma Ação pela Vida (MEP). Coordenadora do Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre Comunicação e Violência. Membro do Grupo Dinamizador do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV).

Espetáculo

Sociedade do espetáculo, espetacularização, espetacularidade, mega-eventos, celebrações, comemorações, visibilidade, mídia, entretenimento, lazer, turismo, esporte, sociedade de consumo, contemporaneidade.

Antonio Albino Canelas Rubim
rubim@ufba.br

As noções “espetáculo, espetacular, espetacularização e sociedade do espetáculo” são hoje expressões corriqueiras nos meios acadêmicos e mesmo na vida cotidiana. Desde a caracterização da atualidade, como *La société du spectacle* por Guy Debord, em 1967, a expressão espetáculo e afins não parou de se difundir e ganhar usuários¹. Tais noções têm sido utilizadas fartamente para designar e “entender” inúmeros fenômenos do contemporâneo. Por exemplo, fala-se em esporte espetacular, em política espetacularizada, em religião espetáculo, em uma vida na sociedade do espetáculo: enfim, que hoje tudo se tornou um imenso espetáculo. A expressão espetáculo e as noções dela derivadas ocupam um lugar significativo no imaginário contemporâneo. Cabe, por conseguinte, buscar discutir crítica e rigorosamente o seu sentido.

Por um conceito de espetáculo

Indo às origens: *spetaculum*, raiz semântica (latina) de espetáculo, tem como significado tudo que atrai e prende o olhar e a atenção. Recorrendo ao dicionário, três outras acepções de sentido podem ser enumeradas: representação teatral; exibição esportiva, artística etc. e cena ridícula ou escândalo. De qualquer modo, todas elas implicam em uma visão atenta a uma circunstância, em uma relação entre espectador e evento, que chama a atenção e prende o olhar. Em todos os casos, a interação evento-espectador se afirma e o sentido do olhar comparece como privilegiado.

Jesus Requena (1988) faz uma preciosa investigação do uso e da participação dos sentidos na construção do espetáculo. Conforme esse autor, o gosto, o olfato e o tato possuem um vínculo estreito com territorialidade e intimidade, inviabilizando a necessária distância e o estranhamento requisitado como constitutivos da possibilidade do espetáculo. Já a audição peca pelo excesso de distanciamento. A mera utilização do ouvido apenas garante uma possibilidade de intuir a existência de um espetáculo que se realiza ao longe. Somente em associação com o olhar, o ouvido permite acesso ao espetacular. A visão, pelo contrário, afirma-se como o sentido condutor, por excelência, do espetáculo. “O olhar se nos apresenta então, em todos os casos, como o sentido rei, como aquele sobre o qual o sujeito de constitui em espectador” (REQUENA, 1988, p. 57).

Esse corpo que chama a atenção conforma-se como um ato, um evento social e, excepcionalmente, natural. Mas de uma natureza carregada de sentido e memória culturais, como, por exemplo, um pôr-do-sol, chamado de “espetacular”. Mas a esse objeto exibido exige-se movimento, trabalho que prenda o

olhar do espectador e institua a relação espetacular. Tal interação processa-se através de uma “dialéctica” de sedução e desejo. Jesus Requena, por exemplo, observa:

Um olhar, uma distância, um corpo que se exhibe afirmado como imagem que fascina. Tem-se aqui, então, os elementos necessários para uma situação de sedução. Pois o que pretende o corpo que se exhibe é seduzir, isto é, atrair – apropriar-se – do olhar desejan-te do outro. (REQUENA, 1998, p. 59)

Desse modo, o espetáculo instala uma relação de poder. E o poder, muitas vezes, afirma-se como e através da produção de espetáculos.

O caráter necessariamente público desse ato deve ser reivindicado de imediato. Para chamar a atenção e prender o olhar, o evento visa fisgar pessoas e para isso deve realizar-se publicamente. Mais que isto, a magnitude reivindicada e, muitas vezes, alcançada pelo evento espetacular requer a sua localização em um lugar, geográfico ou virtual, necessariamente público.

O espetáculo remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário. Daquilo que se contrapõe e supera o ordinário, o dia-a-dia, o naturalizado. A instalação no âmbito do extraordinário potencializa a atenção e o caráter público do ato ou evento espetacular. A ruptura da vida ordinária é produzida pelo acionamento de inúmeros expedientes, em geral, de modo intencional, mas, em alguns horizontes, até mesmo de maneira não prevista.

A produção do extraordinário acontece, quase sempre, pelo acionamento do maravilhoso (CARPENTIER, 1987), de um grandioso que encanta, que atrai e que seduz os sentidos e o público. Esse “maravilhamento” produz-se pelo exacerbamento de dimensões constitutivas do ato ou evento, da dramaticidade

de sua trama e de seu enredo, através de apelos e dispositivos plástico-estéticos, especialmente os relativos ao registro da visão, mas também aos sonoros, em menor grau. A plasticidade visual, componente essencial, e a sonoridade tornam-se vitais: os movimentos, os gestos, os corpos, as expressões corporais e faciais, o vestuário, os cenários, a sonoridade, as palavras, as pronúncias, as performances; enfim, todo esse conjunto de elementos e outros não enunciados têm relevante incidência na atração da atenção, na realização do caráter público e na produção das simbologias e dos sentidos pretendidos com o espetáculo.

Recorrer a esse conjunto de dispositivos plástico-estéticos em movimento potencializa a dramaticidade, a teatralidade e a encenação contidas no evento espetacular. Daí a ênfase que alguns autores dão ao caráter dramático, teatral e de encenação do espetáculo. Mas o reconhecimento disso não pode fazer esquecer que a vida também possui suas modalidades específicas de encenação e que a dramaticidade e a teatralidade estão umbilicalmente presentes na vivência, como componentes imprescindíveis à existência da sociedade.

Acionar a todo esse conjunto de estoques e fluxos instala o espetáculo em uma pertença nitidamente cultural, da qual depende para a definição mesma do que se vive e se apresenta como espetacular em sociedades determinadas. Sérgio Caletti assinala a relativização societária da percepção do caráter espetacular. Esse autor anota:

Cada marco sociocultural definirá o que é e o que não é, embaixo de certas circunstâncias, denominável de espetáculo, assim como também cristaliza gêneros, formatos, lógicas, suportes, regimes de visibilidade (admirativos) a partir dos quais se geram deliberadamente

séries de ‘produtos culturais’ de acordo com que sejam, precisamente, seus parâmetros do espetacular. (CALETTI, 2000, p. 71)

O acionamento do grandioso, a exacerbação de dimensões constitutivas, o envolvimento de múltiplos apelos e dispositivos, o trabalho em diversos registros, o caráter público, todo esse complexo conjunto de fatores exige organização. A ruptura da vida ordinária propicia não uma situação de caos, de ausência completa de normas sociais, mas a suspensão temporária da vigência das regras cotidianas. Um outro conjunto de normas produtivas, agora condizentes com o momento extraordinário, impõe-se como necessidade. Mais que isso, a ruptura com o cotidiano e seu saber de senso comum faz aflorar a exigência de um saber e um conjunto especializado de técnicas para lidar com a construção social do momento excepcional.

Não por acaso, a “sociedade do espetáculo” apresenta forte tendência à emergência de organizadores da cultura e de espetáculos, em seus variados tipos, crescentemente profissionalizados. O surgimento dos profissionais de criação, de transmissão e difusão, de preservação e de “produção ou promoção cultural” apenas reafirma essa tendência. Ela reforça uma outra vertente pronunciada dos espetáculos contemporâneos: a tendência a uma distinção cada vez mais impositiva entre protagonistas e platéia, impossibilitando uma participação plena dos espectadores como, simultaneamente, atores e público, permitida em alguns dos tipos de espetáculos, como se verá adiante.

A envergadura do evento ou ato espetacular e seu caráter obrigatoriamente público implicam igualmente, por tudo isso, em um potente impacto social, com repercussões societárias tendencialmente amplas. Mas esse impacto acontece com base em uma modalidade específica de fruição social do espetáculo.

Ela não implica em “perda de intensidade, desatenção, levianidade”, mas apenas em “uma forma diferente de viver” o ambiente sociocultural (ECO, 1984, p.217).

Tipos de espetáculo

Enumerados os dispositivos que devem ser requisitados para nomear algo como espetáculo, cabe apontar uma tipologia que tenta dar conta de uma classificação dos diferenciados tipos comportados na noção de espetáculo.

Jesus Requena traça sua tipologia tomando como eixo de diferenciação o lugar do olhar e do espectador que o sustenta em relação ao objeto. O autor enuncia quatro modelos de espetáculos: o carnavalesco, o circense, o da cena italiana e o da cena fantasma. O carnavalesco se caracteriza, em sua possibilidade extrema, por uma cena aberta, indefinida, na qual o sujeito que olha e o corpo que se exhibe constantemente se movem, intercambiando de modo contínuo os lugares que ocupam e os ângulos de visão possíveis. Como exemplos desse modelo, podem ser citados: as festas populares e os carnavais em que os participantes não estejam plenamente distinguidos em espectadores e em protagonistas.

Os outros tipos de espetáculo já implicam, em menor ou maior grau, na ruptura dessa simetria e com a reversibilidade dos lugares ocupados pelo olhar e pelo objeto. Gravada no espaço, a distinção demarca o lugar da cena e as posições determinadas para o olhar, extrínsecas à cena, com variações notáveis nos três modelos descritos a seguir.

No tipo circense, a cena ocupa o centro e os espectadores, agora mais afeitos a essa condição, ainda se dispõem de modo

relativamente arbitrário, pois a única (de)limitação essencial a esse modelo decorre da centralidade da cena e de sua distinção espaço-cultural. Em geral, os espectadores colocam-se em forma circular ou elíptica. O circo romano, os hipódromos, os estádios de futebol e de outros esportes, os torneios medievais, as execuções públicas, as corridas de automóvel, as lutas de boxe etc. inscrevem-se nesse modelo. Os desfiles e cortejos aparecem como uma variante desta tipologia, pois se os espectadores podem se tornar itinerantes em sua disposição retilínea, nem por isso deixam de obedecer aos parâmetros que conformam esse tipo de espetáculo: o fechamento da cena, a assimetria e a irreversibilidade dos papéis de espectador e protagonista, a excentricidade e relativa arbitrariedade da posição do público.

O modelo da cena italiana radicaliza ainda mais essas características na produção do espaço e do evento espetaculares. Agora a cena se dispõe em termos perspectivistas, pois seu espaço especializado, o palco, passa a ser construído em função de um centro óptico exterior, definido pelo lugar ocupado pelo espectador na platéia. Assim, o espectador ocupa um lugar privilegiado para olhar o evento-espetáculo, sendo reconhecido seu direito a um domínio visual o mais pleno possível do espetáculo. O divórcio entre (esse tipo de) espetáculo e a rua torna-se evidente. Além do teatro, a ópera, a missa, o concerto, a conferência etc. podem ser instalados nesse modelo (especializado) de espetáculo.

Por fim, Requena propõe um último tipo: o modelo da cena fantasma, destinado a incorporar os espetáculos conformados pelo acionamento dos contemporâneos aparatos sociotecnológicos, como o cinema, a televisão etc. Conforme o autor, esse modelo supõe o “reinado absoluto da configuração concêntrica do

espaço espetacular” (REQUENA, 1988, p.72), dado que não só submete as salas cinematográficas ao modelo da cena italiana, mas traz embutido na própria tecnologia de produção de imagens a ordenação perspectivista do espaço, ainda que nela a localização potencial do espectador se realize de modo virtual. A potência espetacular das mídias deriva da complexa e paradoxal conjunção entre essa unicidade do lugar concêntrico do olhar e a multiplicidade de pontos de vista permitidos pelos aparatos sociotecnológicos. Já não se trata de assegurar o melhor lugar possível para ver, mas de possibilitar, no limite, o olhar total, recorrendo a uma multiplicidade de câmeras que, por intermédio de todos os ângulos de visão, permita olhar todos os detalhes do corpo (desmaterializado) em exibição. A profusão de olhares possíveis torna-se ela mesma um espetáculo.

Formulada uma noção de espetáculo, torna-se necessário ir adiante e tentar pensar o termo derivado: a espetacularização. Antes de tudo, espetacularização pode ser definida como um processo, através do qual, pelo acionamento de dispositivos e recursos dados, produz-se o espetáculo. Ou melhor, o espetacular. O processo de espetacularização, midiática ou não, pode abarcar todas as áreas e campos sociais, ainda que, antes da modernidade, tenha se concentrado na religião e na política. Enfim, a espetacularização aciona, simultaneamente, uma multiplicidade de dimensões – emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas – para fabricar e dar sentido ao espetacular. Nessa perspectiva, o espetacular deve ser sempre encarado como construção, social e discursiva, como enfatiza Murray Edelman em seu livro sobre a construção do espetáculo político (1988).

O (fabuloso) espetáculo da mídia

O espetáculo antecede historicamente em muito o surgimento da mídia, em sua conformação contemporânea de aparato sociotecnológico de comunicação, acontecido de modo substantivo em meados do século XIX. Antes da existência de uma sociedade ambientada pela mídia, o espetáculo tinha sua produção associada quase sempre à política e/ou à religião. Somente na modernidade e, mais intensamente, na contemporaneidade, o espetáculo vai poder se autonomizar dessas práticas sociais, pois passa a ser majoritariamente produzido com inscrição nos campos cultural e/ou da mídia, recém-formados na modernidade, assimilada aqui como momento por excelência do movimento de autonomização de esferas sociais (WEBER, 2003) ou de campos sociais (BOURDIEU, 1989). Assim, diferente do que acontece no passado, o espetáculo no mundo contemporâneo situa-se no registro do olhar laico e secular, configurado no processo de desencantamento do mundo e de inauguração da modernidade, de acordo com Max Weber. Hoje, o espetáculo encontra-se, em medida significativa, associado aos campos cultural e midiático, que apresentam interfaces crescentes, a partir da emergência de uma cultura cada vez mais “industrializada”.

A conexão entre mídia e espetáculo torna-se, por conseguinte, privilegiada na atualidade. Tal enlace recobre a fabricação e veiculação, como programação, de espetáculos pela mídia e a transmissão de espetáculos culturais, políticos, religiosos e de outros tipos forjados por outros entes sociais. Mas certamente os espetáculos do contemporâneo, por excelência, porque realizados em afinidade eletiva com a nova sociabilidade, apresentam uma tal envergadura, que só podem ser operados através

do acionamento conjunto da mídia com outros atores sociais, ambos produtores notórios de espetáculos. As copas do mundo de futebol, os mega-festivais de música, as olimpíadas, as grandes festas populares exemplificam globalmente, com enorme exatidão, as celebrações espetaculares do contemporâneo. As Olimpíadas, em sua conformação atual, podem ser tomadas como um espetáculo do contemporâneo, por excelência. Christian Nielsen em seu estudo sobre as Olimpíadas, após afirmar seu caráter de megaevento, taxativamente vincula a possibilidade de produção de um megaevento à mídia. Os números acionados pelo autor são contundentes. Um quadro comparativo entre a primeira olimpíada contemporânea (Atenas, 1896) e a acontecida 100 anos depois (Atlanta, 1996), demonstra cabalmente a espetacular transformação propiciada pela midiaticização do evento.

Quadro comparativo entre as Olimpíadas de Atenas (1986) e Atlanta (1996)

Itens	Atenas (1986)	Atlanta (1996)
Dias	5	17
Esportes	9	26
Eventos realizados	32	271
Países envolvidos	13	200
Atletas participantes	311	±10.000
Ingressos disponíveis	60 mil (estimativa)	11,2 milhões
Fontes de recursos	Doações 67%	Televisão 34%
	Selos 22%	Patrocinadores 32%
		Ingressos/outros 8%

Fonte: NIELSEN, Christian. *Turismo e mídia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 242

Além de ser componente essencial da viabilização econômica das Olimpíadas na atualidade, como pode ser observada no quadro comparativo, seja através dos direitos de transmissão pagos (1,7 bilhões de dólares), seja pela via da atração de patrocinadores, a mídia tem um lugar imprescindível na globalização do evento, tornando-o um megaevento, um espetáculo do contemporâneo, por excelência. A mídia possibilita que um espetáculo antes apenas presencial como as Olimpíadas de Atenas, com um público estimado em 60 mil espectadores, seja transformado em um espetáculo mundial, desterritorializado, disponível em rede eletrônica para um público cumulativo estimado em 20 bilhões de pessoas, distribuídas nos 214 países que transmitiram as Olimpíadas em 1996 (CHRISTIAN, 2002, p.248). Em suma, produz-se um megaespetáculo da contemporaneidade.

Mas quais as outras especificidades do processo de espetacularização, desenvolvido na nova circunstância societária? Um primeiro fator a ser considerado deve atentar para uma outra marca do contemporâneo: a cultura como espetáculo. Eduardo Subirats, em seu livro sobre a temática, aponta o “*maravilhoso milagre do espetáculo*” e o paradoxo de uma sociedade que, simultaneamente, decreta a morte da arte e a transforma em princípio organizador do mundo social, da política à vida cotidiana (SUBIRATS, 1989). A estetização do social convive e, em medida razoável, se alimenta da enorme proliferação de espetáculos possibilitada pelas mídias. Elas, assumidamente na contemporaneidade, tornam-se os lugares primordiais de fabricação do espetacular.

Esse “fenômeno totalmente desconhecido na história do espetáculo” (REQUENA, 1998, p. 81), não só constitui gigantescas máquinas midiáticas de espetacularização, que potencializam a capacidade intrínseca ao espetáculo de abarcar todos os campos

sociais, mas desenvolve uma competência ímpar que habilita a mídia, em especial a televisão: a de fagocitar mesmo todos os demais espetáculos, originados fora do ambiente midiático. Jesus Requena, que considera esse fenômeno “o mais relevante para a sociologia do espetáculo”, constata a radicalidade do processo e, contundente, chega a escrever:

Enunciando-o de maneira brutal: (a) televisão tende a converter-se não só no único espetáculo – pois se apropria de todos os demais, os devora e os desnaturaliza – senão no espetáculo absoluto, permanente, inevitável” (REQUENA, 1998, p. 73 e p. 81).

Tal sociedade pode e deve ser nomeada como uma “sociedade do espetáculo”, mas certamente não em um sentido de vertente *debordiana*. Nela, de modo indiscutível, a tendência ao espetacular encontra-se extensivamente enraizada. A rede de mídias e a dimensão da sociabilidade pública midiática, além de outros campos, como a política, a religião e a cultura, concorrem profundamente para a existência e a realização sociais da espetacularização, pois toda essa maquinaria sociotecnológica está predisposta a chamar e disputar a atenção de todos. Mas, em uma sociedade do espetáculo, em que tudo tende ao espetacular, à espetacularização, paradoxalmente, como se verá, também encontra obstáculos.

Pode-se então redefinir os termos da formulação da contemporaneidade como “sociedade do espetáculo”. Ela está em sintonia com a fase atual do capitalismo, na qual a informação e a comunicação tornam-se mercadorias privilegiadas e a economia do espetáculo aparece como cada vez mais relevante. Mas ela também pode ser caracterizada como a sociedade em que, diferente do que acontecia nas anteriores, quando o espetacular era algo da esfera do extraordinário e da efemeridade, agora o

espetáculo potencialmente está (oni)presente, no espaço e no tempo, e afeta radicalmente toda a vida societária. O espetáculo, depois de se tornar autônomo em relação ao religioso e ao político e ser acolhido na esfera cultural, como cerimônia artística, competição esportiva ou festa popular, ocupando locais e ocasiões privilegiadas, transforma-se em algo com pretensões a colonizar todo o mundo da vida.

Ao assumir esse pretendido caráter cotidiano, fortemente ancorado no funcionamento tentacular das redes de mídias, a sociedade do espetáculo faz aflorar suas contradições, instituindo algumas situações paradoxais. Requena assinala que “o preço da onipresença, da cotidianização do espetáculo, é sua dessacralização” (REQUENA, 1998, p. 92). A desaparecimento da singularidade do instante e o desaparecimento dos espaços especializados concorrem para essa dessacralização e para a banalização, enfim, do espetáculo. Tempo e espaço parecem sucumbir ao espetacular. Com isso, a obviedade e a redundância fazem o espetáculo perder potência. O paradoxo pode ser sintetizado no permanente conflito imanente à sociedade do espetáculo: em um mundo em que tudo pode e tende a ser transformado em espetáculo, nada mais parece ser espetacular. Em suma: na sociedade do espetáculo, a banalização da espetacularização produz e destrói, simultânea e incessantemente, espetáculos. A singularidade de tal sociedade deriva exatamente dessa alucinada dinâmica.

Midiatização e espetacularização

A mídia – compreendida como campo que promete visibilidade social (RODRIGUES, 1990), que pode conferir valor de expo-

sição (BENJAMIN, 1969) ou que destina poder de publicização – não deve ser, sem maiores indagações, identificada ao espetáculo. Se a mera veiculação na mídia conferisse a todos os seus produtos o caráter de espetáculo, então o conceito mesmo de espetáculo perderia a validade, devido à abrangência excessiva assumida por esse signo.

Cabe então distinguir conceitualmente, mesmo de modo provisório, midiatização e espetacularização como procedimentos diferenciados. Midiatização designa a mera veiculação de algo pela mídia, o trabalho de mediação ativa desenvolvido na atualidade pelo campo das mídias; enquanto espetacularização, forjada pela mídia ou não, nomeia o processamento, enquadramento e reconfiguração de um evento, através dos inúmeros expedientes anteriormente analisados neste texto. Assim, a mídia pode ser associada a processos de midiatização e espetacularização, mas tais dispositivos longe estão de elucidar os fantásticos imbricamentos entre mídia e contemporaneidade.

A mídia ou, com mais precisão, a rede de mídias institui, a rigor, uma nova dimensão pública, própria da sociabilidade contemporânea. Esta dimensão está constituída por espaços eletrônicos, sem territórios e potencialmente desmaterializados, que se transformam em suportes de televivências – vivências à distância e não presenciais –, planetárias e em tempo real. A conjugação entre espaços eletrônicos em rede e televivências possibilitadas viabiliza os fluxos globalizantes e institui a telerrealidade. O amálgama entre telerrealidade e realidade contígua, com seus espaços geográficos, suas convivências e seus fluxos locais, possibilita a singular experiência da contemporaneidade: viver glocalmente. Isto é, vivenciar em conjugação, combinada e desigual, todas estas marcações e

possibilidades sociais oriundas do global e local, vividas em mestiçagem simultânea.

O novo mundo pode ser imaginado como a criação de uma nova dimensão pública de sociabilidade, própria da sociabilidade moderna e mais especificamente contemporânea, que se agrega, não sem complicadas fricções, com a dimensão pública anteriormente existente, derivada principalmente de relacionamentos permitidos pelo compartilhamento presencial de idéias, emoções, sensibilidades etc. A nova dimensão pública constituída pelas redes de espaços eletrônicos que dão suporte e viabilizam televivências, vivências à distância, em espaço planetário e tempo real, ambos cada vez mais mediados. Na contemporaneidade, essa televivência ao se conjugar, para o mal e para o bem, ao mundo compartilhado, portanto público, conformado pela convivência e pelos espaços geográficos, sem dúvida, vem colocar imensos problemas novos e complexos para a existência e a experiência em sociedade e para a luta humana por outros mundos possíveis.

Mas o desafio colocado e a complexidade da questão não podem, sem mais, fazer como que o problema afinal advindo com a autonomização das representações, seja “resolvido” com um olhar nostálgico de um idealizado mundo convivencial. A compreensão aberta e rigorosa, expondo todas as contradições, de uma contemporaneidade resultante da convergência tensa entre espaços geográficos e eletrônicos, convivências e televivências, local e global, realidade contígua e telerrealidade aparece então como algo essencial para, goste-se ou não, enfrentar os dilemas colocados pelas novas circunstâncias sociais.

O estudo do desempenho – com suas tensões, conflitos e complementariedades – dos protagonistas dos processos de espetacularização emerge, não resta dúvida, como momento

analítico privilegiado da investigação sobre o espetáculo. A mídia aparece como o outro agente potencial da espetacularização. Quatro quadros possíveis se desenham para a investigação: 1. eventos não espetacularizados nem por outros agentes, nem pela mídia; 2. eventos espetacularizados por agentes de outros campos sociais e apenas midiáticos, isto é, divulgados pela mídia; 3. eventos não espetacularizados por outros agentes e transformados em espetáculo pelo campo midiático e, por fim, 4. eventos espetacularizados pelos agentes de outros campos sociais e pela mídia. Este duplo procedimento de espetacularização, da mídia e de outros agentes envolvidos no acontecimento, configura, em toda sua potência, os espetáculos do contemporâneo. Isto é, aqueles espetáculos, a exemplo das Olimpíadas, nos quais estão condensadas todas as linhas de força dos procedimentos de espetacularização que caracteriza o mundo atual.

Do mesmo modo que nem todo evento realizado no espaço geográfico (realidade contígua) transfigura-se em espetáculo, nem todo evento produzido no espaço eletrônico em rede (telerrealidade) conforma-se em espetáculo. Somente aqueles submetidos aos dispositivos produtivos de espetacularização devem ser nomeados e incluídos nessa modalidade específica de evento. Outra vez mais: afirma-se que a midiaticização não pode ser tomada como processo correspondente ao de espetacularização. Mas a contemporânea sociedade ambientada pela mídia, em especial em seus espaços eletrônicos em rede, contém, não se pode esquecer, uma potente tendência ao espetacular. Tal tendência deriva de variados eixos de força que perpassam e parecem convergir na atualidade. Dentre eles, três, pelo menos, devem ser destacados. A existência de uma sociabilidade caracterizada por uma acentuada complexidade, porque conformada pelas inúmeras conjunções já assinaladas e

por uma profusão crescente de acontecimentos que disputam visibilidade. A proliferação numérica e a multiplicidade de modalidades de mídias – verdadeiras máquinas de espetacularizar – conjugada ao processo de secularização do espetáculo, em curso desde a modernidade. A emergência na sociedade capitalista tardia de uma significativa economia da cultura e do espetáculo, subordinada a uma lógica de produção mercantil-entertainmental.

Entretanto, do mesmo modo que o pensamento, desde os “filósofos da suspeita” (Marx, Nietzsche e Freud) até os frankfurtianos Adorno e Horkheimer e, mais recentemente, Foucault, impossibilita uma ingênua identidade entre razão, verdade e emancipação, também se torna improvável uma simplificadora identificação entre espetáculo, falseamento e dominação, sem mais. Os espetáculos e os procedimentos, enfim, tornam-se novos e essenciais campos de disputa, desiguais, como a sociedade capitalista em que ainda vivemos.

Notas

¹ Para uma discussão crítica das teses de Guy Debord e de outros autores adeptos da visão predominante de espetáculo, ler RUBIM (2003).

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p.207-238.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa / Rio de Janeiro: Bertrand / Difel, 1989.

CALETTI, Sergio. Videopolítica, esa región tan oscura. Notas para repensar la relación política/medios. In: *Constelaciones de la comunicación*. Buenos Aires, (1), p.40-87, setembro de 2000.

CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Vértice, 1987.

CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture*. Cambridge, Blackwell Publishers Inc., 1996-1998. 3 v.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago, University of Chicago, 1988.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KATZ, Elihu; DAYAN, Daniel. *Media events. The live broadcasting of history*, Cambridge-Londres: Harvard University Press, 1992.

LANDI, Oscar. *Devórame otra vez. Que hizo la televisión com la gente. Que hace la gente com la televisión*, Buenos Aires: Planeta, 1992.

NIELSEN, Christian. Megaeventos: criando um turbilhão no turismo/mídia – o exemplo olímpico. In: _____. *Turismo e mídia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.235-262.

REQUENA, Jesús González. *El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad*, Madri: Catedra, 1988.

REQUENA, Jesús González. *El espectáculo informativo*, Madri: Akal, 1989.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. La contemporaneidad como edad-media. In: NAVARRO, Raúl Fuentes e LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (orgs.) *Comunicação. campo y objeto de estudo*. México, Iteso/Universidade Autônoma de Aguascalientes/Universidade de Colima, 2001. p.169-181.

_____. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv (orgs.). *Livro da XI COMPÓS. Estudos de comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 85-103.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

SUBIRATS, Eduardo. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.

Etnicidade

Antropologia, colonialismo, diáspora, etnia, etnologia, etnocentrismo, grupo étnico, identidade étnica, ativismo indígena, libertação nacional, negritude, processualismo, raça, volta à África, tradicionalismo.

Renato da Silveira

Esta constelação temática está historicamente relacionada à grande expansão européia que começou na época do Renascimento, com a fundação de impérios coloniais gigantescos como nunca houvera antes na face da Terra, com a montagem de um eficiente sistema econômico globalizado de superexploração, com a constituição de novas sociedades de periferia com populações miscigenadas onde os europeus assumiram os postos de comando; também está relacionada à “diáspora”, ao desenraizamento forçado de populações inteiras e sua dispersão pelos diversos continentes, bem como à transferência de grandes grupos periféricos aos centros metropolitanos para servirem como massa trabalhadora barata de *status* social degradado, com a conseqüente fundação de guetos “étnicos” nas metrópoles; está igualmente relacionada às imagens, teorias e palavras-de-or-

dem criadas para explicar e legitimar este, digamos assim, empreendimento, como também para denunciá-lo; às diversas formas de resistência e revanche que foram surgindo ao longo do tempo, através dos continentes; está, enfim, relacionada à reflexão universitária e erudita que acompanhou todo o processo, elaborando os mais variados enfoques e tomando as mais variadas posições. Evidentemente que tão imensa constelação temática, nos limites deste artigo, só poderia ser tratada em suas linhas mais gerais, e um tanto quanto esquematicamente. Espero contudo que sirva como uma boa introdução crítica ao tema e um guia de leitura útil para quem quiser aprofundar.

A expansão européia não teria acontecido com tal intensidade e amplitude se não tivesse preenchido certos requisitos: uma superioridade, às vezes esmagadora, em vários campos da tecnologia material, uma capacidade militar às vezes assombrosa, além da multissecular experiência em organização de sociedades baseadas na discriminação. Pois a expansão colonial européia havia começado na própria Europa, quando da desintegração do Império Romano e expansão do Cristianismo no território dos povos “bárbaros”. A Igreja de Roma, religião oficial dos Estados cristãos fundados na Europa Ocidental, era a poderosíssima instituição responsável pela reprodução da ideologia dominante, a autoridade tinha um caráter sagrado, significando concretamente que a legitimidade política era atribuída nos rituais religiosos. Era o papa quem botava a mão na cabeça do imperador. E mais, durante vários séculos, dentro do aparelho de Estado do Antigo Regime, a Igreja foi a principal força organizativa, teve acesso ao direito romano, monopolizou os saberes eruditos e os burocráticos, só ela detinha capacidade organizativa suficiente para montar e fazer funcionar estavelmente uma sociedade. Quando, na época dos chamados “gran-

des descobrimentos”, a Europa começou a colonização do mundo, aproveitou-se deste arsenal de tecnologias de conquista e controle social para impor sua ordem a todos os povos conquistados, em todos os quadrantes do planeta. Aos bárbaros e pagãos foram então acrescentadas as figuras do “selvagem” e do “primitivo”.

Mas a expansão da Europa foi simultaneamente expansão da Ciência, que, como a Igreja, primeiro teve de crescer no interior de si. Desde a época do Renascimento, com a dinamização do comércio mediterrâneo, médicos, astrônomos, físicos, matemáticos, engenheiros e inventores começaram a multiplicar suas experiências, às vezes estimulados pela própria Igreja, mas chegando a conclusões que freqüentemente entravam em choque com as teorias oficiais sustentadas pelas Sagradas Escrituras, como o dogma de que a Terra era o centro imóvel do universo. Esses pensadores alternativos, nos seus momentos mais brilhantes, foram considerados pela Igreja pessoas nefastas, perigosos para a paz social, foram perseguidos, obrigados a renegar-se, mas conseguiram introduzir sucessivos melhoramentos no conhecimento humano e no processo produtivo, eram socialmente úteis e não poderiam ser liquidados facilmente. O século XVIII, apelidado “das luzes”, é considerado a época de emancipação do saber científico, mas só no curso do século XIX a Ciência foi substituindo a Religião na organização e legitimação dos poderes, inclusive os colonizadores.

É que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a Ciência havia se lançado em um consistente processo de constituição, com a organização de numerosas sociedades profissionais, comitês, núcleos, institutos públicos e privados, edição de revistas especializadas, com sua entrada, enfim, na fechada universidade até então controlada pelo clero. Algumas das importantíssi-

mas funções sociais preenchidas durante séculos com exclusividade pela Igreja começaram a ser disputadas pelas instituições científicas, como a produção e transmissão dos sistemas de conhecimento superiores, a responsabilidade ética sobre os segmentos intelectuais e as classes altas, o controle da educação e da saúde pública. Com o desvendamento das antiquíssimas idades da Terra, da lenta evolução ascendente do ser humano, a arqueologia e o darwinismo deram golpes mortais no monopólio da interpretação oficial do mundo. O próprio objetivo da vida, para milhões de pessoas, deixou de ser o Paraíso para ser o Progresso. Mas a Igreja terminou saindo-se nada mal do embate, com uma divisão do trabalho na qual compartilhou as importantíssimas funções de transmissora do saber (inclusive universitário), de organizadora da assistência social, de responsável pela moralidade das massas populares, de formadora da opinião pública, além de manter seu gigantesco patrimônio. A Igreja manteve também a tradicional missão de catequizar os conquistados, ou seja, trazê-los para a hegemonia ocidental, recebendo fortíssimo apoio financeiro e militar das potências coloniais para organizar missões, ajuda humanitária, traduzir bíblias, formar um clero nativo, estruturar associações cristãs entre os indígenas.

No campo da Ciência, na segunda metade do século XVIII, o naturalismo detinha a supremacia. Célebres naturalistas como o sueco Lineu e o francês Buffon haviam levado as classificações utilizadas no reino vegetal para o reino animal, criando a “História natural”, que comportava um imenso panorama das populações de toda a Terra, assumindo a “raça” como critério de avaliação de todas as realizações humanas. Este plano de trabalho abriu então um grande espaço para a criação de numerosas disciplinas científicas ávidas de conhecer o vasto mun-

do, boa parte das quais se instituiu como espaço privilegiado de burilamento do eurocentrismo (a auto-afirmação de superioridade do europeu), à procura de metodologias que confirmassem discriminações raciais estabelecidas com força de dogma.

No final do século XIX, o célebre químico Marcelin Berthelot, membro da Academia de Ciências francesa, senador e ministro de Estado, atreveu-se a escrever isto aqui:

A ciência possui doravante a única força moral que pode fundamentar a dignidade da personalidade humana e constituir as sociedades futuras. A ciência domina tudo: só ela presta serviços definitivos. Nenhum homem, nenhuma instituição terá, doravante, uma autoridade duradoura se não se conformar com os ensinamentos dela.

Palavra-de-ordem que questionava frontalmente a tradicional função legitimadora da Igreja, luta pelo poder simbólico onde a Ciência aparecia como sujeito portador de reivindicações a cada dia mais ambiciosas. Uma vez a Ciência organizada como força institucionalizada poderosa, agora também capaz de montar uma sociedade e fazê-la funcionar melhor ainda do que a Igreja, o cientista passa a emitir um discurso global sobre o ser humano, pretendendo falar em nome da humanidade inteira. Este viés geopolítico teve sua mais significativa expressão na supremacia científica da “antropologia”, o estudo da espécie humana como um todo, que, ao longo do século XIX, tomaria o lugar preeminente do naturalismo. Classificar os diversos grupos humanos, suas migrações e miscigenações, suas histórias, línguas, religiões, instituições políticas, tradições e costumes, ordená-los todos nas suas devidas gavetas, abaixo do homem branco que naturalmente aparecia no topo do armário: o método científico a serviço do objetivo simbólico, político. Po-

rém outros saberes mais pragmáticos foram se desenvolvendo no bojo das ciências humanas. Já em 1870, o inglês Sir John Lubbock, um dos fundadores da “antropologia” britânica, membro da Câmara dos Lordes e da *Royal Society*, a associação de cientistas mais influente no seu tempo, defendia a utilidade imediata da nova ciência do homem “para um império como o nosso”, porque criaria uma base sólida para a ação das “raças mais fortes e progressivas” sobre as “mais débeis e inferiores”, ao propiciar o conhecimento da cultura dos nativos, orientando a política “colonialista” e até mesmo prevenindo movimentos de resistência.

Se no início do século XIX a “etnologia” era uma ciência teórica, responsável apenas pela classificação das “raças”, pelo final do século a multiplicação das pesquisas havia propiciado o desenvolvimento de várias disciplinas nesse campo, apresentando-se o quadro da seguinte maneira: “antropologia”, com as suas subdivisões, seria a velha história natural do homem, porém bem mais detalhada, observando o grupo humano no seu conjunto, nos detalhes e na relação com a natureza. Enquanto que a etnografia manteve-se, em todo o período, uma disciplina descritiva de um povo particular, a “etnologia” ia ganhando novas atribuições, tornando-se a descrição de cada uma das diversas “raças” humanas, tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista intelectual e social, abarcando todas as manifestações materiais da atividade humana, a indústria, os meios de transporte e de trocas, bem como a cultura, festas e cerimônias religiosas, jogos e artes. O vocábulo “etnia” começava portanto a rivalizar com o polivalente “raça”, que no curso do século XIX era utilizado inclusive como sinônimo de sociedade. No início do século XX estes termos, sobre os quais ainda hoje não há unanimidade, vão se alterando. O conjunto das

disciplinas que abordam, não qualquer população, mas os “selvagens” ou “primitivos”, passa a ser conhecido como “etnologia” na França e “antropologia social” na Inglaterra, e vai se impondo progressivamente como um estudo de caráter sociológico. A etnografia permaneceu, entretanto, como a descrição de cada sociedade, com a condição que sob observação direta. Os cientistas, afinal de contas, mantinham-se fiéis à etimologia do termo *ethnos*, que na Grécia antiga designava os povos “bárbaros”, todos os que não falavam o grego, e do termo *ethnicus*, que no latim medieval, ao lado de *paganus*, designava os não-cristãos. É neste contexto que a “etnologia” (ou “antropologia social”) passa a ser considerada sumamente importante para o “colonialismo”. Nas primeiras décadas do século XX vai se configurando mais precisamente a forma moderna da dominação, cada vez mais institucionalizada e apoiada na racionalidade do saber científico. Em termos de gestão colonial, os etnólogos/antropólogos passaram então a ser tão importantes quanto os economistas, os militares, os engenheiros e os administradores. Com a fundação de escolas coloniais, institutos de pesquisa, museus e revistas especializadas, associações de pesquisadores e congressos de administradores, sustentados por fortes financiamentos públicos, os próprios funcionários coloniais passaram por formações cada vez mais qualificadas, tornando-se *experts*, detentores de um saber especializado sobre aqueles que, aos poucos, deixavam de ser chamados de primitivos ou selvagens, e passavam a ser chamados de “grupos étnicos”.

A *École Coloniale* francesa empreendeu uma aproximação com o Instituto de Etnologia e reforçou no seu currículo os cursos de “etnologia”, etnografia, línguas indígenas, além de criar disciplinas específicas, como a “psicologia aplicada à colonização”. “Impor à colonização um perfil científico, de uma ação funda-

da na razão”, é a palavra-de-ordem de Georges Hardy, diretor da Escola Colonial na década de 1920. A importância crescente da “etnologia” no interior das administrações coloniais coincide, além do mais, com a pressão do etnólogo para penetrar no mundo universitário e aumentar o seu prestígio no interior da comunidade científica.

Por outro lado, a competição entre os diversos impérios coloniais, a contestação das correntes socialistas e o início das guerras de “libertação nacional”, fez com que se refinassem os mecanismos de legitimação, que passaram a se traduzir na “demonstração de superioridade científica”. Dispor de conhecimento científico sobre um determinado território extra-europeu começou a soar como uma responsabilidade, uma reivindicação de posse. No período entre as duas guerras mundiais, ao lado do tema do “interesse nacional”, surgiu o tema do “dever internacional”. A “política científica” comprometia-se naturalmente a valorizar materialmente os territórios coloniais, mas também a proteger as populações tuteladas e, mais ainda, valorizar o nativo, considerar as instituições políticas indígenas e os costumes tradicionais como um bem, respeitar a originalidade de culturas até então depreciadas, embora, na prática, essas declarações de boas intenções tivessem dado poucos resultados práticos.

Convém lembrar que, desde o final do século XIX, a intensificação do comércio internacional fez com que as classes cultas ocidentais passassem a conhecer inúmeros objetos preciosos das outras civilizações, as sofisticadas artes dos orientais, a liberdade e plasticidade da arte africana. Nas capitais culturais da Europa, prosperou o “japonismo”, e Picasso inaugurou o espaço plástico da modernidade ao imitar uma máscara africana. Assim, pela mão dos artistas e das pessoas sensíveis, os

refinamentos civilizatórios entraram na arena onde se dão os embates simbólicos e os sutis jogos de influência.

Entre as décadas de 1920 e 1960, duas correntes da “antropologia” contemporânea, o culturalismo norte-americano e o funcionalismo britânico, aprofundaram o conhecimento sobre as sociedades extra-européias, criando quadros teóricos que exerceram influência duradoura no pensamento acadêmico. Eram integradas por novas gerações de pesquisadores muito diferentes dos grandes mestres do século precedente, os quais, do alto das suas cátedras, generalizavam apressadamente a partir do depoimento incerto de missionários, administradores e viajantes que geralmente não conheciam as línguas nativas. As novas gerações criaram métodos de trabalho que tinham como princípio básico a etnografia: conhecimento da língua, da cultura, convivência por um longo período, combatendo assim o vício da metodologia classificatória, ou seja, colecionar fatos e objetos desvinculados dos seus contextos sociais. O velho antropólogo do século XIX, apesar da aura de respeito que o cercava, às vezes ficava muito parecido com o antiquário e o colecionador de curiosidades. Entretanto, os culturalistas interpretaram a cultura como um conjunto homogêneo demais, desfrutado igualmente por todos os membros da comunidade, enquanto que os funcionalistas priorizaram excessivamente os mecanismos internos de integração social, de adaptação e de criação do consenso, ficando reconhecida na instância política apenas a função de conservação da ordem estabelecida; ao privilegiarem as situações de equilíbrio, definiram a sociedade como um organismo muito mais estável do que realmente é, tenderam a deixar de lado as diferenças e situações de conflito inerentes a qualquer grupo social. Devolver o objeto ao seu contexto já foi um grande avanço da nova metodologia, mas

implicou um certo esquematismo que exigia superação.

A partir da década de 70, a diversificação do movimento social – que era praticamente apenas sindical, com sua base principal na classe operária – propiciou o surgimento de ideologias particulares, lutando por causas específicas, como os movimentos de mulheres, ecologistas, pacifistas e consumidores. Reforçaram-se também os movimentos locais, como as associações de bairro, de imigrantes, sem falar nas “tribos” urbanas voltadas para a própria identidade, como roqueiros, surfistas, homossexuais etc. Porém o que nos interessa mais de perto é que nessa época, em todo o mundo, ganharam particular visibilidade os movimentos regionalistas ou nacionalistas, com a ascensão da cultura e da “etnia” como estimuladoras da mobilização política e agregadoras de novas lideranças. Na França e na Espanha, nações até então consideradas homogêneas, antigos “grupos étnicos” que tinham perdido a independência no processo de formação dos Estados nacionais, como os bascos e os corsos, os bretões e os catalães, passaram a lutar pela autonomia. Na Irlanda, velhas rivalidades entre católicos e protestantes ressurgiram com muita força, os protestantes alinhando-se com a potência dominadora, a Inglaterra, e os católicos, discriminados e perseguidos, assumindo o ideário republicano e organizando a luta armada. Os índios das três Américas reorganizaram em novas bases a luta contra o etnocídio, o confinamento, a assimilação forçada, pelo fim dos estatutos discriminatórios, pela demarcação ou recuperação das terras ancestrais. Os negros americanos, enfim, intensificaram seu movimento pelos direitos civis, liderados pelo grande Martin Luther King. O grande movimento social globalizado havia recolocado na ordem do dia a questão da “etnicidade” e da cultura tradicional.

Em 1961 seria publicado *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, livro que marcou época, considerado “o clássico da descolonização” por Jean-Paul Sartre no prefácio da sua primeira edição. Fanon era um médico negro da Martinica, colônia francesa do Caribe, que vinha se destacando como um dos líderes da “diáspora” negra. Naquele momento, os movimentos de “libertação nacional”, levados adiante por países colonizados como o Vietnã e a Argélia, já vinham organizando a guerra de guerrilhas para expulsar os colonizadores de suas terras, obtendo grandes vitórias na década de 1950 e estimulando vários outros países e “grupos étnicos” africanos e asiáticos, enquanto que os guerrilheiros cubanos haviam, nas barbas do Império Americano, tomado o poder em 1959. Este é o quadro mundial quando *Os condenados da terra* viram a luz do dia.

Fanon propôs a luta de “libertação nacional” com base camponesa como sendo a estratégia apropriada para os países de produção predominantemente agrária do Terceiro Mundo, adaptando para a África a estratégia “o campo cerca a cidade”, que Mao Tse-tung havia lançado na China. O interesse do livro de Fanon para nossa constelação temática é que ele associa a guerra de libertação nacional à construção de uma cultura nacional, deixando as culturas étnicas tradicionais num plano secundário. Fanon parte da crítica da “Negritude” (movimento de intelectuais africanos e da “diáspora” negra engajados na promoção de uma cultura continental africana), lembra que os próprios intelectuais europeus já haviam reabilitado as civilizações orientais, africanas e pré-colombianas, sem mudar em nada o fato de que os povos colonizados continuavam explorados e oprimidos. O correto ponto de partida não seria um mergulho no passado à procura de referências folclóricas, mas o combate do povo contra a ocupação estrangeira. A cultura, ao ser

separada da atualidade, escreve ele, na prática torna-se uma espécie de exibicionismo ou, pior ainda, o culto de algo morto. “Quando o povo sustenta uma luta armada, ou mesmo política, contra um “colonialismo” implacável, a tradição muda de significação”. O livro de Fanon influenciou as atuais abordagens marxistas da “etnicidade”, as chamadas concepções instrumentalistas ou mobilizacionistas, segundo as quais as reivindicações de “identidade étnica” teriam surgido no contexto de globalização do capitalismo como reação às discriminações sociais e raciais que ele impôs, tendendo a desaparecer onde fosse instaurada a justiça social.

Frantz Fanon era um “assimilado”, afro-descendente educado dentro dos padrões ocidentais, médico apegado aos valores da racionalidade científica, seu projeto político era a modernização das sociedades terceiro-mundistas nos quadros de um Estado de tipo europeu. Aliás, em todo o Terceiro Mundo, os líderes da guerra de “libertação nacional” eram jovens intelectuais educados como ocidentais. No fundo, a postura deles diante da cultura tradicional não era distinta da dos etnólogos e das sucessivas gerações de tecnocratas que promoveram a expansão do Ocidente. Nessa perspectiva, a cultura tradicional é considerada apenas como parte do pré-capitalismo, só podendo ser valorizada como instrumento da modernização, devendo, por conseguinte, ser submetida à “crítica científica”. Fanon segue, portanto, nas suas grandes linhas, a “teoria da modernização”, concebida por grandes mestres como os franceses Durkheim e Comte, o alemão Max Weber e o americano Talcott Parsons: a modernização como uma vitória contra o modo tradicional de viver, considerado um obstáculo ao progresso. É neste contexto intelectual que se dá a depreciação da etnicidade. Em compensação, Fanon e os mobilizacionistas her-

daram do Marxismo uma concepção dinâmica, “processualista”, diríamos hoje, de cultura. Esta não é mais vista como uma substância intemporal, conjunto articulado de repertórios e comportamentos repetidos de geração em geração, é concebida como algo vivo, um processo criativo em permanente mutação, à procura de novos modelos e temas que se transformam segundo as circunstâncias sociais, ganhando maior consistência no seio das lutas populares. Fanon propõe uma concepção dinâmica de cultura, sem dúvida, porém preserva uma concepção estática de “etnia”.

Ora, na década de 70 ganham visibilidade os “tradicionalistas” de todos os continentes, emergindo então lideranças étnicas, formadas dentro dos quadros da cultura tradicional, controlando ritos, saberes e valores antigos. Não eram dados a teorizações sofisticadas, mas às vezes também trabalhavam com uma concepção “processualista” de cultura, quando se referiam à própria. Os índios americanos, por exemplo, entram em cena afirmando que suas sociedades também são dinâmicas, capazes de mudanças, esclarecem que não são contra os avanços, apenas contra o domínio frio do mercado, contra o sistema que aliena, miserabiliza. Criticam o “cientificismo”, o uso antiético de uma ciência que visa apenas o lucro e pode levar à destruição, questionam que uma tecnologia avançada seja necessariamente sinônimo de progresso, colocam a questão política do controle da tecnologia. E desconfiam tanto da tecnocracia capitalista quanto dos “missionários marxistas”: alertam que a mitificação da ciência tanto pela direita quanto pela esquerda teria levado à idealização do portador do conhecimento moderno e à depreciação do portador do conhecimento antigo. Ou seja, os “ativistas indígenas” colocam no centro da discussão o problema político básico da legitimação da

autoridade, considerado fora de dúvida pelo cientificismo desde Berthelot. Por isso a religião tornou-se o núcleo do enfrentamento entre modernistas e “tradicionalistas”, pois, de alguma maneira, todas as autoridades tradicionais eram legitimadas pela instituição religiosa: ao tentar desmoralizar a religião do outro, o ocidental tentava desmoralizar a autoridade do outro. No século XIX, no auge da luta pelo poder simbólico, a Ciência tentara desmoralizar a Religião, mas concordara com uma divisão de trabalho entre as duas no interior do sistema capitalista, deixando para os revolucionários marxistas a bandeira da luta contra todas as religiões. Os “ativistas indígenas” protestam contra o tema marxista da religião como o “ópio do povo”: o cristianismo pode ter preenchido este papel, mas “nós dizemos que nossa religião – escreveu o líder Jimmie Durhan – é uma força de libertação”.

Em 1969, o antropólogo norueguês Fredrik Barth publicaria *O ‘grupo étnico’ e suas fronteiras*, texto destinado a tornar-se um marco nos estudos sobre a “etnicidade”. Barth questiona o conceito de “etnia” das teorias etnológicas clássicas, como sendo o grupo sociocultural com fronteiras estáveis baseadas nas diferenças raciais, lingüísticas, culturais ou sociais, asseguradas por um relativo isolamento. Para ele, o que importa ao conceito não é a aglomeração de um grupo humano de carne e osso, reconhecendo a mesma origem e falando a mesma língua, a “etnicidade” é um tipo de organização, o “grupo étnico” é constituído, tem suas instituições, suas autoridades, suas celebridades. Visto que várias “etnias” podem desfrutar do mesmo fundo cultural, uma apreciando um traço que a outra deprecia, o que conta realmente na definição de “etnicidade” são as condições nas quais certos traços culturais, e não outros, são valorizados e transformados em critérios de inclusão e exclusão.

Fredrik Barth, além de formular, enfim, uma concepção realista e dinâmica de “etnicidade”, demonstrou que os “grupos étnicos” não são figuras folclóricas em vias de extinção, agarradas a valores fixos e superados, são sujeitos agindo na cena da história, geradores dos próprios quadros sociais, vivendo um processo permanente de atribuição e auto-identificação, na competição com os demais grupos sociais, em um contexto social dado.

Na década de 70 começou, nos Estados Unidos, uma grande onda de estudos tendo por tema a “etnia”, paralela à grande onda de conflitos étnicos que se desencadeou nessa época em todo o mundo. De repente a opinião pública se deu conta de que, depois da Segunda Guerra Mundial, 20 milhões de pessoas tinham morrido por envolvimento nesse tipo de conflito. A teoria da modernização já não despertava tanto entusiasmo, estava evidente que o progresso tinha um alto custo político e social, provocando graves perdas culturais e sérias degradações ambientais. Dissidentes de todos os matizes, pacifistas, ecologistas, correntes humanitárias e universitários críticos começaram então a dar audiência ao discurso de certas lideranças “tradicionalistas”, convencidos de que as civilizações tradicionais tinham importantes contribuições a dar na superação das dificuldades criadas pelo capitalismo ocidental. No contexto universitário americano os estudos sobre relações étnicas começaram a concorrer, e mesmo a superar, os estudos sobre relações de classe e ganharam em seguida importância nas universidades do resto do mundo. “Etnicidade” pareceu ser desde então uma categoria fundamental para a análise da sociedade, firmando-se cada vez mais como uma dimensão universal das relações humanas. Tal problemática poderia ensinar a superação dos esquematismos da teoria da moderni-

zação e do funcionalismo, a idéia de que o esquema urbanização/ industrialização/ burocratização teria resultado no individualismo mais ferrenho e derrubado definitivamente a solidariedade grupal já não parecia tão indiscutível. As universidades americanas, com suas revistas, programas de pesquisa e comitês, começaram antes das demais a encorajar esses estudos em uma perspectiva mundial, acreditando que tal conceito poderia relacionar as reivindicações do Terceiro Mundo à contestação das minorias e aos movimentos regionalistas europeus, abarcar fatos aparentemente tão distintos como o “tribalismo” africano, as relações de casta na Índia, problemas da imigração americana ou conflitos de diferentes comunidades lingüísticas em países como o Canadá ou a Bélgica. Foi portanto uma conjunção de problemas políticos, sociais e acadêmicos que contribuiu para a criação de um conceito amadurecido de “etnicidade” e atribuiu ao tema dignidade de objeto de ciência.

O tema da etnicidade chegou ao mundo universitário brasileiro sob forte influência do “processualismo” de Barth, associado contudo ao tema da “invenção de tradições” de Hobsbawm e Ranger e ao “desconstrucionismo” de Derrida, importantes contribuições teóricas trazidas por grandes nomes do hemisfério norte. Porém a aplicação dessas teorias à realidade brasileira ainda está exigindo resultados mais consistentes. A partir da década de 80, antropólogos do eixo Rio-São Paulo, a pretexto de combater o essencialismo, passaram a usar o candomblé nagô da Bahia como exemplo de suas elucubrações. Assim, certas tradições étnicas afro-baianas, categorias de atribuição e identificação manipuladas pelos próprios atores, conforme a definição de Barth, foram reduzidas a invenções de pais e mães-de-santo associados aos antropólogos da escola de Nina Rodrigues, sob o tema da “pureza nagô” e da “volta à África”, e

usadas como armas simbólicas na competição com a umbanda e os candomblés de caboclos. As antigas tradições nagôs baianas, funcionando na Bahia desde o final do século XVIII, na interpretação desses autores, teriam sido recuperadas, entre o final do século XIX e a década de 1930, da literatura africanista e do depoimento de alguns viajantes, tendo muito mais a ver com a atualidade de competição entre religiões populares no mercado simbólico do que com tradições “étnicas” historicamente constituídas.

O problema dessa interpretação é entretanto duplo. Primeiro, nenhum desses autores pesquisou sobre a Bahia, nada conhecendo da rica história local, não tendo portanto rigorosamente nada a dizer sobre o assunto. Desobedeceram assim a uma regra metodológica fundamental defendida pelo próprio Barth, a de que as teorias devem se ajustar aos fatos empíricos e não o contrário. Segundo, ao combater o dogma do essencialismo, embarcaram alegremente no dogma do circunstancialismo, segundo o qual a “etnicidade” se resumiria a manipulações de lideranças interesseiras, envolvidas em situações de competição por prestígio e desprovidas de conteúdos políticos e culturais de interesse mais geral. Embora a competição entre religiões populares entre nós seja um fato inegável, esses autores não perceberam o interesse político e civilizatório da ação “étnica” afro-baiana, desprezaram os conteúdos culturais dessa ação, esquivando-se de um dos problemas fundamentais da nossa época: a indispensável contribuição de todas as “etnias” e todas as culturas na construção de uma nova civilização mundial.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Génie du paganisme*. Paris: Éditions Gallimard, 1982.
- CASHMORE, Ellis (org.). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CHRÉTIEN, Claude. *A ciência em ação: mitos e limites*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- DE LESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia, impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2002.
- FANON, Franz. *Les damnés de la terre*. Paris: François Maspero, 1968.
- GRAUGNARD, Jean-François; PATROUILLEAU, Édith; EIMEO A RAA, Sébastien. *Nations indiennes, nations souveraines*. Paris: François Maspero, 1977.
- LANTERNARI, Vittorio. *Occidente e terzo mondo*. Bari: Dedalo Libri, 1972.
- LOWIE, Robert. *The history of ethnological theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1937.
- LUBBOCK, John. *Los orígenes de la civilización y la condición primitiva del hombre*. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1943 (ed. original em inglês, 1870).
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A scientific theory of culture and other essays*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.
- PANOFF, Michel; PERRIN, Michel. *Dictionnaire de l'ethnologie*. Paris: Payot, 1973.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVEIRA, Renato da. *Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental*. Revista Afro-Ásia n. 23, 2000, p. 89-145.

Guia de leitura

O livro *Teorias da etnicidade*, de Poutignat e Streiff-Fenart, é o trabalho mais completo disponível em português sobre nossa constelação temática, incluindo, como seu título indica, o texto fundamental de Barth. O *Dicionário de relações étnicas e raciais* possui inúmeros verbetes que permitem um aprofundamento de várias dessas questões. O texto “Ciência do homem e ‘dominação racional’: saber

etnológico e política indígena na África colonial francesa”, de Benoît de L’Estoile, que se encontra no livro *Antropologia, impérios e Estados nacionais*, apresenta uma boa análise de como a ciência substituiu a religião na legitimação das conquistas coloniais. Meu texto “Os selvagens e a massa” oferece um panorama da construção do racismo como teoria científica a partir do século XVIII, sua relação com a etnologia e a dominação do mundo pelo Ocidente.

Gays, lésbicas e simpatizantes - GLS

Diversidade sexual, identidade, militância,
homocultura, gueto.

Maurício Tavares
mntavares@uol.com.br

Muitas transformações aconteceram em um período curto (dos anos 70 para cá) na cena homossexual brasileira. O estilo de vida homossexual saiu dos guetos, tornou-se visível e absorvido pela mídia de uma forma menos preconceituosa. Para acompanhar essas transformações, é necessário que se esclareça o uso da expressão “identidade homossexual”, que o título deste texto faz referência. Ela é apenas um recurso facilitador ou operacional para se discutir um determinado tipo de manifestação sexual e suas metamorfoses visíveis em um determinado tempo e espaço.

O período utilizado para observar essas transformações é o das últimas três décadas, com a análise centrada em homossexuais masculinos das camadas médias dos grandes centros urbanos. É um

subgrupo específico escolhido por razões óbvias: constitui a face mais visível e influente da homossexualidade como estilo de vida. Este subgrupo, durante o período citado, passa por uma série de transformações em sua identidade. É um processo que vai da baixa auto-estima e ambigüidade nas relações sexuais a uma conscientização *gay* de inspiração nitidamente americana.

A identidade, aqui, é vista como uma atividade em permanente processo de mudança e construção; e a sexualidade – uma das dimensões centrais na nossa cultura para a construção da identidade social – é entendida, não como uma essência a ser desvelada, mas sim como um produto de aprendizagem de significados socialmente disponíveis para o exercício dessa atividade humana. É importante desvincular o conceito de identidade sexual da idéia de condição sexual.

Hoje se discute muito se é adequado e produtivo definir a sexualidade, outorgando-lhe algo como um caráter específico e uma natureza compartimentada. A idéia corrente é que não estamos diante de uma “condição” (tal como a condição feminina) ou de uma maneira inata de ser. Trata-se de uma circunstância, já que o desejo sexual não obedece a uma ordem natural e sim a propensões culturais, mutáveis no transcurso da história (inclusive a história de vida pessoal). Isso quer dizer que não existem objetos sexuais absolutos nem compartimentos estanques de desejo: este se inclina em um movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica mais além das ideologias; na verdade, são as ideologias que procuram estabelecer padrões e normas. No Brasil, à dificuldade de se categorizar a homossexualidade masculina acrescenta-se outro problema: nossa cultura machista atribui a designação homossexual aos que são visivelmente afeminados ou, ao menos, portadores de

algum grau de afetação comportamental. Para o senso comum, a relação homossexual é um mero substituto da relação tradicional macho-fêmea e ao homossexual típico cabe representar o papel feminino-passivo. Durante muito tempo o homossexual que assumia publicamente seu desejo por outros homens era, e continua sendo, vítima de escárnio e desprezo, enquanto o “macho” que mantinha relações com os “afeminados” estava livre de recriminação por parte de seus amigos. Esse traço do caráter só vai começar a ser questionado quando o problema homossexual emerge em anos mais recentes.

A cultura bicha-bofe

No início dos anos setenta, a cena homossexual se desenrola principalmente em bares. Esses espaços, geralmente localizados nos centros das cidades, são zonas decadentes freqüentadas por prostitutas e marginais. Uma prática homossexual subterrânea possibilita a convivência de pessoas de todas as classes sociais. As relações sexuais são, geralmente, mantidas entre o homossexual assumido (o “viado”, a “bicha”) e o “bofe”. O bofê é quase sempre um rapaz pobre que se envolve em um “caso” tendo como razão principal o dinheiro (uma prostituição às vezes disfarçada pela necessidade econômica). Ou, de outra forma, é alguém que se envolve em relações eventuais e que não se considera homossexual. O par bofe-bicha é mantido porque, entre outros motivos, os que se assumem como homossexuais (em uma homofobia internalizada) não sentem desejo por companheiros de igual perfil.

Os cinemas, os parques e as saunas são outros lugares, além dos bares, onde é possível conseguir um contato sexual. Todos

esses lugares, quase clandestinos, são às vezes invadidos pela polícia, que mantém uma relação hipócrita com a prática homossexual. A proibição é alternada com a permissividade condescendente, variando com o humor da ocasião.

Em 1978, surge um jornal mensal, *Lampião da Esquina*, criado por um grupo de intelectuais e jornalistas, com o propósito de discutir questões relacionadas com as minorias sexuais. O jornal tinha características da chamada imprensa alternativa (na época, o regime militar censurava a grande imprensa e surgiram jornais dirigidos a públicos específicos). O *Lampião* utilizava linguagem corrompida do gueto para falar de assuntos que eram considerados “lutas menores” pela classe média politizada: sexualidade, feminismo, índios e ecologia. Eram feitas denúncias da repressão aos homossexuais em um Brasil policialesco e também uma crítica original e bem-humorada à homofobia da esquerda brasileira que, bem de acordo com o modelo stalinista, tratava a homossexualidade como um desvio burguês (CALDAS, p. 77).

Também em 1978, foi criado o primeiro grupo de liberação homossexual, SOMOS. Com sede em São Paulo, SOMOS era inspirado nos grupos norte-americanos de conscientização *gay*. Na Bahia, em 1980, é criado o GGB (Grupo *Gay* da Bahia) por Luís Mott. O GGB é hoje o grupo *gay* mais antigo em funcionamento em toda a América Latina e Luís Mott o mais conhecido e um dos mais representativos líderes do movimento *gay* do Brasil.

Dançar para dançar

No começo dos anos oitenta, a cultura homossexual no Brasil, como em todo o mundo, está fortemente vinculada à explosão da *dance music*. As boates, ou discotecas *gays* – a palavra já tinha

uma ampla circulação – eram o templo predileto dos homossexuais, toda grande cidade tinha pelo menos uma, e a cena ia passando por um processo de americanização. Com os novos espaços, o gueto homossexual vai se tornando menos marginal e começa a haver uma segmentação de público. Os homossexuais de classe média, e os mais ricos, já não são obrigados a conviver com pessoas com quem têm um único vínculo de relação (a sexualidade). E mesmo o vínculo de ligação começa a tomar contornos diferenciados. Os homossexuais mais pobres continuam freqüentando os antigos bares e mantendo relações afetivo-amorosas com os ambíguos bofes; enquanto a classe média, mais receptiva às tendências cosmopolitas, se volta a relações mais igualitárias em espaços socialmente mais fechados. A homossexualidade passa a adquirir um certo *glamour* para a mídia. É moderno ser *gay*, e no imaginário popular, os homossexuais assumidos são pessoas de bom gosto na forma de se vestir e são hegemônicos em profissões que trabalham com a beleza feminina. O fenômeno do travestismo tem uma grande expansão na década de oitenta

Esse mundo de *glamour* e brilho das “discos” dos anos oitenta recebe o choque da epidemia da AIDS. Nesse período, a irrupção da epidemia atravessa todas as dimensões da questão homossexual (ativismo, experiência erótica, estilo de vida). A epidemia de AIDS é um marco histórico na vida dos homens que fazem sexo com homens, tanto do ponto de vista individual como coletivo.

Depois de uma certa retração no movimento das saunas e boates, os homossexuais começam lentamente a mudar seu comportamento sexual e são obrigados a refletir sobre seu estilo de vida. A AIDS serve como um novo impulso ao movimento organizado, porém agora com um novo perfil. Em vez da

militância política que tem como objetivo primordial a conscientização, os novos grupos que surgem têm seu foco principal na luta contra a epidemia e seus efeitos na comunidade *gay*. Os grupos se tornam menores e quase sempre estão vinculados a alguma ONG (Organização Não-Governamental) ou trabalham diretamente com órgãos do governo que tratam da saúde pública.

Apesar de vários aspectos em comum com outros países ocidentais, entre eles a associação AIDS = homossexualidade, o impacto da AIDS na construção da identidade homossexual brasileira deve tomar em conta aspectos que a diferenciam do mesmo processo nos Estados Unidos e países do norte da Europa. No Brasil, apesar das mudanças ao final dos anos setenta e começo dos anos oitenta, não havia uma sub-cultura *gay* tão organizada e visível. A persistência do modelo hierárquico bofe-bicha, tão adequado ao machismo latino-americano, resistia ao surgimento de modelos mais igualitários. Porém uma série de transformações já começava a se fazer notar de modo mais visível.

A cultura GLS

Nos anos noventa, o mundo *gay* com todas as suas ramificações já é uma realidade nos grandes centros urbanos do país. Lugares comerciais começam a funcionar de forma aberta, sobrepondo-se aos buracos clandestinos das décadas passadas. Os bares e boates já não se localizam exclusivamente nos centros decadentes e sujos. Agora estão nos bairros elegantes, disputando espaço com os *clubs* da moda. A segmentação social dos espaços *gays* que já se desenhava nos anos oitenta, torna-se

uma realidade indiscutível. Já existe, inclusive, uma divisão por tribos nos espaços reservados à classe média. Desde bares para homossexuais que se vestem de forma mais conservadora, seguindo códigos de aparência bastante restritos, até bares em que se encontram homossexuais mais modernos, que copiam as tendências ditadas pela juventude de Londres e Nova Iorque. *Drag queens* (rapazes que usam roupas femininas só por diversão) trabalham como promotores ou *host(ess)* das principais casas de diversão.

As experiências eróticas são cada vez mais praticadas dentro dos próprios subgrupos e a forma antiga (bofe-bicha) fortemente amparada no contato interclasses resulta cada vez mais discriminada e considerada uma prática de homossexuais antigos e grotescos.

Em 1993, acontece a primeira versão brasileira do *Gay and Lesbian Festival* de cinema de Nova Iorque. Na versão do ano seguinte, o diretor do festival no Brasil, para ampliar o público do evento, que já percorre catorze cidades do país, cria a sigla GLS para atenuar possíveis reações aos termos *gay* e lésbica. Na sigla, o S significa simpatizantes e contempla todo um público que circula em ambientes *gays* (*Clubs*, bares, desfiles de moda etc.). Ao mesmo tempo, é um rótulo que possibilita à mídia mais conservadora tratar o tema homossexual com uma camuflagem de uma sigla nova que não carrega em suas costas significados que podem provocar nos conservadores associações negativas. A cultura GLS cria ramificações, como *sites* na Internet, colunas em grandes jornais, editoras de livros, agências de viagem e toda uma gama de serviços dirigidas à comunidade que agora tem pretensões de deixar de ser gueto. Em 1997, organiza-se a I Parada do Orgulho *Gay* em São Paulo. A parada de São Paulo em pouco tempo cresceu em proporção

geométrica. No primeiro ano, foi acompanhada por apenas dezenas de participantes; na sua segunda versão, já arrastou milhares de seguidores e hoje é, com mais de um milhão de participantes, a maior parada *gay* do mundo. Superando em número as paradas de São Francisco, na Califórnia, e Nova Iorque, cidades que concentram grandes comunidades *gays*. Em Salvador, a primeira Parada do Orgulho Gay aconteceu em 2002 e já é considerada, na sua terceira temporada, uma das maiores, e mais animadas, do país. As paradas acontecem, em todo o mundo, no mês de junho, como celebração de um episódio acontecido no final da década de sessenta, em Nova Iorque, que é considerado um marco do movimento *gay* mundial. Em um bar chamado *Stonewall*, *gays*, *drag queens* e travestis se revoltaram com a invasão brutal da polícia e conseguiram expulsar os agressores, marcando simbolicamente o fim da passividade diante das ações hostis e discriminatórias. O dia 29 de junho, em que aconteceu a famosa revolta, é considerado o dia mundial do Orgulho *Gay*.

A mídia *gay*: televisão

Na televisão surgem apresentadores *gays* e nas telenovelas a presença de casais homossexuais que já não precisam ser caracterizados de forma grotesca ou caricatural. Nos canais fechados por assinatura, os *sitcoms*, comédias de situação são invadidos por personagens *gays* como em *Will & Gracie*, que tem como personagem principal um *gay* assumido que divide o apartamento com sua melhor amiga, e como personagem secundário importante um *gay* caricato, mas dotado de um grande senso de auto-ironia. Também são criadas séries com

temática exclusivamente *gay*, a inglesa *Queer as folk*, que na versão americana já está na sua quarta temporada (no Brasil, a série tem o nome de “Os assumidos” e é veiculada pelo canal Cinemax da DirecTV). Em “Os assumidos” é mostrada a rotina de um grupo de amigos *gays* de Pittsburgh, com seus problemas, mas também com um amplo painel da questão homossexual nas grandes cidades americanas. Na série do canal HBO, *A sete palmas*, um *gay* dono de uma funerária, o típico branco classe média americano, é mostrado em toda sua saga para assumir sua sexualidade, manter seu casamento com um policial negro e ser um participante ativo de sua igreja evangélica.

E em um processo de reafirmação de um pretensão bom-gosto *gay*, nos Estados Unidos é lançado o programa *Queer eye for a straight guy*, em que cinco homossexuais especializados em itens como moda e culinária de áreas diferentes, escolhem um homem hetero para mudar seu desleixado estilo de vida, ajudando-o a conquistar, ou reconquistar, uma mulher .

A TV paga começa a despertar para conteúdos dirigidos ao público homossexual. Pesquisas encomendadas pelas operadoras estimam que os canais *gays* têm potencial de atingir vinte por cento dos assinantes do país. Um público de grande interesse às programadoras e operadoras porque tem alto poder aquisitivo, podendo gastar mais do que a mensalidade das assinaturas com produtos extras como canais de filmes eróticos no sistema *pay-per-view*. Uma das grandes operadoras de TV por assinatura no Brasil, a DirecTV, incluiu em seu pacote um canal erótico *gay*, o G Channel.

Enquanto as empresas de TV pagas brasileiras apostam na audiência do público *gay* apenas para canais de sexo explícito, nos Estados Unidos a Viacom, empresa proprietária do canal

MTV está lançando o canal Logos, dirigido para *gays*, mas baseado em entretenimento.

No Brasil, na TV aberta nenhum programa aposta exclusivamente no público GLS, mas alguns elementos do universo *Gay* começam a ser usados. A MTV produziu um programa da série *Fica Comigo* em versão *gay*, com alto índice de audiência. E os casais *gays* em telenovelas começam a ser mostrados de uma maneira mais natural, sem precisar obrigatoriamente ser punido, ou redimido, no final do drama.

Imprensa

A primeira revista dirigida exclusivamente ao público *gay* no Brasil foi a *Sui Generis*. Lançada em 1995, tinha como modelo as revistas de comportamento inglesas e americanas. Ela era direcionada a um público de classe média consumidor de moda e cultura. E embora usasse fotos de homens sensuais na capa e dentro da revista, ela se afastava do padrão mais explícito das revistas eróticas. Durou seis anos e acabou por ficar atrelada a sua concepção editorial de origem em que não cabia fotos de homens nus.

A publicação de maior sucesso no mercado de revistas *gays* no Brasil é a *G Magazine*. Lançada em 1997, continua nas bancas, tem como atração principal fotos de homens famosos nus, com ereção, e acabou se tornando uma similar da *Playboy*, com igual capacidade de realizar as fantasias visuais do seu público. Ao mesmo tempo que exhibe nus, a revista traz textos de estudiosos da questão *gay*, colunas de fofocas e conselhos sentimentais, resenhas de livros, discos e filmes. Na sua esteira, e no seu formato, surgiram outras revistas, como *Homens*, e a *Porn*, mais estritamente dedicada ao público consumidor de vídeos pornôds.

Na Bahia, na década de oitenta, o jornalista Waldemir Santana assina a coluna *Gatos & Sapatos*, na Tribuna da Bahia, e em período mais recente, o jornal alternativo *Província da Bahia* lança a coluna *Arco-Íris*, assinada pelo presidente do GGB Luís Mott. À parte das colunas, o principal jornal local, *A Tarde*, manteve durante anos uma postura marcadamente homofóbica, ao ponto de escrever um editorial em que propunha a morte dos *gays* como a solução menos onerosa ao problema da AIDS. Com uma reforma editorial em 2003, o jornal passa a adotar uma postura mais moderna e abre seus espaços para matérias positivas sobre homossexualismo e também entrevista e dá voz às principais lideranças *gays* do estado.

Questões de direito

Nos últimos anos, direitos de cidadania, como parceria civil, pensão, divisão de bens, têm aparecido na pauta das principais discussões sobre o tema. A extrema crueldade com que algumas famílias tratou os sobreviventes de parcerias homossexuais, principalmente no período mais negro da epidemia da AIDS, fez com que setores organizados do movimento *gay* expusesse a reivindicação de tratamento igual para todos os casais, independente da orientação sexual. A adoção de crianças por casais *gays* também aparece como uma nova batalha contra uma legislação ultrapassada e conservadora.

Novo Milênio

Na primeira década do novo milênio, o quadro começa a apresentar contornos mais complexos. As transformações ocorridas

nas décadas anteriores permitem que um jovem consiga ver modelos positivos para a construção de sua identidade sexual. Ele já não precisa mais adotar uma postura marginal ou manter uma vida dupla para ser aceito na sociedade. É evidente que as mudanças não ocorrem em toda sua intensidade em todos os lugares. As universidades começam a discutir a questão no bojo de um novo modismo acadêmico, os Estudos Culturais. Também são organizados congressos com o tema, como o da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, que em 2004 apresentou quase duzentas pesquisas na área, possibilitando o surgimento de novas questões. Começa-se a discutir um mundo pós-gay. Nesse novo mundo, passado o período necessário da militância, as pessoas já não seriam obrigadas a se enquadrar em rótulos ou ser definidas por siglas. A sexualidade é livre e mutável. Ou não. Nessa cena, que começa a se delinear, é permitido o retorno de velhas formas de relação afetivo-sexual. O casal gay bem comportado e ajustado, seguindo os ditames de um ideário romântico e conservador, já não é mais a única possibilidade no horizonte do pensamento politicamente correto.

Referências

- CALDAS, D.H. *Comportamento-identidade*. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.
- MAFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- PARKER, R. e BARBOSA, R. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- TREVISAN, J. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Sites

www.ggb.org.br

www.mixbrasil.uol.com.br

Globalizações

Global, local, identidades,
cultura do consumo, meios de comunicação.

Goli Guerreiro e Nadja Vladi
goliguerreiro@uol.com.br
nadja_vladi@uol.com.br

Introdução

O sanduíche é *McDonalds*, a gasolina no Posto *Shell*, o tênis é *Adidas*, a música *Hip Hop*, o filme é *Senhor dos Anéis*, a camiseta *Benetton*, o cinto é da *C&A*, a TV é *Sony*, o celular *Nokia*, o estilo é *Black Power*. Bem-vindo ao mundo dos signos globalizados. Se formos mais atentos, percebemos que o tênis *Adidas* alemão pode ser fabricado no Vietnã, que a gasolina vendida por uma empresa norte-americana sai dos poços de petróleo do Oriente Médio e que o cinto que compramos na holandesa *C&A* é feito no interior de São Paulo. Com o clique no *mouse*, lemos jornais de Nova York (EUA) ou de Luanda (Angola). Pesquisamos sobre o budismo ou a *yakuza*. Nas televisões, compartilhamos da adoração de programas norte-americanos como *Buffy, a Caça-Vampiros* ou *Arquivo X*, e revistas em quadrinhos de estilos japoneses como o

Mangá, com marroquinos, franceses, coreanos. A música que ouvimos, a roupa que usamos, o filme que assistimos nos fazem consumir e compartilhar produtos e comportamentos planetários. Somos baianos, brasileiros, latino-americanos e globais. Essa é a formatação contemporânea na qual vivemos.

Mas afinal, o que está em jogo quando falamos de globalização? Estamos falando de economia e consumo, de mídia e tecnologia ou de cultura e comportamento? Na verdade, estamos falando de tudo isso ao mesmo tempo, todos esses aspectos estão conectados nesse processo que chamamos de globalização. Há muitas maneiras de dar sentido ao termo. Por isso chamamos esse capítulo de “globalizações”. E nada melhor do que um panorama histórico para passear pelo significado desse plural.

A história mostra que um tipo de globalização começa no início da era moderna, quando os portugueses empreenderam as grandes navegações. Com a ajuda da cultura árabe, que dominou o norte da África e alcançou também a Península Ibérica (durante os mais de 600 anos de ocupação moura), os portugueses aperfeiçoaram as técnicas de navegação e colocaram em contato todos os continentes da terra. A circunavegação permitiu o contato de povos de tradições culturais absolutamente diversas. É desse período, precisamente de 1602, a fundação da Companhia Unida das Índias Orientais criada com o objetivo de conquistar terras produtoras de especiarias, principal movimentação do comércio mundial no século XVII. Assim, o tabaco da América chegou à Europa, os coqueiros indianos vieram para o Brasil.

Esse movimento globalizador tem

suas raízes na expansão do capitalismo nos séculos XV-XVIII, no advento das sociedades industriais e na modernidade do século XIX. [...] No final do século XX

cristaliza-se um conjunto de fenômenos econômicos, políticos e culturais que transcende as nações e os povos. (ORTIZ, 1996, p.17)

Pode-se ver que a globalização implica uma continuidade histórica e não se trata, portanto, de um fenômeno recente que, entretanto, tomou contornos particulares a partir do século XIX. Já éramos globais quando usávamos o cravo-da-índia, a seda chinesa e as naus portuguesas.

Entretanto, a revolução industrial permitiu a expansão do consumo, através da produção em série, que vai desencadear o processo de globalização baseado, sobretudo, na questão econômica. O processo tem início no século XVIII com a substituição do trabalho feito à mão por máquinas. A produção da eletricidade no século XIX transforma o mundo com o motor a combustão, o telégrafo, o telefone, os avanços científicos. Nesses novos tempos, a produção é industrial e a comunicação diminui as distâncias. Mas, segundo o historiador Eric Hobsbawm, somente no meado do século XIX é possível falar em

economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (HOBSBAWM, 1988, p. 95)

Já no século XX, na segunda metade dos anos 40, depois da segunda guerra, o avanço tecnológico vai dar novos contornos ao processo de globalização com as tecnologias de informação e comunicação. Microeletrônica, computadores, meios de comunicação massivos mudam a paisagem do planeta. As pesquisas e a mão-de-obra qualificada avançam nos centros universitários. A indústria é cada vez mais produtiva, lucrativa e competitiva.

Os sindicatos tornam-se fortes e atuantes no direito dos trabalhadores. Os Estados Unidos apostam no liberalismo econômico, ou seja, em uma sociedade com liberdade comercial, auto-regulamentada pelo mercado, mas dando ao Estado o poder de gerar planos para dirigir a economia e evitar crises profundas.

Nesse período, o mundo era dividido em duas grandes superpotências econômicas: Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Era a época da chamada “Guerra Fria”, com espionagem militar, o fantasma de uma guerra nuclear, e socialistas e capitalistas em busca de conquistar posições. A rivalidade do liberalismo norte-americano e o comunismo soviético teve um ponto final em 1986 com o fim da Guerra Fria, liderada por Mikhail Gorbatchov, presidente da ex-URSS, e pai da *Perestroika* (reestruturação) e da *Glasnot* (abertura política). Os resultados foram a desintegração do império soviético e a consolidação da posição dos Estados Unidos como grande potência mundial.

Dentro desse panorama histórico, a globalização está conectada aos valores econômicos de livre mercado dos Estados Unidos¹ e da Grã-Bretanha, e ao avanço da comunicação. Levando em conta a competitividade e o lucro, em busca de mão-de-obra barata, incentivos fiscais e novos mercados consumidores, empresas se transformam em transnacionais e se instalam em países diferentes para ampliar suas produções. Calças *Levi's*, tênis *Nike* são fabricados em países asiáticos, peças de automóveis no México, no Brasil. Essa nova lógica cria uma rede global de produção e um novo fluxo de informações. Essa passa a ser a lógica do neoliberalismo², em plena década de 70, liderada pela primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, e o presidente norte-americano, Ronald Reagan. O dinheiro

começa a circular pelo planeta em busca de novos e promissores mercados. Esse capital transnacional tem como principal aliado as novas tecnologias de informação e comunicação que geram um outro tipo de globalização.

Em 1967, Edgar Morin em seu livro *Culturas de Massa do Século XX* chama de uma cultura planetária “a imprensa moderna, o cinema, o rádio, a televisão” (MORIN, 1987, p.158). No entendimento do autor, essa cultura produzida essencialmente nos Estados Unidos consegue penetrar em diversos pontos do planeta como Ásia, África, América Latina, Europa.

Em toda parte onde o desenvolvimento técnico ou industrial cria novas condições de vida, em toda parte onde se esboroam as antigas culturas tradicionais, emergem novas necessidades individuais, a procura do bem-estar e da felicidade. (MORIN, 1987, p. 159)

Há todo um conjunto de valores divulgados pelos meios de comunicação de massa que passam a ser compartilhados por parcelas significativas da população humana.

É possível falar então de globalização eletrônica. A Internet, a telefonia digital, a televisão possibilitam a conexão com pessoas em qualquer parte do globo. No século XXI, os meios de comunicação permitem o acesso a imagens “ao vivo”, ou seja, em “tempo real” de qualquer fato em qualquer lugar do planeta. Tudo isso aponta para uma maneira inédita de ser e estar no mundo. O pensador canadense Marshall McLuhan, autor da célebre frase “o mundo será uma aldeia global”, em 1964, percebeu as transformações sociais que o mundo contemporâneo começava a vivenciar a partir dos avanços tecnológicos. Nessa nova era, cinema, televisão, rádio, e, mais recentemente, Internet, satélites, celulares digitais, *videogames*, colocam o mundo (e suas diversas identidades) a nossa disposição. Um

conceito como juventude, por exemplo, foi globalizado por conta do cinema (aliado com a música) através de filmes como *O Selvagem*, *Juventude Transviada* e *No Balanço das Horas*:

[...]antes a garotada não era garotada, seguia o padrão do adulto, aquela imitação do homenzinho, sem identidade. Mas quando Bill Halley chegou com *Around the Clock*, o filme *No Balanço das Horas*, eu me lembro, foi uma loucura para mim. A gente quebrou o cinema todo, era uma coisa mais livre, era minha porta de saída, era minha vez de falar, de subir no banquinho e dizer eu estou aqui. Eu senti que ia ser uma revolução incrível. Na época eu pensava que os jovens iam conquistar o mundo. (DO CARMO, 2000, p.33)

Essa fala não é de um garoto americano, é do baiano Raul Seixas que assistiu a película em Salvador, Bahia. Isso mostra que filmes, música, literatura, moda, atitude delineiam a globalização não como um processo meramente econômico ou eletrônico, mas também com uma dimensão comportamental e, portanto, cultural. Anthony Giddens diz que

a globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p. 69)

A globalização cultural permite o compartilhamento de gostos, estilos de vida e identidades transnacionais. O *punk* nasceu nos subúrbios operários ingleses dos anos 70. Mas o estilo de vida incorporados por aqueles jovens e amplificados pela música do *Sex Pistols* e *The Clash* rodaram o mundo e os *punks* se encontram em São Paulo, Tóquio e Nova Dehli. Percebemos que a vertente cultural da globalização possibilita que pessoas de diferentes países compartilhem de uma espécie de identidade planetária, porém, fragmentada. A globalização eletrônica

possibilita que cada sociedade seja atravessada por diversas culturas e informações variadas, o que coloca em cena sujeitos com identidades múltiplas. Stuart Hall dá pistas:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2001, p. 13)

Em um mundo de trocas econômicas e tecnológicas globais, o ambiente forma identidades culturais móveis, constantemente remodeladas, sobretudo pelas mídias.

A MTV (Music Television, criada em 1981 nos EUA), emissora com escritórios em boa parte do planeta, tornou-se não apenas um canal de televisão, mas a representação de um mundo de símbolos e marcas de uma geração, a chamada Geração MTV, que circula além das fronteiras dos Estados Unidos, criando uma audiência planetária³ alimenta um mercado mundial ligado a estilos de vida juvenis. A MTV tornou-se um espaço de compartilhamento de hábitos globais, mesmo considerando suas importantes diferenças locais. Para Renato Ortiz, esse fenômeno faz parte de uma “cultura popular-internacional” movida através do consumo que a coloca apta a decifrar códigos culturais mundiais.

T-shirt, rock-and-roll, guitarra elétrica, ídolos da música pop e pôsteres de artistas (ou até mesmo de Che Guevara, “Hay que endurecer, pero com ternura”) são elementos partilhados planetariamente [...]. Eles se constituem assim em cartelas de identidade, intercomunicando os indivíduos dispersos no espaço globalizado. Da totalidade dos traços-*souvenirs* armazenados na memória, os jovens escolhem um

subconjunto, marcando desta forma sua idiossincrasia, isto é, suas diferenças em relação a outros grupos sociais. (ORTIZ, 1994, p. 129)

Dessa forma, globalização se refere a fenômenos econômicos e tecnológicos, mas também à dimensão cultural de um processo que atravessa nações e povos e que pode ser considerado “um padrão civilizatório”.

O global e o local

Uma vertente dos analistas da globalização logo apontou o risco de uma homogeneização das sociedades, uma abolição das diferenças que eliminaria a rica diversidade cultural do planeta. Ou seja, a possibilidade de todos os povos adotarem as mesmas formas de vida, a mesma música, o mesmo modo de vestir. Este ponto de vista enfatizava a força avassaladora de uma onda que parecia poder “ocidentalizar” todo o planeta. Contrariando esta expectativa, nas últimas décadas movimentos sociais do mundo inteiro se organizaram privilegiando um referencial identitário para enfatizar a necessidade do reconhecimento legítimo da diferença e a força das culturas locais. Na virada do milênio, a questão da cultura apresenta-se como problema-chave que faz a mediação entre o fluxo globalizante e os particularismos identitários, ou entre a homogeneização e a repositição das diferenças. A esfera da cultura seria, portanto, o espaço de resistência à tendência homogeneizante da globalização. No mundo contemporâneo, os diversos fenômenos que delineiam o processo de globalização reservam à cultura um papel central. Segundo Anthony Giddens (1991), ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam esticadas através de uma

rede de comunicação planetária, como parte do mesmo processo vemos o fortalecimento de pressões para autonomia cultural local. Tem-se uma via de mão dupla: fala-se em mundialização da cultura⁴, em homogeneização de processos culturais, mas verifica-se o desenvolvimento de fluxos locais, cada vez mais particularizados.

Em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Stuart Hall argumenta em favor de uma nova identidade dentro da discussão do global e local. Para o autor, o mundo globalizado/homogeneizado fortalece identidades geradas pela diferença proveniente do local.

A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local, seria mais acurado pensar uma nova articulação entre ‘o global’ e ‘o local’. [...] Entretanto parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, *novas* identidades ‘globais’ e *novas* identidades ‘locais’. (HALL, 1992, p. 77 e 78)

Muitos autores afirmam que talvez a globalização não seja exatamente a dinâmica que caracteriza o nosso tempo, mas sim uma *glocalização* (global+local). Isso pressupõe que há, ao lado do impacto do global, um novo interesse pelo local. Os bens são consumidos globalmente, mas com significados locais e que apresentam um sentido estético individual de quem o consome e da forma que o consome.

A cultura do consumo é um dos aspectos mais significativos da globalização. Na perspectiva apresentada por Mike Featherstone (1995), a cultura do consumo cria vínculos, estabelece dimensões sociais.

Usar a expressão ‘cultura de consumo’ significa enfatizar que o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea. Isso envolve [...], na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de bens materiais como ‘comunicadores’, não apenas como utilidades. (FEATHERSTONE, 1995, p. 121)

O consumo produz sonhos, desejos, prazeres que compõem o imaginário de diferentes populações do planeta.

Para Nestor Garcia Canclini (1999), a sociedade contemporânea é formada por cidadãos que usam o ato de consumir como uma forma de estabelecer identidades.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais ativa através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 1999, p. 37)

Essa mudança reorganiza as formas de se estar no mundo. Identidades são moldadas pelo consumo de bens e dos meios de comunicação. Mas esse consumo não é um simples comprar, gastar, mas parte de uma rede complexa que organiza a forma como as sociedades ocidentais se apresentam. É um consumo de valores, afetividades e identidades que coloca os sujeitos em uma comunidade global, alimentada por especificidades locais.

Há uma correlação entre os processos que atingem os diversos países e sociedades de forma desigual, pois cada sociedade reordena seus elementos particularmente, sem, no entanto, se desvencilhar da malha global que desenha uma nova configuração social. Para Hall, a globalização fortalece as identidades

locais, entretanto ele pondera sobre a desigualdade do processo e a dominação das identidades culturais das “sociedades ocidentais” em relação às culturas periféricas.

O global e o real

Na verdade, o mundo globalizado existe e é real, mas está disponível apenas para uma minoria da população do planeta que tem acesso a computadores e à Internet, conta bancária, tempo livre, domínio da língua inglesa para consumir as mercadorias e bens culturais oferecidos em *sites* de compra e venda ou em programas de televisão a cabo. Existe um outro mundo sem avanços tecnológicos, atrasado e bastante real, no qual a globalização não chegou. Em pleno século XXI, muitas comunidades ainda não se beneficiam de acesso a bens básicos como telefone, água, alimentos e eletricidade. Isso mostra que a globalização não consegue transpor as desigualdades históricas do planeta.

De fato, a globalização tem permitido aos Estados Unidos garantir a sua posição de superpotência no planeta. Mesmo que não exista uma americanização absoluta do mundo, a população mundial consome mais produtos e estilos de vida norte-americanos (e um pouco europeus) do que asiáticos, latino-americanos ou africanos. Mesmo os resultados proporcionados pela globalização, como a ampliação de mercados para países mais pobres, uma vasta circulação de capital e informações, ela parece não conseguir diminuir a miséria no mundo, conferindo aos países desenvolvidos a maior fatia do bolo.

Diante desse contexto de desigualdades mundiais, no final dos anos 90 surge um novo ativismo com forte acentuação juvenil:

o movimento antiglobalização que luta contra o neoliberalismo, considerado pelos participantes o principal causador de danos aos países mais pobres e ao meio ambiente. A palavra de ordem é o cancelamento das dívidas dos países pobres, proteção do meio ambiente, modificações nas regras do comércio internacional. O inimigo é personalizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). Os movimentos antiglobalização se organizaram a partir de 1996. Um dos sinais foi dado (no México) pelo Comandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Armado de um *laptop*, ele mandou, pela Internet, uma convocação mundial contra o neoliberalismo. O sinal foi captado em todo o planeta. Marchas, ações começaram a acontecer com o mesmo objetivo, unindo-se a organizações com os mesmos princípios como *Reclaim the Streets* (grupo formado por ambientalistas que costuma ocupar ruas na Europa para fazer festas e impedir a passagem de carros), o Movimento dos Sem Terra (MST), a *culture jamming* (prática de parodiar peças publicitárias).

A primeira grande manifestação ocorreu em Seattle (Estados Unidos), em dezembro de 1999, durante a Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Cem mil manifestantes protestaram contra a exclusão social gerada pela globalização econômica. Era um marco de uma série de protestos e mobilizações na cena política mundial. Em setembro de 2000, a primeira manifestação pós-Seattle aconteceu em Praga, na República Tcheca, no encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (Bird). Nesta época, os protestos ganharam uma sigla e uma organização não governamental (ONG) para planejá-los: Inpeg (Iniciativas contra a Globalização Econômica).

Em 2001, o Fórum Social em Porto Alegre (RS), com a proposta de pensar que “Outro Mundo é Possível”, tornou-se o ponto de encontro mundial dos manifestantes. Também em 2001, durante a reunião do G-8 (grupo formado pelos oito países mais industrializados do mundo, que decide as linhas políticas de intervenção global), em Gênova (Itália), aconteceu mais um ato do movimento antiglobalização, com a presença de 150 mil pessoas.

Estas manifestações revelam um tipo de conexão global que reúne aqueles que comungam de uma certa visão de mundo independente da nacionalidade, etnia ou classe social. A imagem da rede é boa para compreender esse processo: “o mundo se transformou em uma rede de relações sociais, e entre as suas diversas regiões existe um fluxo de significados, bem como de pessoas e mercadorias” (HANNERZ, 1990, p. 251).

Conclusão

Embora alguns autores considerem a globalização um fenômeno ocidental, o sociólogo Domenico De Masi acredita que “a globalização atual representa somente o êxito mais elaborado de uma tendência perene do homem, de explorar e depois colonizar todo o território que ele pensa que exista, até construir uma única aldeia” (DE MASI, 2000, p. 136). É claro que estamos bem distantes disso. Não há uma homogeneidade ou uma cultura comum compartilhada globalmente, mas Mike Featherstone pode ter razão quando diz:

é possível argumentar que o fortalecimento da noção de que todos compartilhamos o mesmo pequeno planeta e estamos envolvidos diariamente numa série crescente de contatos cul-

turais com outros amplia o leque de definições conflitantes do mundo com os quais somos postos em contato. Esta aproximação de culturas nacionais concorrentes, envolvidas em disputas pelo prestígio cultural global, é uma possibilidade de cultura global. (FEATHERSTONE, 1995, p. 202)

Vivemos as globalizações em algumas dimensões do nosso cotidiano, compartilhamos gostos, interesses e práticas com pessoas em qualquer parte do mapa-mundi (a coca-cola vende em todo o globo 32 milhões de garrafas por hora), mas isso não significa que a imensa diversidade cultural do planeta tenha desaparecido. Alguns autores chamam a atenção para importantes obstáculos ao avanço da globalização:

A babel de línguas no mundo constitui uma limitação crucial no processo de globalização, e a enorme difusão da educação e da alfabetização irá tornar este problema mais agudo para os objetivos de uniformização do mundo. Devo dizer que me parece uma utopia a idéia de que, algum dia, todo o mundo estará falando inglês. (HOBSBAWN, 1999, p. 135)

Mas se o que de fato significa globalização ainda não está suficientemente claro pra você, não se preocupe. Eric Hobsbawm, um dos mais perspicazes e influentes historiadores do nosso tempo, diz que não tem certeza se entende plenamente as implicações do fenômeno.

Notas

¹ É preciso levar em consideração uma observação pertinente do pesquisador argentino Néstor Canclini que não considera a globalização um domínio estadunidense sobre o mundo ou simplesmente uma americanização do mundo. “As afinidades e divergências culturais são importantes para que a globalização abarque ou não todo o planeta”, disse durante palestra no 4º Fórum Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, em 21/04/2004.

² Uma doutrina que objetiva diminuir o *déficit* público, a partir de ações como a privatização de empresas estatais, diminuição de encargos sociais e o fim da inflação.

³ Em 1991, a MTV norte-americana tinha 28 milhões de assinantes. A MTV Europe chega para mais de 44 milhões de lares. A MTV Asia cobre 30 países e alcança mais de três milhões de pessoas. (Dados extraídos do livro *Vocabulário de Música Pop*, de Roy Shuker, 1999, p. 287)

⁴ O sociólogo Renato Ortiz estabelece uma diferenciação entre os termos globalização e mundialização. Usa o primeiro para se referir a fenômenos econômicos e tecnológicos e o segundo para falar da dimensão cultural de um processo que atravessa nações e povos.

Referências

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.

DO CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia – a juventude em questão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda., 1995.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HANNERZ, Ulf. *Cosmopolitas e locais na cultura global*. Cultura global – nacionalismo, globalização e modernidade. Mike Featherstone (org.). Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

MACLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MORIN, Edgar. *O espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 2v.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SHUKER, Roy. *Vocabulário de música pop*. São Paulo: Hedra, 1999.

VLADI, Nadja. “RG Jovem: identidades, culturas juvenis, meios de comunicação e estilos de vida – uma análise do caderno Folhateen da Folha de São Paulo”. Salvador. FACOM/UFBA, 2004. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas).

Identidades

Construção de identidades,
identidade local, regional, nacional, baianidade,
brasilidade, identidade e militância.

Milton Moura
mmoura@ufba.br

O interesse pela temática da construção de identidades tem crescido nas duas últimas décadas, tanto no mundo acadêmico quanto no âmbito da mídia. Muitos centros de pesquisa, hoje, dedicam-se diretamente a produzir conhecimento sobre identidades, e podemos observar também que inúmeros grupos que mantêm militância política desenvolvem atividades centradas neste item. Inicialmente, convém colocar algumas pistas no sentido de compreender este crescimento.

Os autores dos Estudos Culturais, uma escola de pensamento transdisciplinar nascida na Inglaterra, nos anos setenta, costumam dar como marco fundador da reflexão contemporânea sobre identidades o choque cultural produzido pela afirmação e consolidação, nos países hegemônicos, de intelec-

tuais oriundos dos países colonizados. A própria biografia desses autores é emblemática disto. Stuart Hall, negro e jamaicano, tornou-se a referência mais importante deste tipo de reflexão, estabelecendo-se na Inglaterra. Homi Bhabha, indiano, tem uma trajetória semelhante, nos Estados Unidos. Paul Gilroy, inglês, é negro e apresenta-se como rastafari, ou seja, disto do modelo britânico de intelectual. Muitos outros autores e autoras, como a indiana Gaiatri Spivak, assumem a sua história e sua condição existencial como o lugar social a partir do qual enunciam seu pensamento.

Podemos dizer que estes autores invadiram a praia dos países centrais e instalaram a problemática da identidade de maneira performática. E é significativo que a busca de um perfil próprio como pesquisadores esteja conectada à própria busca, naqueles países, de políticas públicas de inserção dos imigrantes e seus descendentes, em termos de trabalho, educação, cultura e saúde. Como o número de imigrantes africanos e asiáticos cresceu consideravelmente dos anos cinquenta aos noventa, estampou-se, na cena cotidiana de cidades como Londres, Berlim e Bruxelas, a presença do outro.

Este outro não era novidade enquanto tal. Entretanto, mantinha-se lá, na casa do outro. Ora, desde o final do século XIX, a Antropologia trata do problema da alteridade. Seu problema central é a diversidade das formas como as sociedades humanas organizam sistemas simbólicos que proporcionem experimentar a vida em sociedade com sentido. Onde, então, estaria a novidade? Na reversão da linearidade da relação. Nas últimas décadas, o outro, o (ex)colonizado, adentra a casa do metropolitano e lhe diz que ele, o metropolitano, também é um outro. O problema da alteridade, que até os anos setenta havia sido pensado quase sempre em termos de mundo colonizado, é

empurrado para dentro dos países industrializados, que haviam construído sua riqueza, em grande medida, através da colonização. O homem ocidental, branco, judeu/cristão, que pensou o mundo como se ele fosse *o um* e o outro fosse simplesmente *o outro*, agora se depara com a incômoda acusação de que ele, o homem ocidental, é *o outro* daquele outro, o colonizado. Esta mudança é fundamental aos efeitos de perceber o crescimento em importância da discussão sobre a identidade.

Um aspecto fundamental desta discussão é que costuma acontecer como um drama. É freqüente dizer *identidade cultural*, *identidade política*, *identidade religiosa*... Entretanto, a emergência, insinuação, estabelecimento ou consolidação de uma identidade é um processo consideravelmente complexo, que pode ser observado tanto no âmbito macropolítico, historiográfico, quanto no âmbito existencial, íntimo. A distinção depende muito mais do ângulo de observação do que do processo mesmo. É que os contornos de um processo são observados sempre de um determinado ângulo. Neste caso, os contornos tanto são delineados pelos sujeitos que vivem o drama de construção de uma identidade como pelos pesquisadores, escritores, artistas e demais profissionais especializados que se debruçam sobre este drama.

Numa sociedade tribal ou mesmo em sociedades mais diferenciadas, os modelos de comportamento são estritamente passados aos indivíduos pelos mais velhos. A diferenciação tende a ser mínima e regulada com muita severidade, como diz Durkheim (1995) quando propõe o conceito de *solidariedade mecânica*. Em princípio, a diferença já seria suspeita. É com a diversificação dos papéis, das funções e das prerrogativas, nas sociedades que o autor caracterizou como marcadas predominantemente pela *solidariedade orgânica*, que a sociedade

pode conviver com diferenças internas e desenvolver-se, não apesar de, mas também por causa das diferenças.

Seguindo esta linha de pensamento, podemos generalizar que, numa sociedade colonial, a identidade não se coloca como problema até o momento em que o poder metropolitano é enfrentado e posto em questão. Ao contrário do que às vezes os livros didáticos dão a parecer, não são as nacionalidades novas que já estão ali, dotadas de substância própria, sufocadas pelo jugo colonial. As novas formulações de identidade se organizam justamente mediante o enfrentamento das instâncias de dominação, pela construção de um novo projeto. E este projeto é ao mesmo tempo cultural, econômico e político. Pode ser também religioso, sendo que este traço às vezes chega a ser o elemento unificador. Trata-se, enfim, do projeto de construção de uma identidade.

O que seria, então, uma identidade? Muitas vezes, estudantes e pesquisadores buscam uma definição simples, no sentido de facilitar a compreensão. Não creio que esta seja uma boa opção, inclusive porque não faz sentido falar em *uma identidade* ou *a identidade* como uma coisa dada. O que se pode observar e experimentar são *identidades* em interação, tanto em dinâmicas de consenso como em dinâmicas de conflito.

Proponho compreender a construção de uma identidade, ou de identidades, como um *texto*. E um texto pode ser compreendido pelo menos em três dimensões. A primeira, de *tecimento*. O olhar que capta uma identidade desta forma normalmente deseja conhecer seu processo de construção. A segunda dimensão é de *tecido*. Costumamos realçar esta dimensão quando miramos uma identidade a partir de uma obra artística ou literária ou de um ensaio científico que ofereça uma versão de uma sociedade, grupo ou indivíduo. E podemos ainda perce-

ber o texto na sua dimensão de *contextura*, *tessitura*. Esta concepção de identidade costuma conferir mais importância à estrutura do texto identitário. Cada um desses olhares é complementar com relação aos outros. Não se trata de escolher uma parte ou um lado da realidade. É que a construção de uma identidade é sempre um drama complexo e precisamos nos acerrar, de cada vez, priorizando um ou outro aspecto.

Todos estamos referidos a algum tipo de texto, seja o perfil de um indivíduo, seja a saga de um grupo, seja ainda a epopéia de uma tribo. No caso das chamadas *sociedades complexas*, podemos multiplicar os tipos de texto identitário, desdobrando-os em diversos estilos e mídias. Uma chave interessante para compreender este processo é a propaganda comercial. Afinal, a propaganda de uma marca de cerveja ou cigarro não é uma proposta de identificar mediante a associação a uma substância psicoativa que, por sua vez, garantiria a sensação de prazer, liberdade, realização?

No âmbito desta reflexão, podemos perceber a memória como um acervo de lembranças que nos garante identificação no universo de um emaranhado infinito de lembranças possíveis; em outras palavras, registros resgatados como lembranças dentre outros que foram esquecidos... Um acervo que faria sentido para aqueles a quem estaria destinado, mesmo que nunca venha a ser colocado propriamente a descoberto. A própria experiência de cultivar a memória é identificação do sujeito da memória consigo mesmo. O sujeito se constrói como singularidade, ou seja, como alguém que somente esse sujeito é, porquanto se lembra continuamente de quem é, o que não significa exercer continuamente esta faculdade como tarefa de que tenha percepção clara e reflexiva – conscientemente, como outros diriam.

Elaborar versões sobre o que se experimenta é uma atuação fundamental em toda sociedade. Algumas versões podem ser chamadas *textos identitários*. São aqueles que anunciam, mais explícita e nitidamente, o perfil de um sujeito, um grupo ou uma sociedade de milhões de pessoas.

A importância da elaboração e manutenção de um texto fundador das nacionalidades é destacada por Benedict Anderson (1989). Comparando dezenas de situações históricas, o autor detecta, no texto-base de uma nação, aquilo de que se deve lembrar e aquilo que se deve esquecer. A nação se configura então como um sistema coerente e articulado de relatos cuidadosamente guardados, sem que estes relatos sejam estorvados por lembranças inconvenientes ou embaraçosas, o que comprometeria a eficácia do texto.

Homi Bhabha (1998) ressalta o caráter pedagógico e performático da nacionalidade, ou seja, como uma construção cuja validade depende de sua reiteração com efeito persuasivo. O autor sinaliza continuamente a fluidez e a historicidade do estado-nação como construto, o que abre espaço para pensar a mesma fluidez e historicidade no caso da constituição das regiões – aliás, sempre referidas e justificadas como regiões *de um estado-nação*.

Para Bourdieu (2001), a regionalidade se coloca como construção eminentemente política. Alguns sujeitos detêm o poder de definir como se constitui um espaço geográfico a cujos contornos corresponderiam características naturais e/ou culturais. O autor sublinha a luta entre geógrafos e economistas no sentido de hegemonizar o delineamento da regionalidade, o que equivale a uma mirada centrípeta ou centrífuga, respectivamente. Em termos literais, trata-se da luta pelo poder da divisão. Os critérios de definição do regional se situam, enfim, no âmbito das representações.

A partir destas contribuições, não faz sentido, portanto, querer enxergar equivalências ou correspondências entre as fronteiras oficialmente definidas e os territórios culturalmente construídos como contrapartidas espaciais de identidades.

Consideremos agora alguns processos de identificação que podemos chamar de especiais. Ora, todos elaboramos *textos identitários*. Porém, se é universal o trabalho de produzir textos identitários, certamente não é com a mesma frequência, intensidade e repercussão com que acontece em diferentes sociedades. A quem percorre o Brasil, salta aos olhos a desproporção com que brasileiros de diferentes locais recitam o texto sobre si próprios, em termos de investimento de tempo, de energia, de expectativas... Historicamente, algumas cidades se constituem, pelo mundo afora, como centros, núcleos, emblemas de processos que deságuam no estabelecimento de uma nação, de um estado, de um gênero musical. É o caso de New Orleans, Roma, Rio de Janeiro, Paris... E aí se verifica a especialização na produção e contínua reprodução deste texto identitário, bem como sua recitação, o que pode durar uma década, um século, uma idade...

Fernando Pessoa, em um de seus poemas, disse: “minha pátria é a língua portuguesa”. A partir daí, podemos afirmar que o texto é ele mesmo produto que configura, reproduz e representa a sociedade que o engendra. E esta sociedade jamais configura seu produto como algo definitivo e pronto. O que acontece de especial nessas cidades especiais, estratégicas, singulares, é que a reiteração, ou seja, a repetição freqüente de seus textos identitários, termina ocasionando uma certa autonomização desses próprios textos, inclusive pela magnitude que seus contornos assumem, tanto para os cidadãos como para os adventícios – viajantes, mercadores, embaixadores, diletantes, turistas, imi-

grantes, negociantes... Mike Featherstone (1995) sugere o conceito de *capital cultural* ao se referir à especificidade dessas cidades. Os próprios visitantes, repórteres, escritores, artistas e pesquisadores, através da acumulação de uma literatura de maravilhamento, contribuem também para plasmar o caráter “específico” de um lugar. Assim, algumas cidades tornam-se sedes do exótico e o círculo se completa com a auto-exotização do local pela própria elite intelectual e artística local.

O que dizer, então, da identidade nacional brasileira, que podemos chamar, de forma simplificada, de *brasilidade*? Trata-se de um processo particular de afirmação de uma identidade. Neste sentido, a contribuição dos autores dos estudos culturais, aqui referidos, quase sempre elaborada a partir do drama da colonização e do pós-colonialismo, não deveria ser adotada como receita pronta para a leitura de nossa problemática identitária. No Brasil, o que vemos é a dramatização cotidiana da tensão entre a unidade de uma nação e de uma região/estado, como uma dinâmica de estranhamento e reconhecimento, de distanciamento e aproximação. Não se trata de indivíduos, gerações e grupos étnicos que chegaram recentemente de outros cantos do mundo. O que acontece entre nós é que os nós dramáticos desses encontros e desencontros parecem se erguer das páginas de cinco séculos de história, recolocando sempre em questão o próprio delineamento dos contornos de nós mesmos.

A construção da nacionalidade brasileira pode ser encarada como um arranjo em que diversos textos regionais são integrados, tendo como denominador comum um acervo central de referências. Somente a partir da difusão de notícias e canções pelo rádio, a partir dos anos vinte do século passado, é que se consolidou uma narrativa ao mesmo tempo diversificada e unificadora da brasilidade.

A formação do samba como gênero por excelência brasileiro pode ser tomada como uma chave para a compreensão deste processo. Hermano Vianna (1995) situa o samba como discurso modelar da nacionalidade brasileira ao mesmo tempo em que aponta sua origem híbrida, tanto a partir de indivíduos das classes médias cariocas como de sambistas do morro. A migração de artistas mineiros (Ari Barroso), baianos (Dorival Caymmi e Assis Valente) e gaúchos (Lupicínio Rodrigues) para o Rio de Janeiro veio potencializar ainda mais a construção, na capital federal, de um repertório admirável e vastíssimo sobre a brasilidade, que tem o samba como seu eixo fundamental, ainda quando a forma propriamente dita de seu repertório nem sempre seja qualificada como *samba* na acepção mais convencional.

Deve-se observar, contudo, que desde o início deste processo os elementos trazidos pela mídia, desde os estados associados às imagens da aridez, do calor e da rusticidade, remetidos a um tempo anterior à industrialização, modernização e urbanização, também compõem o repertório da brasilidade. De forma análoga ao que se deu com “as coisas da Bahia”, sobretudo em torno de Dorival Caymmi, instituindo a iconografia da Bahia da beira da praia, filha e guardiã da herança da África, no conjunto de imagens da brasilidade, o que aconteceu com o forró, sobretudo em torno de seu maior expoente, Luiz Gonzaga, foi a consolidação de uma vertente sertaneja/nortista, mais tarde chamada *nordestina*, do complexo sociocultural chamado *Brasil*.

Neste processo, também são relevantes a popularização e nacionalização do futebol, bem como a produção intelectual de diversos autores. No início, eram médicos, engenheiros, advogados e cronistas. Manoel Bonfim (1993) é um marco solitário, no início do século XX, da fé no futuro do Brasil justa-

mente em virtude de sua população mestiça. A partir dos anos trinta, os cientistas sociais tiveram participação destacada neste processo. Gilberto Freyre (1992) foi o primeiro cientista social moderno que se referiu ao Brasil elogiosa e orgulhosamente como sede de uma cultura mestiça, sublinhando o êxito das estratégias de convivência entre senhores e escravos. Sérgio Buarque de Holanda (1995) escreveu sobre a brasilidade como uma questão política, problematizando a familiaridade das relações sociais de modo geral e colocando o desafio da construção de uma sociedade moderna entre nós. Já Caio Prado Júnior (1996) insiste na crítica à sobrevivência de elementos do colonialismo, advogando um rumo próprio e autônomo para a sociedade brasileira.

Na esteira destes clássicos, ao longo das últimas décadas, diversos pensadores procuraram identificar o problema da formação de uma sociedade brasileira democrática, progressista e autônoma. Florestan Fernandes (1987) é uma referência de especial importância neste empreendimento. Nos anos mais recentes, alguns autores insistem em acentuar a implantação da sociedade brasileira no cenário mundial cada vez mais globalizado, como é o caso de Renato Ortiz (1999) e Otávio Ianni (2000).

Após esta passagem pela discussão sobre a *brasilidade*, o que dizer, então, da *baianidade*? É o texto identitário que se tornou hegemônico, nas últimas décadas, no sentido de organizar as referências culturais da região que corresponde a Salvador e seu Recôncavo. Fizemo-nos profissionais e militantes de nosso anúncio para nós mesmos e o mundo. Costuma ser especialmente importante, para boa parte dos baianos, elaborar o *ser baiano*. Especializamo-nos no próprio acontecimento de *ser baiano*, em nos dizermos baianos; vestimos a nossa fantasia a

ponto de tomá-la, muitas vezes, como nosso traje cotidiano. É um narcisismo ativo e criativo.

A reiteração desse texto certamente não decorre de que temos “mais” cultura que outras regiões. Trata-se de uma especialização que ao longo do tempo se confirmou, inclusive econômica e empresarialmente, como válida. Seja a partir da curtição narcísica do próprio perfil, seja em virtude da admiração percebida em visitantes singulares (RUBIM, 1999) que chegam continuamente e ficam, em não poucos casos, para sempre, configurou-se uma pintura da Bahia que vem agradando a ambos os parceiros da dinâmica.

A *baianidade* vem sendo construída por um sem número de artistas e escritores, como Jorge Amado e Dorival Caymmi, para falar dos nativos, e muitos outros, incluindo alguns que bem pouco estiveram em Salvador, como Carmem Miranda e Ari Barroso. E vem sendo construído também por diversos setores do empresariado do entretenimento e do turismo e pelas elites que vêm ocupando o governo estadual e municipal quase ininterruptamente desde os anos sessenta e que souberam captar e reelaborar o capital simbólico da baianidade na forma de uma propaganda que, ao mesmo tempo, apresenta a Bahia como sede da fruição tropical e moradia de um povo feliz.

Esse texto que identifica, de certa forma, a Bahia, pode ser compreendido como um arranjo tecido de familiaridade, religiosidade e sensualidade, reunindo os elementos aparentemente mais díspares num sistema que se baseia justamente na adjacência do desigual, quase sempre dito de forma não problemática (MOURA, 2001). Certamente, não é o único texto sobre a sociabilidade experimentada em Salvador. Em alguns círculos, o próprio termo *baianidade* é recebido com desprezo ou ironia. Entretanto, é uma representação da sociedade baiana

que vem ganhando força, inclusive, pela capacidade que vem mostrando de integrar novos sujeitos ao seu acervo de referências.

Como se relacionam, então, a brasilidade e a baianidade? Correndo o risco de simplificar um tema de elementos tantas vezes sutis, podemos dizer que, no concerto da brasilidade, a Bahia comparece como referência emblemática do passado colonial e da herança africana. Isto não deixa de ser problemático, pois diversas vezes esta caracterização foi experimentada como estigmatização. Por décadas, a Bahia esteve ausente das prioridades de desenvolvimento do governo nacional. Além disso, quando se diz que a negritude brasileira é principalmente baiana, o Brasil como que se exime de seu caráter mestiço, de sua marca originária africana.

Para concluir este breve ensaio, gostaria de traçar uma relação entre identidade e militância. Com a multiplicação e diversificação dos movimentos sociais, difundiram-se amplamente expressões como *identidade negra*, *identidade feminina*, *identidade gay*, etc. Já antes destas formulações identitárias, falava-se em identidade operária. Ocorre que, quando um indivíduo ou um grupo se compromete ardentemente com uma causa, tende a sobrepor o eixo do argumento dessa causa a outros eixos correspondentes a outras causas. É assim que, nos grupos GLS ou feministas, a identidade é percebida e ostentada referindo-se sobretudo ao âmbito do gênero. Ou seja, parece mais importante afirmar-se como feminista, *gay* ou lésbica do que como negro e trabalhador. Da mesma forma, nos ambientes em que a militância se dá sobretudo no âmbito da etnicidade, esta dimensão tende a sobrepujar, em entusiasmo e demanda, outras formas de afirmação identitária. Em alguns casos, pode acon-

tecer uma conjugação de dois eixos de afirmação identitária, como, por exemplo, grupos de mulheres negras.

Em algumas situações, a identidade religiosa se constitui como definidora predominante de identidades. Os militantes desta linha normalmente assumem posturas fundamentalistas – tudo é explicado, compreendido ou experimentado a partir de alguns princípios de fé inquestionáveis, que garantem a manutenção de referências tradicionais de identificação.

Tudo isto só vem confirmar o que estamos tentando discutir desde o início deste capítulo: a identidade é uma invenção. Nunca é uma certeza dada, nem resulta simplesmente de um traço do fenótipo, ou seja, da aparência. Um negro é tão negro quanto outro. Pode acontecer, entretanto, que um deles abraçe a causa da afirmação da identidade negra, o outro se entregue à causa do direito à diferença de orientação sexual e outro, ainda, a luta sindical pela construção da democracia no âmbito do trabalho.

Enfim, a multiplicidade das construções identitárias permanece um desafio. Assim como o ocidental, branco e judeu/cristão não era colocado em cheque em sua constituição, pois detinha a hegemonia absoluta no âmbito da afirmação identitária, e hoje se vê às voltas com a pluriétnicidade de suas sociedades, também o macho latino começa a perceber que a afirmação do machismo como a via, por excelência, de realizar a masculinidade já foi mais forte e segura.

No mundo contemporâneo, tudo parece mais móvel, mais mutável e menos seguro. E parece também cada vez mais rápido. Esta *aceleração da vida*, como diz Paul Virilio (1993), nos impele cada vez mais a formular nossa própria afirmação de identidade humana como leve, precária e provisória. Tudo que

parece muito sólido pode se desmanchar facilmente no ar. Mesmo edifícios imensos na maior cidade do mundo.

Referências e Sugestões de Leitura

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. 191p.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. Reis & Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONFIM, Manoel. *América Latina: os males de origem*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. 4.ed., Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 106-132.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social I*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Ed. Martins Fontes, 1995.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 29. ed., 1992.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2.ed., 1995.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOURA, Milton. “Carnaval e baianidade. Arestas e curvas na coreografia de identidades no carnaval de Salvador”. Tese de Doutorado, Salvador: FACOM/UFBA, 2001.

ORTIZ, Renato. *Um outro território. Ensaio sobre globalização*. São Paulo: Olho d’água, 2.ed, 1999.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 11.ed., 1996.

RUBIM, Antônio Albino C. Fragmentos da cultura na Bahia nos anos 50/60. In: *A ousadia da criação*. Universidade e Cultura. Salvador : Edições Feito a Facom, 1999. p. 65-72.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar/Ed. UFRJ, 1995.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

Inclusão social, pobreza e cidadania

Desigualdade, inclusão/exclusão social,
pobreza, cidadania.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho
inaiammc@ufba.br

No início deste novo milênio, o maior desafio da sociedade brasileira é enfrentar uma herança de injustiça social que exclui grande parte da sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania.

Apesar de constituir uma sociedade moderna, com uma estrutura produtiva complexa e diversificada, que o coloca entre as grandes economias do mundo, em termos de desenvolvimento humano, o Brasil se classifica abaixo de diversas nações menos desenvolvidas.

Estudos existentes consideram que estariam na faixa de pobreza de 30 a 40% da população, em todo o território nacional. Artigo elaborado por Barros, Henriques e Mendonça (2000), com base em dados oficiais, estima que em 1998 as famílias

com renda *per capita* inferior ao mínimo necessário para a satisfação das necessidades básicas (alimentação, habitação, educação etc.), em situação de pobreza, representavam 33% dos brasileiros. Em termos absolutos, isto se traduzia em 50 milhões de pessoas, número bem maior que a população total de diversos países. Além disso, no conjunto de pobres haveria 21 milhões de indigentes (14% da população), considerados como aqueles cuja renda não lhes permitia sequer atender às necessidades básicas de alimentação.

Mais recentemente, estudo divulgado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas estimou que haveria 50 milhões de indigentes, representando 29,3% da população total. Contestando a metodologia e os resultados desse estudo, a Secretaria de Assistência Social do Governo Federal considerava que os pobres somariam 53 milhões e aqueles em condições de indigência 23 milhões de brasileiros (Folha de São Paulo, 11 de julho de 2001, p. A1). Sem entrar nessa polêmica, o que é indiscutível é o reconhecimento da extrema gravidade da situação social do Brasil, da qual os números mencionados ilustram a principal dimensão.

A vulnerabilidade social e a pobreza não constituem especificidades brasileiras, representando (especialmente a partir da década de 80 e com as transformações associadas ao chamado processo de globalização) uma preocupação mundial. Contudo, são bem diferentes as condições dos:

- a) países pouco desenvolvidos, com uma renda nacional insuficiente para garantir um mínimo indispensável a cada cidadão. Nesses países, a pobreza tende a ser extensa e absoluta, independentemente da distribuição de renda;
- b) países mais desenvolvidos, com uma renda *per capita* elevada, onde as desigualdades sociais tendem a ser compensadas

por políticas de transferência de renda e pela universalização de serviços públicos de boa qualidade, como saúde e educação;

c) países de desenvolvimento intermediário, onde a riqueza e a renda *per capita* poderiam garantir um mínimo para cada cidadão, se a renda não fosse distribuída de forma tão desigual.

O primeiro caso pode ser exemplificado pelo Haiti, pela Bolívia ou pela maioria das nações africanas, vitimadas pelo colonialismo, por guerras tribais e pela corrupção de suas elites. O segundo, por países como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália ou a própria Espanha, cuja expansão econômica se acelerou com a sua redemocratização e incorporação à União Européia. Com uma longa história, essas nações conheceram uma pobreza massiva, notadamente após a revolução industrial. As trágicas condições de ocupação e de vida da classe trabalhadora nesse período foram descritas por vários autores, como Marx, Engels ou Vitor Hugo.

Contudo, principalmente em decorrência das lutas sociais, universalizaram-se, nesses países, os chamados “direitos de cidadania”. Conforme o estudo clássico de Marschall (1967), que reflete sobretudo a experiência da Inglaterra, o século XVIII foi marcado pela institucionalização dos direitos civis, como o direito de ir e vir, de liberdade de pensamento e de fé, da liberdade de imprensa, do direito à propriedade e de constituir contratos válidos, do direito à justiça. O século XIX, pelos direitos políticos, ou seja, pelo direito de participar do poder político, como membro de um organismo de poder ou como eleitor dos seus membros. O século XX, pela institucionalização dos direitos sociais, que abrangem desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que persistem na sociedade; aí

se incluem o direito ao trabalho, à previdência, à educação, à saúde, ao acesso aos serviços públicos básicos etc.

Assim, a igualdade, a liberdade e a cidadania foram reconhecidas na modernidade como princípios emancipatórios da vida social e se constituiu nos países capitalistas mais desenvolvidos (europeus, principalmente) o que Castel (1995) denomina como a “sociedade salarial” moderna. Essa sociedade estabilizou a condição dos assalariados, que constituíam a grande maioria da população, dando-lhes dignidade e proteção através de um sistema de regulação e de políticas implementadas pelo Estado, orientadas para compatibilizar o individualismo e as desigualdades do mercado com uma distribuição mais ampliada, pública, da riqueza nacional. Com a constituição de um Estado de Bem Estar Social e outras condições que marcaram o chamado fordismo,¹ nos “30 anos gloriosos do capitalismo” (ou seja, do período após a segunda guerra mundial à última década de 70) os países em apreço praticamente eliminaram o pauperismo; garantiram uma situação de quase pleno emprego, proteção social aos desempregados, e uma participação ampliada dos trabalhadores na vida social em termos de padrão de consumo, habitação, saúde, lazer etc.

A partir da década de setenta, com a redução do crescimento econômico, o esgotamento do fordismo e as transformações que vêm marcando o chamado processo de globalização, mesmo em países avançados da Europa, como os antes mencionados, vem se restringindo as oportunidades de acesso ao trabalho e à proteção social. Há um crescimento do nível e da duração do desemprego, uma ampliação da vulnerabilidade social e de velhas e novas formas de desigualdade (CASTEL, 1995; FITOUSSI e ROSANVALLON, 1996). Contudo, esses fenômenos estão muito longe da dimensão encontrada na chamada

periferia (ou semi-periferia) do capitalismo, e seus efeitos adversos são atenuados por outras condições.

Tais países têm um alto nível de desenvolvimento e políticas que lhes asseguram uma posição privilegiada nos circuitos da globalização, assim como um conjunto básico de serviços e um Estado de Bem Estar que está longe de ser desmontado. Além disso, ao longo da sua história, as lutas sociais levaram ao surgimento e à consolidação de uma noção de responsabilidade pública quanto às questões sociais. Isto se traduziu tanto na institucionalização legal dos direitos de cidadania, como mecanismos de proteção e como um seguro obrigatório e universal contra os riscos sociais, quanto em uma cultura política que consagrou o valor desses direitos como fundamentos básicos da solidariedade e da vida social.

Como se sabe, é bem diferente a situação do Brasil, onde a pobreza e a carência de direitos são produtos sobretudo das desigualdades. O país desenvolveu uma estrutura produtiva complexa, dinâmica e diversificada, transformou-se rapidamente em uma sociedade moderna, mas extremando as desigualdades sociais e espaciais. Alavancada pelo Estado desenvolvimentista e pelo processo de industrialização, essa transformação foi marcada por um crescimento bastante elevado do PIB (que expressa a dimensão da riqueza nacional), por uma urbanização e uma metropolização aceleradas, pela concentração da produção industrial em algumas poucas áreas do país, e pela sua incapacidade de efetuar uma melhor distribuição da riqueza, nos moldes da mencionada “sociedade salarial”

O desenvolvimento brasileiro foi ancorado em uma distribuição perversa da renda e na contenção dos salários. Manteve a histórica concentração da propriedade da terra e precárias condições de subsistência dos trabalhadores rurais. Deixou à margem uma par-

cela bastante significativa dos trabalhadores urbanos (ampliada por crescentes migrações) e não cuidou de enfrentar a questão da pobreza ou de implementar um sistema de proteção social orientado por uma decisão política de universalização dos direitos de cidadania, encarando a questão social como uma questão de responsabilidade pública.

Durante um certo tempo, essa questão chegou a ser considerada como um simples “caso de polícia”, persistindo a idéia dos direitos modernos como um privilégio das elites. E, também, uma clara aceitação das desigualdades de fato, que relegava os trabalhadores pobres a um mundo de uma hierarquia excludente. Esse quadro começou a mudar a partir da última década de 30, com o avanço da urbanização e da industrialização e com a promulgação das leis trabalhistas pelo Presidente Vargas. Essas leis coibiram algumas formas extremadas de exploração e instituíram alguns direitos sociais básicos, com normas relativas à jornada do trabalho, salário mínimo e previdência, além de uma proteção especial ao trabalho das mulheres e dos menores, entre outros aspectos.

Mas esses direitos não tiveram um caráter universal, restringindo-se apenas a algumas categorias ocupacionais regulamentadas dos assalariados urbanos, como os comerciários, os bancários ou os industriários. Ficaram à margem de qualquer proteção os ocupados no chamado setor informal urbano e, principalmente, todos os trabalhadores rurais. Só a partir da década de sessenta, os direitos trabalhistas e sociais começaram timidamente a chegar ao campo, onde, até então, concentrava-se e trabalhava a maioria da população.

Apesar da persistência e dimensão da pobreza e do crescimento das desigualdades, até a década de setenta o Brasil teve um extraordinário crescimento econômico, ampliando as oportu-

nidades de trabalho e do emprego formal (com a proteção social a ele associada) criando possibilidades de uma melhor inclusão e de mobilidade social. Inclusive porque as taxas de crescimento do PIB eram sistematicamente superiores às do crescimento da PEA (população economicamente ativa), em uma época em que a expansão da produção ocasionava uma maior demanda de trabalho, como assinala o estudo de Dedecca (2001), cujos dados são apresentados a seguir.

Taxas Anuais de Crescimento do PIB e da PEA

	Crescimento do PIB	Crescimento da PEA
1951 – 60	7,7	1,1
1961 – 70	6,2	4,5
1971 – 80	8,6	3,9
1981 – 90	1,6	3,1
1991 – 2000	2,5	3,2

Esses dados demonstram como a tendência a uma maior inclusão através do mercado de trabalho se inverteu a partir da década de 80 (classificada como a “década perdida” em termos de desenvolvimento), com a crise e o esgotamento do Estado desenvolvimentista e do padrão de crescimento por ele impulsionado.

Contudo, os movimentos sociais que se ampliaram na chamada transição do regime autoritário para a democracia, com uma forte participação do operariado organizado em um novo sindicalismo, assim como dos estratos médios e populares, ampliaram a capacidade de pressão da sociedade sobre o Estado no sentido da expansão dos direitos políticos e sociais. As

lutas desses movimentos se refletiram na Constituição de 1998, que institucionalizou, no Brasil, a ampliação e universalização de direitos sociais, como o direito à educação, à saúde, à moradia ou à assistência social, entre outros. E, também, colocou na agenda política a necessidade de superar o que era considerado como um inaceitável atraso social do país, associando essa questão à própria consolidação da democracia.

Não demorou para que os direitos promulgados pela Constituição começassem a ser vistos como “excessivos” e que a relevância atribuída às questões sociais e a própria agenda nacional fossem modificadas. Com o agravamento da crise econômica e da crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo de inflação, na década de 90 o padrão de desenvolvimento e os caminhos do país foram reorientados. Foi implementado um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Denominados como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou “reformas orientadas para o mercado”, elas envolvem um programa de estabilização monetária, a realização de uma abertura econômica intensa e rápida, um amplo programa de privatizações, uma ênfase nos mecanismos de mercado e uma profunda reformulação do papel do Estado. Não apenas em termos do seu papel econômico e de suas funções reguladoras como, também, de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais.

Sem maiores considerações sobre essas mudanças, vale ressaltar que elas contribuíram para agravar o quadro social do Brasil dos anos noventa até o presente, uma vez que esse período vem sendo marcado por: a) baixos níveis de crescimento econômico; b) deterioração das condições de trabalho e renda da maioria da população; c) uma acentuação das desigualdades

sociais e espaciais, e d) uma reorientação regressiva das políticas sociais.

Com a desaceleração da produção, baixos níveis de investimento, um grande aumento da dívida interna e externa, dependência dos mercados financeiros e capitais voláteis e vulnerabilidade aos ataques especulativos e às crises internacionais, o Brasil cresceu muito pouco na década de 90, que começa a ser avaliada como uma segunda década perdida. No início deste novo milênio, esse problema persistiu, registrando-se, inclusive, um crescimento negativo em 2003.

Por outro lado, a década de noventa também foi marcada por uma expressiva destruição de postos de trabalho, notadamente no setor industrial. Além disso, com a constituição de uma economia de base urbano-industrial no Brasil, há várias décadas que tanto a população como a ocupação na agropecuária vem se reduzindo. Na medida em que o setor industrial também restringiu o emprego de mão-de-obra, o setor de serviços passou a absorver um maior número de trabalhadores. Mas esse setor é muito heterogêneo (conjugando desde os serviços mais modernos até o pequeno comércio, a prestação de serviços pessoais, a realização de biscates e outras atividades precárias e mal remuneradas do chamado setor informal) e sua expansão não consegue compensar a destruição de empregos que vem se dando nos demais setores.

Conseqüentemente, vem se ampliando o tradicional excedente de mão-de-obra do país, intensificando a seletividade patronal e as dificuldades de acesso aos postos de trabalho existentes. Isto se traduz em um grande crescimento do desemprego, na precarização das relações de trabalho, na queda dos rendimentos dos que permanecem ocupados, na acentuação das desigualdades e na persistência de uma pobreza secular e massiva.

Na década de 90, de acordo com levantamentos do IBGE, o desemprego aberto manteve uma taxa média entre 7% e 8%, particularmente acentuada em algumas cidades e regiões. No período mais recente, essa taxa tem chegado a 12% e 13%. Com uma metodologia mais refinada, a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada periodicamente pelo Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE – nas principais regiões metropolitanas, onde se concentra grande parcela das atividades econômicas e da população no Brasil, encontrou números ainda mais elevados. Em 2000, eles correspondiam a 17,8% em Belo Horizonte, 19,6% no Distrito Federal, 16,6% em Porto Alegre, 20,7% em Recife, 26,6% em Salvador e 17,6% em São Paulo.

Paralelamente ao crescimento do desemprego e da sua duração, ocorreu uma deterioração expressiva das condições e da qualidade da ocupação, com a redução do emprego formal, associado a garantias trabalhistas e a uma certa proteção social; em contrapartida, ampliou-se o emprego precarizado e o número de trabalhadores que, como alternativa ao desemprego e à ausência de renda, passaram a engrossar as fileiras do mercado informal. Em 2001, por exemplo, apenas 61% dos empregados tinham carteira assinada no Brasil². Os trabalhadores por conta própria representavam 22,3% dos ocupados no país, os trabalhadores domésticos 7,8%, os não remunerados 7,4%, os militares e estatutários 6,8%, e os empregadores 4,2% (IBGE, 2003).

Os baixos rendimentos do trabalho e a persistência de enormes desigualdades constituem outro componente desse quadro. Com o crescimento do desemprego, a inconsistência dos vínculos e a redução dos rendimentos em todos os setores de atividade e para a maioria dos níveis sócio-ocupacionais, houve

redução substantiva da participação dos empregados na renda disponível. Análises de Dedecca (2001) ressaltam como essa participação declinou de 37,5% em 1991 para 32,8% em 1999. Se excluídas as contribuições sociais efetivas, esses números passam de 32% para 26,5%, respectivamente. Em contrapartida, aumentou a participação das empresas, dos impostos e das contribuições.

Ademais, o país continua a conviver com uma das distribuições de renda mais injustas do planeta. Em 2001, conforme informações da PNAD (IBGE, 2003), enquanto os 50% mais pobres da população detinham apenas 14,8% da renda nacional, os 1% mais ricos se apropriavam de 13,3%, ocasionando a persistência de uma pobreza secular, que exclui de uma subsistência em condições mínimas de dignidade e dos direitos de cidadania contemporâneos uma enorme parcela da população.

Vale lembrar que a pobreza não tem um caráter apenas econômico, e que os problemas de ocupação e renda normalmente são acompanhados por dificuldades de acesso a bens e serviços básicos, como educação, saúde, saneamento, cultura e lazer. E, também, que certas categorias sociais são especialmente afetadas pelos problemas em discussão, como as mulheres, os maiores de cinquenta anos, os menos escolarizados, os negros e a população jovem.

No caso dos jovens, muitas vezes sem uma escolarização e uma qualificação profissional adequadas e com uma experiência limitada pela sua própria idade, os problemas de inserção se manifestam pela ocupação de postos de trabalho precários, baixas remunerações e, sobretudo, por um extraordinário desemprego. Nas regiões metropolitanas brasileiras, na faixa dos 16 a 17 anos, as taxas de desemprego têm sido superiores a 40%, chegando a 54,1% no caso de Salvador. Entre os 18 e 24

anos, elas vão de 27,5%, em São Paulo, a 35,4% nessa última região metropolitana (DIEESE, 2001).

Afetando-os não apenas em termos materiais, a pobreza, o desemprego e, em especial, a falta de perspectivas, têm conduzido vários jovens brasileiros para a criminalidade, o que contribui para o crescimento da violência, da qual eles têm-se tornado vítimas preferenciais, notadamente nos bairros pobres onde se concentram.

Estudo da UNESCO constatou que a taxa nacional de vítimas de assassinatos na faixa dos 15 a 24 anos passou em duas décadas de 30 (1980) para 52,1 (2000) por grupo de 100 mil. Além disso, tem crescido o envolvimento dos jovens com pequenos delitos, gangues, seqüestros e tráfico de drogas, despertando a atenção de pesquisadores e de políticos, da mídia e da opinião pública, com a demanda de políticas governamentais direcionadas para o segmento.

Mas faltam medidas efetivas para enfrentar essa situação, assim como políticas sociais que se contraponham aos efeitos negativos das transformações mencionadas. Desde a década de noventa, com o ajuste, a reestruturação produtiva e as novas orientações governamentais, a questão social, no Brasil, vem sendo dissociada da questão da injustiça e dos seus determinantes estruturais, como as desigualdades, a ausência de uma maior solidariedade social e a extraordinária concentração de renda. O desenvolvimento social foi absolutamente subordinado a supostas exigências da economia e, com uma disponibilidade insuficiente de recursos e pressões permanentes para a sua contenção, a chamada “área social” do Estado brasileiro vem procurando reduzir e “racionalizar” seus gastos.

Para isto tem adotado uma concepção residual que minimiza o caráter universal das políticas sociais (componente básico da promoção da cidadania), direcionando-as para os contingentes excluídos do mercado e em situação de maior vulnerabilidade, com o objetivo de atenuar seus efeitos mais perversos e conflitivos. Reproduzindo uma concepção fragmentada da vida social, os “problemas sociais” passaram a ser enfrentados pela multiplicação de políticas e programas setoriais, emergenciais e isolados, sem um projeto que os articule e lhes imprima um sentido político. A prioridade concedida aos segmentos populacionais considerados como mais pobres e vulneráveis, como as crianças e adolescentes ou os produtores rurais de baixa renda, vem se traduzindo em intervenções pontuais, compensatórias e assistencialistas, de alcance geralmente limitado. É o caso de programas como o Bolsa Escola, Vale Gás ou Cartão Alimentação, unificado mais recentemente através do chamado Bolsa Família.

Vários desses programas realizam pequenas transferências de renda, com algumas condições (manter as crianças na escola, por exemplo), aliviando a pobreza ou as condições de indigência dos seus beneficiários. Ainda que isto seja necessário, não é com iniciativas dessa ordem que a perversa realidade social do Brasil será transformada. Programas de alívio à pobreza precisam ser associados a medidas que viabilizem a sua superação. Mais precisamente, a políticas estruturais e mais amplas, que permitam a retomada do crescimento econômico com uma maior justiça social, orientadas (mesmo quando de médio ou longo prazo) já no primeiro momento para a eliminação do pauperismo e para o resgate da dignidade e dos direitos de cidadania de todos os brasileiros.

Notas

¹ Sobre o conceito e a trajetória do fordismo, que não cabe discutir nesta oportunidade, consultar Harvey, 1993.

² No conjunto do país, os empregados representavam 47,8% dos ocupados. No Nordeste, porém, esse número se reduzia para 37,8%, e o dos empregados com carteira assinada, para apenas 43,7%, enquanto a participação dos trabalhadores por conta própria chegava a 28,1%, e a dos não remunerados a 12,8%.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosana. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

CASTEL, Robert. *Les metamorphoses de la question sociale*. Paris: Librarie Arthème Fayard, 1995. 490 p.

DEDECCA, Cláudio Salvatori. Anos 90. A estabilidade com desigualdade. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 25. Caxambu, 2001. 20 p.

FITOUSSI, Jean Paul; ROSANVALLON, Pierre. *Le nouvel âge des inégalités*. Paris: Editions du Seuil, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO, 11 de julho de 2001. p. A1.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 349 p.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais*. 2002. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. 220 p.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs.) *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. 221 p.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobreza e desigualdades no 3º. Mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Sugestões de Leituras

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosana. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 123-142. 2000.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e Proteção Social. *Revista São Paulo em Perspectiva*. v. 17. São Paulo: Fundação SEADE, 2003. p. 109-128.

CARVALHO, Inaiá M. M. de. Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais. *Caderno CRH*. n. 35. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 123-149.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 611p. (Tradução de edição francesa).

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001. 359 p.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. 221 p.

ROCHA, Sônia. *Pobreza. Afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobreza e desigualdades no 3º. Mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001. 167 p.

Mercado mundial

Globalização, mercado, neoliberalismo, cultura do consumo, empresas globais, signos - mercadoria, mundialização da cultura.

Carlota de Sousa Gottschall
carlotag@uol.com.br

Vivemos uma época marcada por um senso comum planetário que se manifesta e se reafirma pelos jornais, nos noticiários da televisão, pelo cinema, pela moda, pelo discurso dos políticos, no pensamento universitário. O mais intrigante é que esta verdade e seu poder de convencimento não está relacionado tão somente a um conteúdo, mas antes, a sua veracidade se comprova pelo alcance de suas mensagens, por sua extensão técnica. Dentre os mitos atuais, o “mercado” é um dos mais recorrentes e inquestionáveis, sua razão é capaz de justificar desde ações políticas até o conteúdo programático ensinado nas escolas.

Espaço de encontro entre um grupo de compradores e outro de vendedores desejosos de adquirir um dado bem ou serviço, o “mercado” ao tornar-se global vem sendo referido como uma enti-

dade com vida própria e sentimentos atribuídos aos seres humanos. Não raro, os noticiários o descrevem como sendo portador de “humores” variáveis, “nervosismo”, “reações” otimistas ou pessimistas capazes de definir a tomada de decisões dos dirigentes públicos e privados, quando não apregoam a sua inquietude. Fala-se do “mercado” como sendo um ser dotado de inteligência, de sentimento, de racionalidade. Também com destreza para se fazer presente em todos os lugares ao mesmo tempo – nos escritórios de Wall Street (EUA), empresas da China ou do Japão, passando pelos bancos da União Européia ou pelos Bancos Centrais brasileiro, argentino ou mexicano. Além de ser referência para definir metas a serem alcançadas pelos organismos do sistema financeiro internacional, pelas ONGs; conduzir conteúdos acadêmicos, culturais, políticos e midiáticos.

O mais intrigante é que a cada nova transação comercial, cultural ou científica que se concretiza seus pressupostos são reafirmados e sua manifestação é atualizada. Tão grande tornou-se a força do “mercado” que a sua medida tornou-se inquestionável. Somente os sonhadores, aqueles afeitos ao questionamento, ousam duvidar do seu poder de sedução.

O presente artigo pretende refletir sobre alguns aspectos que foram determinantes para definir a prevalência da lógica mercantil sobre a primazia das idéias na passagem do século XX para o XXI, quando se aprofunda a interdependência entre os países e se conforma uma cultura mundial. Circunstância que tem origem no que se convencionou denominar de “cultura de consumo”, conceito que revela o estágio do capitalismo em que o ato de adquirir um determinado produto passa a ter representação simbólica. Assim, a compra deixa de ser uma conse-qüência natural da produção industrial, portanto, decor-

rente da simples apropriação do valor de uso de um produto e a sua seleção racionalmente definida, e passa a assumir sentido de signos-mercadoria, ou seja, associada a valores, imagens, significados, comportamentos.

Então, se antes, para o indivíduo, o ato de comprar um sapato decorria da necessidade de proteger os pés (valor de uso), depois de um certo tempo, este mesmo calçado passou a ter outras representações – adquirir uma marca da moda, *status* atribuído a um grupo social, pertencimento a uma “galera” –, atributos que decorreram da necessidade das empresas marcarem os seus produtos frente à concorrência e dos consumidores de se integrarem em comunidades urbanas cada vez maiores. Se antes a publicidade apenas informava a existência do produto, o preço e aonde adquiri-lo, depois, passa a utilizar um conjunto complexo de símbolos e imagens relacionado-o ao objeto a ser vendido. Na era global, este princípio se universaliza e os recursos de sedução ganham dimensão de espetáculo.

O colapso (do socialismo) na União Soviética e na Europa do Leste, no final de 1980, somado ao conhecimento informacional (informática, transmissão via satélite, Internet, telefonia móvel, multimídia) podem ter sido as mudanças mais significativas que ocorreram no mundo nos últimos cinquenta anos. Na primeira circunstância, o fim da experiência socialista, dentre outras implicações, restringiu a possibilidade de haver um outro caminho de organização e de pensamento além da lógica capitalista, de “mercado”. Este fato favoreceu a ascensão do chamado “pensamento único” – conceito ideológico que subordina os interesses sociais e culturais à razão competitiva dos mercados financeiros, assim ocultando uma série de situações desiguais presentes na vida cotidiana das cidades e dos países (MORAES, 2003).

Na segunda situação, a tecnologia informacional, ao possibilitar a conexão dos indivíduos de todo o planeta em tempo real, favoreceu transformações em diversos campos, desde a gestão empresarial e o sistema financeiro, passando pela forma de fazer política e de organizar as comunidades, até mudanças nos estilos de sociabilidade e de lazer, sobretudo, dentre os jovens. Também neste caso, amplia-se a distância de acesso aos benefícios globais. O exemplo da Internet é esclarecedor. A geração dos anos noventa cresce plugada no *World Wide Web*, mas mesmo nos Estados Unidos, país mais rico do mundo, a penetração desta mídia não ultrapassa 50% da população; a média entre os países desenvolvidos é de 25-30%, enquanto na maioria do planeta a participação é de menos de 3% dos habitantes. A seleção do conteúdo veiculado na rede também é desigual, posto que o nível educacional dos jovens está diretamente relacionado à localização econômica e cultural de suas famílias e das escolas que freqüentam (CASTELLS, 2003). Direcionado pelas “leis do mercado” e impulsionado pelas facilidades tecnológicas, o capitalismo aprofunda e generaliza a interdependência e a hierarquia entre nações, regiões, cidades e os seus indivíduos. Na era global, tal conexão se consolida ao entrelaçar fluxo do capital (empresas, mercado financeiro, sistema monetário) ao consumo como valor cultural e partilhar o papel econômico e social do Estado. Assim se constroem os pilares da teoria neoliberal.

O “neoliberalismo” é o modelo teórico que estrutura e justifica a ordem mundial contemporânea. Vejamos como o professor Octavio Ianni descreve e analisa a etapa global do capitalismo:

O “neoliberalismo” sintetiza a “ciência econômica” global que informa, fundamenta e organiza os movimentos do capital em escala global. Está na base das atividades do FMI

e do BIRD, assim como de empresas, corporações e conglomerados. E tem sido imposto a governantes de muitos países do Terceiro Mundo. Baseia-se nos princípios do mercado, livre empresa, livre iniciativa, competitividade, produtividade, lucratividade, economia de escala, vantagens comparativas, divisão internacional do trabalho, “mão invisível”. Seu lema principal está resumido na idéia de que a liberdade econômica é o fundamento da liberdade política. A democracia suposta pelo neoliberalismo é, portanto, a que mantém e afirma as condições do livre jogo das forças de mercado, processo esse que tenderia naturalmente a generalizar-se, beneficiando setores sociais cada vez mais amplos, como que organizados por uma espécie de milagrosa e providencial mão invisível. Implica a suposição de que a economia internacional, ou melhor, o capitalismo global, é auto-regulável, tende naturalmente a reequilibrar-se, vencer crises, distribuindo benefícios progressivamente a todos, em todos os cantos do mundo (IANNI, 1995, p. 140).

O conceito de economia de mercado foi apresentado pelo economista Adam Smith, em seu livro de 1776, *A riqueza das nações*, portanto, nos primórdios da revolução industrial. Neste trabalho, o referido autor descreve que “um *mercado* é o espaço em que um grupo de compradores e vendedores de um dado bem ou serviço se encontram” e que “a oferta e a demanda se referem ao comportamento das pessoas quando interagem nos mercados e que deste encontro de interesses é que os preços são definidos” (MANKIWI, 1997, p. 16).

Exemplos do cotidiano ajudam a esclarecer como na atualidade o *mercado* se amolda à força da oferta e da demanda. Durante o carnaval em Salvador, o preço das diárias dos hotéis, ou mesmo dos abadás, diminui ou aumenta a depender da quantidade de pessoas que esteja desejando se hospedar ou adquirir a vestimenta. Quanto mais indivíduos estejam oferecendo e

outros tantos desejando comprar o mesmo produto, mais competitivo será o mercado, portanto, maior será a concorrência. Entretanto, há variações dentro desta regra geral. Por exemplo, em uma cidade do interior da Bahia, durante o São João, existe apenas um hotel disponível para atender o visitante; neste caso, o proprietário irá ditar o preço da diária. Este é um caso de monopólio. Em outros mercados, existem poucos vendedores de um dado produto ou serviço que, em um acordo tácito, definem os espaços de ação, assim, nem sempre competem agressivamente. Este tipo de atuação é um “oligopólio”. As “empresas globais”, claramente, operam seguindo este pressuposto.

Séculos se passaram e o princípio básico concebido pelo Smith continua sendo verdadeiro para explicar as regras que definem a formação do preço e a função do mercado, ainda que hoje este apresente dimensão mundial ou até mesmo cibernética, como é o caso do comércio eletrônico. Entretanto, pode-se observar que a era neoliberal não somente reproduz como amplia as possibilidades criadas pela “economia de mercado”. O “sistema financeiro mundial” e as “empresas globais” são exemplos desta extensão, posto que, dentre outras variáveis, contribuem para aprofundar a interdependência econômica e cultural entre os países, assim como acentuam o caráter desigual e combinado das produções materiais e imateriais, circunstância essa que marca o capitalismo ao longo de sua história.

O “sistema financeiro internacional” se estrutura a partir do desenvolvimento da tecnologia informacional, que permitiu a criação do mercado de 24 horas e as transações instantâneas; da necessidade das “empresas globais” abrirem o seu capital para milhares de investidores, fazendo surgir os fundos mútuos de investimentos e os fundos de pensões; da realização de opera-

ções financeiras diretas, sem a intermediação dos bancos, via colocação de títulos públicos emitidos pelos governos dos países para financiar seus déficits; ou ainda, pela atuação de operadores financeiros independentes (BRUM, 1999). O sistema monetário funda-se na hipótese da “moeda internacional”, referência que ajusta o conjunto de moedas dos países. Na atualidade, o dólar cumpre esta função.

A “bolsa de valores” é o palco de encontro dos interessados no jogo do mercado financeiro. Neste espaço, os investidores e seus agentes, conectados *on-line*, freneticamente, aplicam, em um país ou em outro, em diversos tipos de investimentos ou empresas, várias vezes ao dia, migrando de um lugar para outro, a depender do “fluxo do capital”, dos acontecimentos políticos, sociais ou empresariais. Quanto mais dependente for o país do capital financeiro, maior será a influência do mercado de ações sobre o seu destino. Um exemplo clássico foi o ataque terrorista aos Estados Unidos, em setembro de 2002, quando em todo o mundo, as “bolsas de valores” ficaram em polvorosa. Nesse momento, se ouvia a toda hora a mídia anunciar que o *mercado* entrou em crise, ficou nervosíssimo.

A globalização financeira trouxe inquietude para o mundo ao hiper-valorizar as transações tão-somente monetárias, aquelas lideradas pelo capital especulativo, ou seja, os investimentos sem vínculo com o mundo da produção e dos serviços (fábricas, lojas, cinemas, *shopping centers*, meios de transporte etc). Este tipo de negócio alimenta a supremacia do “mercado” enquanto ente com vida própria ou sentimentos, tal como foi referido no início deste artigo.

Já as “empresas globais”, integradas ao capital produtivo, quase sempre decorrem de fusões, acordos comerciais ou associações empresariais firmados entre grupos consolida-

dos no mercado nacional ou internacional. Também para que os conglomerados tivessem se consolidado, o conhecimento informacional (Internet, telefonia móvel, fax, TV interativa, multimídia) foi determinante, na medida que permitiu às empresas o exercício de um planejamento centralizado, assim facilitando à matriz o controle de suas unidades espalhadas pelo mundo. Em última instância, pode-se dizer que as “empresas globais” têm por finalidade “organizar e integrar a atividade econômica em todo o mundo de modo a maximizar o lucro global” (IANNI, 1995, p.135). Para que tal meta seja alcançada, a flexibilização organizacional tem sido um caminho muito utilizado pelos conglomerados empresariais.

Flexibilização das cadeias produtivas é quando empresas ou corporações consolidadas se unem para atuar em diversos segmentos e/ou setores da economia. A Disney foi pioneira neste tipo de estratégia. O depoimento do seu presidente na América Latina, Diego Lerner (2001) esclarece as razões que levam a este percurso: “fizemos uma revolução nos últimos anos e isso mudou a nossa “imagem”. Antes éramos uma companhia de brinquedos; agora somos vistos como uma companhia global com forte presença nos maiores “mercados”. Uma empresa que oferece produtos a todo o público: programas na TV aberta, conteúdos gráficos, Internet, eventos e iniciativas destinadas a todas as linhas de produtos” (LERNER apud MORAES, 2003). O grupo brasileiro Votorantim, uma das poucas “empresas globais” existentes no país, também segue esta alternativa ao se fazer presente em diversos setores da economia: cimento, papel e celulose, metalurgia, química, agroindústria, energia.

Flexibilização da produção é quando a empresa ou corporação desloca a fabricação de seus produtos (bens materiais) para as suas filiais ou representações, geralmente localizadas em paí-

ses que dispõem de matéria-prima e mão-de-obra barata, e mantêm nas matrizes, quase sempre situada nos países ricos, a elaboração de pesquisa tecnológica, *designer*, *marketing*, planejamento (bens imateriais). Tal medida visa ampliar vantagens para as empresas, pois, a um só tempo, estas diminuem custos e livra as suas cidades da produção fabril, quase sempre agressiva ao meio-ambiente. Já os países hospedeiros, vêm-se compelidos a valorizarem os benefícios sociais de uma terceirização, como a geração de empregos e impostos. A instalação da FORD, em Camaçari, na Bahia, é um exemplo clássico desta proposição.

As “empresas globais” ao combinarem planejamento centralizado, eficiência das mídias e da indústria cultural, propiciam a circulação mundial dos “signos-mercadoria”. Isso porque as “marcas”, ao se espalharem, carregaram consigo valores e significados criados, reafirmados e requalificados, local e globalmente, ao longo do século XX. Esta circunstância, mesmo que decorrente de uma razão mercantil, ao determinar a “mundialização da cultura” ajudou a construir um imaginário coletivo universal, assim criando diálogos (estilos, modas, ritmos, imagens, sons, linguagem) entre os indivíduos do planeta. Situação que muitas vezes foge ao controle das empresas, governos, sistemas globais. Sem dúvida, esta é uma das circunstâncias mais interessantes e pulsantes da contemporaneidade.

Infelizmente, nas últimas décadas, os diversos campos do conhecimento estiveram acobertados pelo véu do “mercado”. As fronteiras que definem a natureza da economia, da produção artística, do conhecimento tecnológico, do jogo político, do *marketing*, estiveram delimitadas pelo fluxo heterogêneo e desigual do capital e da informação, evidenciando que globalização não apaga nem as contradições, nem as desigualdades que or-

ganizaram a vida social nos países. Ao contrário, envolve umas às outras, recria novas situações, acentuando antigos problemas, acrescentando novos ingredientes ao panorama mundial. Observa-se que, quase duas décadas depois de instalado o “neoliberalismo”, as mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração entre as comunidades, também nutrem as diferenças e contrastes em todos os espaços, desde minúsculas tribos, bairros em uma mesma cidade, regiões em um mesmo país, até todo o mundo (IANNI, 1995).

Entretanto, vivemos em um momento de transição. Muito provavelmente, os próximos anos serão definidores de aspectos que hoje se apresentam nebulosos, confusos. A imponência do mercado, do capital global e de suas novas formas de poder, que muitas vezes pretendem padronizar e instituir leis que regulem o conjunto dos indivíduos, para isso, usando truques, espetáculos, ações e falsas provas, como o caso do dossiê que justificou a invasão ao Iraque em busca de armas químicas, não foram e dificilmente serão capazes de “homogeneizar”, igualar as necessidades dos indivíduos. Isto porque o mundo é formado por um vasto e complexo conjunto de nações, nacionalidades, etnias, minorias, grupos e classes, que se manifestam, transformam e reproduzem informações, promovendo novos arranjos. A “diversidade cultural” é a marca da expressão humana. Os novos tipos de organizações sociais e culturais que surgem, a cada dia, nos países, são a prova deste dinamismo.

E não poderia ser diferente. Até porque, ao longo do período “neoliberal”, apenas 30% dos habitantes do planeta têm tido acesso aos benefícios (bens tecnológicos, serviços estratégicos e informação de ponta). Infelizmente, os avanços do conhecimento, conforme vêm sendo administrados, acentuaram a distância entre os pontos luminosos (cidades ou bairros conectados ao

fluxo do capital e da informação) e os planos opacos (zonas, regiões ou continente, como aconteceu com a África). Também se pode constatar instabilidade ambiental, aumento de conflitos étnicos e religiosos, de desemprego. Aprofundam-se e surgem novos conflitos.

Aparentemente, a hegemonia do mercado parece ser inexorável, mas também as tensões e a insatisfação. Certamente, desta queda de braço surgirão novos caminhos. Espera-se que estes mais iguais. A “cultura mundializada” permite que um número maior de indivíduos busque soluções interessantes para todos. Após quase duas décadas de institucionalização do pensamento único, de predomínio neoliberal, vários impasses estão postos à mesa. Mas também surgiram e surgem novos atores sociais. A circulação, via tecnologia informacional, permite que surjam novas redes, para além do capital. Inevitavelmente deste conjunto de situações, para o bem ou para o mal, surgirão alternativas mais criativas, de valorização do pensamento criativo. Assim como de novas práticas a serem exercidas pelos cidadãos mundiais. Quem viver verá!

Referências

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Unijuí, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Internet e a sociedade em rede*. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MORAES, Denis de. *O capital da mídia na lógica da globalização*. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KLEIN, Naomi. *Marcas globais e poder corporativo*. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Presença, 1990.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Mídia

Mídia, massa, aldeia global,
idade mídia, telerrealidade, *agenda-setting*,
simulacro, império do efêmero.

Leandro Colling
colling@superig.com.br

A mídia é hoje objeto de muitos estudos nas universidades. Uma das questões mais recorrentes trata sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade e a preocupação não é uma exclusividade de quem estuda jornalismo, publicidade, relações públicas, cinema, produção cultural etc., mas também de quem se debruça sobre a Sociologia, Filosofia, Psicologia, Antropologia, só para citar alguns dos campos em que isso é mais evidente.

Há pelo menos duas grandes razões para que vários campos do saber estejam interessados em estudar a mídia. Ambas estão interligadas, se complementam. Uma delas é que a área da comunicação é nova, especialmente na universidade brasileira. Enquanto as demais áreas citadas são centenárias, os primeiros estudos sobre a comunicação de massa começam a aparecer, nos Estados Unidos, em

1927. Em função disso, os primeiros pesquisadores eram, e muitos ainda são, sociólogos, psicólogos e filósofos. Logo, desde o princípio, os pesquisadores utilizaram os conhecimentos de outras áreas para estudar a comunicação.

A segunda razão para a emergência dos estudos da mídia é a própria explosão dos meios de comunicação. E este é um fenômeno igualmente recente. Basta lembrar que a televisão brasileira foi criada em 1950. Historicamente, 54 anos não significam quase nada. Com a mídia desempenhando papéis importantes em diversos segmentos da sociedade, nada mais previsível que as pesquisas científicas de várias áreas começassem a aparecer para analisar o novo problema.

Antes de tratar sobre como alguns pesquisadores analisam o fenômeno midiático, ainda cabem duas observações importantes. A primeira faz referência ao uso da palavra “mídia”. Trata-se de um aportuguesamento da palavra em inglês *mass media*. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra mídia entrou para a língua portuguesa apenas em 1960. Portanto, quando estamos utilizando a palavra mídia, estamos nos referindo à difusão de informações em escala massiva. Mas, e o que entendemos por “massa”? Vamos recorrer a um dos primeiros intelectuais brasileiros a refletir sobre o fenômeno midiático. Gabriel Cohn nos diz que “designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente”.¹

Outra ressalva importante trata sobre uma crítica muito ouvida entre os estudantes de comunicação. A grande maioria diz que estudar teoria não serve para muita coisa e que “a teoria é diferente da prática”. Quem defende estas idéias nunca entendeu qual a utilidade da teoria e não sabe como ela é feita. Teoria da comunicação serve para analisar os fenômenos midiáticos

com mais propriedade. Em geral, as pessoas analisam a mídia como o senso comum, que pode estar correto, mas, quase sempre, simplifica demais as análises. Portanto, a teoria da comunicação não vai nos ensinar a fazer comunicação, mas como analisar os seus efeitos sobre a sociedade, como cada uma das peças do processo comunicativo (emissor, canal, receptor) interfere nas mensagens, por que as mensagens são como são etc. É claro que se o estudante sabe refletir sobre a comunicação, obviamente, “por tabela”, conseguirá ser um profissional mais capacitado.

A teoria da comunicação não pode ser vista como um manual de como fazer comunicação. Esta é tarefa de outras disciplinas. Quem não percebe porque a teoria da comunicação existe e quais são as suas finalidades acaba reproduzindo a idéia de que “a teoria não tem nada a ver com a prática”. Nenhuma reflexão teórica é feita sem estar ancorada no que está acontecendo. Neste sentido, a teoria tem tudo a ver com a prática. Caso contrário, estaríamos dizendo que os teóricos são lunáticos que analisam um outro mundo que não o nosso. Como veremos a seguir, isso não parece verdadeiro.

Olhares sobre a mídia

No âmbito deste texto, não teríamos condições de tratar de todos os autores e conceitos importantes envolvendo a mídia. Os demais artigos e ensaios desta coletânea certamente estão, em alguns momentos, dialogando com a comunicação. Por isso, escolhemos algumas reflexões que estão presentes nas discussões acadêmicas da atualidade sem interferir nas demais “constelações temáticas” propostas pelo livro.

Um dos autores fundadores da teoria da comunicação, que retornou com força depois de um período de ostracismo, é Marshall McLuhan (1911 – 1980). As suas idéias voltaram a ganhar importância após o surgimento da Internet e das novas tecnologias em comunicação. McLuhan, que era professor na Universidade de Toronto, criou o conceito de “aldeia global”. Segundo ele, a partir de meados do século XX, com a emergência da televisão, o mundo se retribaliza e passa a formar uma imensa aldeia, desta vez em escala global. O homem – que já viveu em aldeias e iniciou o seu processo de tribalização no momento em que adquiriu a linguagem – passou por um brutal processo de destribalização com a invenção da escrita e agora estaria em um processo de retribalização.

Para entender McLuhan, um dos tantos autores mal compreendidos e mal lidos dentro e fora da academia, é preciso perceber que ele está realizando uma análise histórica iniciada na formação da humanidade e que segue com a criação da linguagem, provocadora da formação das tribos. A partir do momento em que o homem inventa a escrita, ele deixa de ter a necessidade de viver em tribos. O conhecimento deixa de estar apenas na linguagem oral e o homem compreende que pode sobreviver com os conhecimentos escritos.

Findo o processo de destribalização, McLuhan percebe, com perspicácia, que estamos hoje vivendo em uma aldeia novamente. A televisão voltou a nos unir, as barreiras geográficas desapareceram, as imagens se espalham com uma velocidade incrível, todos, ou quase todos, sabem o que está acontecendo no mundo instantaneamente. E o que é mais significativo: a linguagem mais importante deixa de ser a escrita, a linguagem da imagem passa a ser universal. Ela nos liga, nos retribaliza.

McLuhan está analisando, na verdade, o efeito da tecnologia sobre a humanidade. Tecnologia é entendida aqui não apenas em relação às máquinas. A linguagem, o alfabeto e a escrita são tecnologias. Trata-se de uma perspectiva tecnicista da teoria da comunicação, que reflete sobre como as tecnologias transformam as nossas vidas. O canadense não estava preocupado com o conteúdo transmitido através destas tecnologias. Para ele, o verdadeiro efeito não está nos conteúdos. Não o interessa saber se as pessoas passam o dia vendo novelas ou documentários sobre filosofia. Interessa é que todos estão seduzidos pela linguagem visual. Ela é quem domina. Para verificar como isso ocorre “na prática”, basta verificar como as pessoas rejeitam a linguagem escrita. Ler é chato, assistir é bom, dá prazer, mas desde que a linguagem esteja no ponto, isto é, não seja a transmissão televisiva de um discurso.

Seguindo esta lógica, McLuhan continua suas análises e cria a sua grande tese: o meio é a mensagem. Os estudantes de primeira viagem, em geral, têm muita dificuldade de entender como o meio pode ser a mensagem. O correto não seria dizer que o meio transmite mensagens através de um canal de comunicação? Não para McLuhan. Como já dissemos, ele não está nem um pouco preocupado com os conteúdos transmitidos pelos meios. Para ele, a verdadeira mensagem são os próprios meios, que transformam as nossas vidas a ponto de voltarmos a viver em uma aldeia. Esta é a mensagem dos meios.

Depois disso, não nos parece difícil imaginar porque McLuhan voltou a ser um teórico estudado nos dias atuais. Ele não chegou a viver tempo suficiente para verificar que, além da televisão, o homem criou outras tecnologias que potencializam ainda mais a formação da imensa aldeia global. A idéia de informação em tempo real nunca esteve tão visível a olho nu como

hoje. Nossas vidas estão rodeadas por equipamentos que são verdadeiras extensões dos nossos corpos. Não sabemos mais viver sem as tecnologias, da mesma forma como não conseguimos viver plenamente sem os membros do nosso corpo. Isso permite perceber o quanto é atual outra das teses de McLuhan, título de uma de suas principais obras, chamada *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

Se o canadense McLuhan não estava interessado nos conteúdos dos meios, os teóricos americanos sempre estiveram preocupados com os efeitos do que é veiculado pela mídia. Isso ocorre desde os autores-fundadores, como Harold Lasswell (1902-1978) e Paul Lazarsfeld (1901-1976), e prossegue com o surgimento de uma das teorias muito utilizadas nos últimos anos. Trata-se da teoria do *agenda-setting*, ou estabelecimento da agenda. Em 1972, os professores Maxwell McCombs e Donald Shaw publicaram o primeiro artigo de suas pesquisas relacionadas ao agendamento. Inicialmente, eles queriam a resposta para a seguinte pergunta: os meios de comunicação têm o poder de estabelecer a agenda de temas que estarão nas ocupações do público? Para isso, catalogaram quais eram os temas mais recorrentes na mídia e os compararam com os temas que mais preocupavam as pessoas entrevistadas pela equipe de pesquisa.

Desde o princípio, os pesquisadores descobriram que nem todos os temas que estavam na mídia estavam também na agenda do público, como inicialmente se postulava. Com o desenvolvimento das pesquisas, eles verificaram que o processo de agendamento é muito mais complexo do que a hipótese inicial estava vislumbrando. A mídia agenda o público, mas o público também agenda a mídia, um tipo de mídia agenda outro, os grupos organizados agendam a mídia. Por isso, o poder dos

meios de comunicação não é tão grande como os autores gostariam de comprovar. As pesquisas acabaram reafirmando a tese de que os efeitos dos conteúdos são limitados, como já dizia o sociólogo Lazarsfeld, em 1944, quando publicou o famoso livro *The people's choice*, resultado de suas pesquisas.

Um outro conceito que tenta explicar a importância da mídia na contemporaneidade é o de “Idade Mídia”. Criado pelo professor Antonio Albino Canelas Rubim, não alcança a visibilidade dos autores acima citados, mas não é por isso que deve ser desconsiderado. Para Rubim, assim como a humanidade já viveu na Idade Média, agora vivemos na Idade Mídia. Mas o que diferencia tanto esta nossa época? Que características tão singulares ela possui, a ponto de servirem como divisor de águas?

A tese do professor da Universidade Federal da Bahia é de que a comunicação estrutura e ambienta a nossa sociedade. Quando defende que a comunicação está na estrutura da sociedade, o autor dialoga com o pensamento marxista. Marx, entre tantas coisas, dividiu a sociedade em superestrutura e infra-estrutura. Na primeira estão as ideologias, os “aparelhos ideológicos”, que estão sempre determinados pela segunda, onde se encontram as forças produtivas e as relações de produção. Dentro desta lógica, os meios de comunicação que Marx conheceu estariam na superestrutura da sociedade. Rubim defende que a mídia, tal como nós a conhecemos, passou a ocupar também a infra-estrutura, tanto que chega a ser imprescindível para a realização e reprodução do próprio capitalismo.

Os meios de comunicação se transformaram em poderosas indústrias culturais que acabam sendo fundamentais para o desenvolvimento, para o bem ou para o mal, do sistema capitalista. O mesmo alerta já fora dado pelos autores da Escola de Frankfurt, que aqui não será visitada. “Na prática”, é fácil perceber

como Rubim tem razão. É só imaginar o que seria do sistema sem a mídia para incentivar o consumo e nos convencer a pagar pelos produtos muito mais do que eles valem em si. Hoje, em função da mídia, nós concordamos em pagar dez vezes mais por uma calça em função da marca que ela ostenta. Não pagamos apenas pelo material e mão-de-obra utilizadas, mas também, e muito, pelo valor simbólico que ela nos oferece. É exatamente a valorização exacerbada destes valores simbólicos que torna a nossa sociedade diferenciada daquelas em que não existiam meios de comunicação de massa. Não se está a defender que a mídia é a primeira a criar valores simbólicos. Eles existem desde sempre, mas nunca ocuparam um espaço tão considerável na humanidade.

Rubim defende que, além de estruturar a nossa sociedade, a mídia também a ambienta. Ambienta porque, entre outras coisas, experimentamos a vida, a realidade e o mundo através dos meios de comunicação. Hoje, é perceptível como a mídia difunde comportamentos, sentimentos, valores, ideais. Ao dizer isso, o autor não está defendendo que todos somos reféns da mídia, que nenhum outro ator social consegue interferir na ambiência da sociedade. Mas o inegável é que a mídia é preponderante em criar as nossas percepções do mundo. Hoje vivenciamos pela mídia a realidade de nosso próprio bairro e cidade. Se isso ocorre com locais tão próximos de nós, é fácil imaginar como formamos as representações e sentidos de lugares onde não transitamos fisicamente. É por isso que Rubim nos traz outro conceito, o de “telerrealidade” que, segundo ele, “serve para nomear uma nova e contemporânea dimensão da sociabilidade que se distingue e diferencia da realidade, tradicionalmente concebida como territorialidade (geográfica), localidade, proximidade, materialidade, presença e convivência”.²

A questão da realidade e os meios de comunicação pode ser vista nos estudos de vários pesquisadores contemporâneos. Um dos mais polêmicos é o francês Jean Baudrillard. Para ele, a mídia produz uma simulação da realidade. Estaríamos vivendo em um mundo de “simulacros” porque os acontecimentos em si não passam de matéria-prima bruta para os meios de comunicação. Esta matéria-prima passa por toda uma cadeia (que envolve a produção, edição etc.) até chegar ao consumidor/telespectador final. O que consumimos não é o acontecimento em si, mas uma simulação. Por isso, para ele, “a informação é lixeira da história”.³ E vai além. Se os acontecimentos são artificiais, simulados, é possível decretar o fim da história.

Aliás, Baudrillard é conhecido por decretar o fim de tudo. Sua fina ironia nos desafia: “o pior é que não haverá o fim de nada porque tudo isso continuará, assim como continuam a crescer as unhas e os cabelos de um homem morto”.⁴ Neste decreto do fim de todas as coisas, a mídia está sempre presente. Ela é responsável pela saturação da informação, pelo excesso de comunicação. E tudo isso não provoca mais efeito algum, pois a resposta das massas é a inércia.

Contemporâneo de Baudrillard, porém com uma reflexão diferenciada, Lipovetsky defende que a mídia potencializou a valorização da sedução, do elemento lúdico, em contraste com o discurso persuasivo, que não funciona mais. Esta sedução não faz o indivíduo racionalizar, mas faz rir ou chorar, pega pelo desejo. Na política, ganha força o político que conquista o eleitor pela sedução, pela simpatia. A diferença de Lipovetsky em relação a outros autores é que ele não qualifica isso negativamente, apenas nos diz que tudo passou a ser dominado pelo “império do efêmero”. A efemeridade alcança o seu ápice e se transforma na grande ideologia da atualidade.

Para ele, longe da mídia abafar o debate público, ela o alimenta. Ao mesmo tempo em que consegue produzir o consenso, também está aprofundando as diferenças de perspectivas, desenvolvendo a crítica e a polêmica. A publicidade, por exemplo, é um espaço de abertura para o campo democrático e serve para aproximar o eleitor e não para afastar. Lipovetsky considera a mídia como uma peça importante na consolidação das democracias porque agora a confrontação deixou de ser sangrenta (via guerras, por exemplo) para ser verbal. Continuando os elogios, diz que a mídia nos mantém a par das ameaças que nos cercam.

Lipovetsky aponta razões para defender idéias. Para ele, precisamos fazer uma profunda revisão de nossos argumentos. Por exemplo: o que diverte pode educar, o que distrai também pode desencadear atitudes que não sejam estereotipadas, o que seduz a massa pode gerar opiniões racionais, o que é programado não produz somente a passividade. Para ele, o universo da informação sacode as idéias aceitas, faz ler, desenvolve o uso crítico da razão. Enfim, “o show da informação prossegue a trajetória das Luzes”,⁵ referência ao movimento iluminista, defensor de que é necessário iluminar os cantos obscuros para que as pessoas passem a agir de forma consciente e racional, livres da alienação.

Considerações finais

O que se percebe depois do estudo das teorias da comunicação é que os autores contemporâneos caminham para um consenso em pelo menos um aspecto. Todos concordam que a mídia realmente modificou a vida do homem, mas isso, ao

mesmo tempo, não quer dizer que fomos transformados em fantoches de quem detém o pólo emissor das mensagens.

O efeito atribuído aos meios varia de acordo com o que o pesquisador está analisando. Como vimos, se a análise trata sobre o efeito da nova tecnologia, não há como negar que o efeito é poderoso. Mesmo quem não tem acesso direto ao meio acaba sentido o impacto de qualquer nova tecnologia. Vejam o exemplo do telefone celular. O indivíduo que não tem e não quer tê-lo não está imune aos seus efeitos. Poderá ligar para um deles, ou mesmo ficar aborrecido quando um aparelho tocar na sala de cinema, por exemplo.

O efeito da mídia também é significativo quando se analisa o quanto ela se tornou importante em nossa sociedade, estruturando e ambientando as nossas vidas. O mesmo pode ser dito sobre os estudos sobre o impacto das linguagens. Já quando estamos nos referindo aos conteúdos transmitidos pela mídia, as pesquisas nos mostram que os efeitos ocorrem, porém não são tão universais. Para aprofundar o estudo sobre mídia, sugerimos a leitura da bibliografia a seguir.

Notas

¹ Citado em GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos de teoria da comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1997. p. 26.

² RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000. p. 40.

³ BAUDRILLARD, Jean. A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos. Lisboa: Terramar, s/d. p. 118

⁴ Idem. p. 170

⁵ LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras: 1989. p. 225.

Referências

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação – da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Lisboa: Terramar, s/d.
- _____. *A sociedade do consumo*. Lisboa: Elfos, 1995.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971.
- DE FLEUR, Melvin; BALL-ROCKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). *Teorias da comunicação*. Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos de teoria da comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- LIMA, Luis Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1970.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1963.
- MATTERLART, Armand; MATTELART, Michèle. *Histórias das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MELO, José Marques de. *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edicon, 1998.
- SANTOS, José Rodrigues dos. *O que é comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.
- SPA, Miguel de Moragas. *Teorías de la comunicación*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

Mundo digital

Cibercultura, conectividade, exclusão digital, hipertexto, informática, interface, interbauta, Internet, redes, sociedade da informação, telemática virtual.

Marcos Palacios
palacios@ufba.br

Etimologicamente pelo menos, o “mundo digital” começa nos dedos de nossas mãos. Números contados nos dedos (*digitus* = dedo em latim), daí dígitos, digital. Um mundo traduzido em números e apenas dois números, seqüências de zeros e uns: 100111100010011111101001011.

Um mundo convertido em “bits” (*binary units*), unidades mínimas de um “sistema binário” de numeração, – sim/não, ligado/desligado. Nosso entorno digitalizado é desmaterializado, fragmentado, tornado fluxo em redes telemáticas (telecomunicações + informática), armazenado em memórias eletrônicas, recriado e re combinado em múltiplas “interfaces”: “telas de computadores”, “terminais” de bancos, telinhas de “celulares”, ou mesmo em suportes mais antigos, como as telas dos cinemas ou o próprio papel.

Os efeitos especiais espetaculares das superproduções cinematográficas são produzidos digitalmente e muitos filmes são agora totalmente “rodados” em suporte digital (uma forma de dizer arcaica, sobrevivência de nosso imaginário mecânico, pois no fazer digital nada “roda”). Praticamente não existe hoje um só jornal no mundo que não seja inicialmente composto digitalmente para, só num segundo momento, ser impresso e circular como objeto sólido e material.

Este texto e o livro no qual ele está incluído foram digitalmente compostos.



Na Internet, este texto seria um “hipertexto”. Na “escrita hipertextual” não há um caminho único, predeterminado. A leitura torna-se “não linear” ou “multilinear”. Cada *clik* do *mouse* sobre um *link* ou “hiperligação”, à escolha do leitor, leva a um novo texto ou “lexia”.

Este texto também pode ser lido dessa forma.



Leia a lista de palavras a seguir e descubra o que elas têm em comum:

“ciberespaço, *web*, rede telemática, *www*, *spam* hipertexto, *site*, sítio, *mouse*, *chips*, interface, clicar, navegar, página, deletar, disponibilizar, fazer um *download*, teclar, hackear, *e-mail*, correio eletrônico, formatar, abrir uma janela, digitalizar, scanear,

Intranet, Internet, disquete, vírus, vacina, *on-line/off-line*, Cd-Rom, *hyperlink*, endereço eletrônico, *homepage*, cibercultura, hiperficção, mecanismo de busca, postar, copiar e colar, menu, fórum, programa, arquivo, favoritos, sala de bate-papo, atalho....”

Agora acompanhe esta breve descrição das desventuras de um jovem internauta:

Hoje cedo, “surfando na *Web*”, abri meu “sítio de MP3” e descobri que a *home* estava *hackeada*. Invasão primária, coisa de larva ou *lamer*. Mas desconfiei que pudessem ter me presenteado com um “cavalo de Tróia”. E não deu outra: era um *Tij/Small. B.* Não dou sorte com vírus. Tive que “reformatar a página”. Aproveitei para “disponibilizar” uns *links* novos, “deletar os que estavam quebrados” e atualizar o *menu* principal. Ficou bala! “Cliquei” no “atalho” do meu *mail*. Só tinha “spam”. Já ia “entrar no *chat*” para “teclar” com a galera e saber das baladas quando a “conexão”, que já estava em “lag” desde ontem à noite, deu pau de vez. Realmente tenho que trocar de “provedor”. “Navegar” assim é nenhuma...**T+**

Mesmo se desconsiderarmos as gírias correntes neste início do século XXI e que podem ser facilmente deduzidas a partir do contexto, como “galera”, “bala”, “dar pau”, “balada”, “é nenhuma” e “T+” (Teh Mais = tchau), tanto a lista de palavras quanto a breve descrição das desventuras de um internauta na *Web* seriam quase totalmente incompreensíveis para qualquer pessoa há trinta, vinte anos. Muitas palavras seriam familiares e até comuns mas, de alguma forma, o sentido geral da mensagem escorregaria, ou soaria futurista e totalmente ficcional. A razão é simples: essas palavras e expressões foram criadas ou ganharam novos significados entre o final dos anos 60 do século XX e os dias atuais.



Antes da digitalização do mundo, “atalho” era apenas um caminho mais curto, geralmente uma estradinha de terra; “vírus” um termo médico; se alguém falasse em “teclar” provavelmente teria em mente um piano ou máquina de escrever; as “janelas” costumavam ter ferrolhos e cortinas; os *menus* eram usados apenas em restaurantes; os “sítios” eram lugares onde se passava o fim de semana, colhendo frutas e metendo os pés na lama, na companhia de patos, galinhas e carrapatos.

Já estamos tão ambientados na nova cultura que todos os termos acima, em suas novas acepções, passaram a ser parte do imaginário e do vocabulário de qualquer pessoa medianamente informada. Exceto, é claro, quando se trata do jargão restrito a tribos e subculturas muito específicas, como as dos *hackers* e *crackers*. Entre eles, um *lamer* é um iniciante nas artes do “hacking”, ou seja, na arte de quebrar códigos, derrubar *firewalls* e invadir, remotamente, computadores e redes de comunicação; um “larva” é um *ex-lamer*, que já tem algum conhecimento e parte para suas aventuras de *hacking*. *Firewalls* são programas de proteção que tentam barrar a ação dos *hackers*. Tanto *hackers* quanto *crackers* têm grandes conhecimentos de informática, mas de uma forma geral, os *crackers* são considerados “do mal” (espionagem internacional, vírus, fraudes com cartões de crédito, destruição de informações etc) e os *hackers* nem sempre. Deu para entender? Se não, há uma série de sítios sobre o assunto, listados no final deste artigo.



O cérebro eletrônico faz tudo
Faz quase tudo
Quase tudo
Mas ele é mudo
O cérebro eletrônico comanda
Manda e desmanda
Ele é quem manda
Mas ele não anda.

Gilberto Gil, 1969



Gilberto Gil é ex-aluno da Escola de Administração da UFBA e tem sítio na Internet em <http://www.gilbertogil.com.br/>



A transição para a chamada Sociedade da Informação é fortemente marcada pela coincidência histórica, a partir de finais dos anos 60 e meados dos anos 70, de três processos independentes:

- a) Revolução nos costumes (anos 60) com surgimento e florescimento de movimentos socioculturais como o Feminismo, Ecologismo, Direitos Humanos, *Gay Liberation* etc e as reações por eles produzidas;
- b) Revolução da tecnologia informacional;

c) Crise econômica do capitalismo e do estatismo e sua subsequente reestruturação: a queda do socialismo real (União Soviética e seus satélites) e estabelecimento de um novo ordenamento internacional, marcado pelo fim da bipolaridade e por uma multiplicação de eixos de poder (Estados Unidos, Comunidade Européia, China, países emergentes).

A interação desses três processos e as reações a eles produziram uma nova estrutura social dominante: “Sociedade da Informação, Sociedade das Redes”, com uma economia de tipo novo, “informacional e global” e uma cultura assentada no “digital e no virtual”.



A nova economia, consolidada nas duas últimas décadas do século XX, caracteriza-se pela “globalização”, flexibilidade organizacional, maior poder da administração sobre o processo de trabalho, enfraquecimento do poder sindical, contração do Estado do Bem Estar Social. Trata-se de um novo tipo de capitalismo: mais endurecido em seus objetivos e mais flexível em seus meios, que sistematicamente exclui territórios e populações “sem valor”, ou seja, sem possibilidade imediata de incorporação ao mercado, como consumidores de bens e serviços. A “exclusão” abrange segmentos de sociedades, áreas de cidades e até países inteiros.



Juntamente com as transformações econômicas que marcam as décadas finais do século XX, começa a emergir um novo tipo de cultura, caracterizada por uma situação em que a própria reali-

dade (a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de “imagens virtuais” do mundo. As representações não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na própria experiência. Todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio porque este fica tão diversificado, tão maleável, que absorve no mesmo texto de “multimídia” toda a experiência humana, o passado, o presente e o futuro. Essa “cultura da virtualidade real”, como foi denominada e descrita pelo sociólogo Manuel Castells, é a cultura do mundo digital.

O computador mudou, a partir dos anos 90, de instrumento de trabalho para ferramenta usada para produção de conteúdos culturais que, uma vez criados, podem ser armazenados e distribuídos em um meio apropriado. No fim da década, com a popularização da “Internet”, o computador tornou-se uma máquina de “mediação universal” usada para criar, armazenar, distribuir e acessar todas as mídias.

O termo “interface cultural” é usado para descrever uma interface homem-computador-cultura. Um “jogo de computador”, um *Webjournal* ou o sítio de uma banda de *rock* são exemplos de interfaces culturais.



Clic....

O advento da Sociedade da Informação é usualmente descrito em termos de grandes rupturas na área da Comunicação Social. No entanto, se observarmos bem, veremos que, como em todo processo histórico, temos não só novidades e desvios de curso, mas também muitas continuidades e algumas potencializações de elementos já preexistentes.

Apesar da emergência da cultura digital, continuamos a ler livros e jornais de papel. Uma enciclopédia já era um “objeto hipertextual”, dois séculos antes da Internet. O rádio não substituiu o impresso, como a televisão não substituiu o rádio, nem a fotografia acabou com a pintura ou o cinema com a fotografia. Não há um processo evolucionário de caráter linear e simplista, mas uma conjugação de tecnologias de comunicação que, muito mais que substituírem-se umas às outras, convivem e redefinem suas articulações.

A “televivência”, ou seja, a capacidade de vivenciar o mundo à distância (do grego *tele* = longe), que já conhecíamos através do uso do rádio, da televisão e da própria escrita, potencializa-se enormemente. A Comunicação Mediada por Computador (CMC) em conjugação com a criação de uma rede mundial de computadores interligados, – a Internet –, produz a passagem do PC (computador pessoal) ao CC (computador conectado).

Uma ruptura evidente refere-se aos lugares de “emissor e receptor de mensagens”, claramente definidos nas formas de comunicação anteriores. No rádio ou na televisão há uma emissora ou um canal e uma massa de ouvintes ou telespectadores. Na Internet, os pólos de emissão e recepção deixam de ser fixos. Pode-se não só acessar, mas também disponibilizar informação. Ocorre a chamada “liberação do pólo de emissão”, possibilitando uma multiplicidade de vozes e discursos simultâneos. Esta é uma diferença fundamental com relação aos meios de comunicação de massa e uma das características centrais da “cibercultura” (cibernética + cultura). Cibercultura é a cultura de conectividade generalizada. Cibercultura é a cultura da interatividade. Cibercultura é a cultura dos fluxos, da simultaneidade, da instantaneidade. Entre outras coisas.



Na medida em que as tecnologias de comunicação possibilitam a interatividade e a participação dos indivíduos como produtores de informação e não apenas como consumidores, é de se esperar que seu volume cresça. Pela primeira vez na história da humanidade, fala-se em “excesso” e não em “escassez de informação”. No mundo digital é muito fácil produzir, reproduzir (Ctrl C/ Ctrl V, copiar e colar) e transformar informação. O número de sítios na Internet cresceu de cerca de 19 mil, em agosto de 1995, para 50 milhões, em maio de 2004. Como cada sítio tem, em geral, muitas páginas, o número de “http:// s, de endereços eletrônicos (URLs) na *Web*” anda pela casa dos bilhões. Os “jornais *on-line*” comerciais, que eram pouco mais de 20 em 1994, já chegavam a mais de mil em 1996 e superavam a casa dos cinco mil em 2002.

Estamos nos acostumando tanto à necessidade de garimpar informação, quanto de nos proteger contra ela. Na *Web*, usamos “motores ou instrumentos de busca” (*search engines*) como o *Google*, *Altavista*, *Yahoo*. E Deus sabe como eles ainda são ineficientes! Inversamente, colocamos “filtros” em nossos programas de “correio eletrônico” para diminuir o número de “*spams*”, aquelas mensagens comerciais não solicitadas, que invadem também nossas caixas de correio tradicionais e atazanam nossa vida através do “telemarketing” telefônico (“Alô, boa tarde, é o Sr. Marcos? Nós temos uma promoção especial do Banco Méphitique, que está oferecendo um cartão de crédito grátis, blá, blá, blá, blá, blá...”).



Num ambiente digital como a Internet, ocorre um fenômeno que contribui para o acúmulo de informações: “mensagens efêmeras”, como notícias sobre um *show* ou o lançamento de um livro, que em outros suportes simplesmente desapareceriam (onde estão os *outdoors* do ano passado? Onde vão parar os volantes distribuídos nas calçadas?) ou iriam para um arquivo. Na Internet, elas continuam disponibilizadas, sem qualquer hierarquia com relação a informações mais atuais ou permanentes.



A crescente comunicação entre pesquisadores, em todo o mundo, agiliza a circulação e a troca da produção científica, sua apropriação, crítica e portanto a geração de mais informação. O projeto Genoma Humano, que em 2001 resultou na publicação do sequenciamento genético do DNA humano, envolveu milhares de cientistas, em centenas de laboratórios em todas as partes do mundo, num esforço conjugado que foi grandemente acelerado e viabilizado pela troca de dados através de redes digitais. Cada vez mais a produção científica é disponibilizada na Net, em sítios especializados e “periódicos eletrônicos” (*e-journals*), tornando-se acessível a pesquisadores fisicamente distantes uns dos outros, em espaços de tempo muito mais curtos do que através de sua disseminação em congressos ou publicações de tipo tradicional. Cada vez mais a atividade científica se torna, verdadeiramente, um esforço de colaboração universal.



A liberação do pólo de emissão, com a polifonia resultante, faz crescer exponencialmente o volume de informação disponível. A quantidade total de informação produzida no mundo dobrou de 1999 a 2002 e aumenta 30% a cada ano.

O primeiro grande estudo dedicado a medir quanta informação há no mundo, realizado na Universidade de Berkeley, estima que, em 2002, foram produzidos e estocados cinco *hexabytes* de dados de todos os tipos, somente em meios físicos (papel, filme, meios óticos e magnéticos). Que diabos é isso? Cinco *hexabytes* equivalem a cinco milhões de *terabytes*; uma locadora de vídeos de tamanho médio guarda em torno de oito *terabytes* de vídeo. Um *byte* equivale a 8 *bits*, portanto um *terabyte* equivale a oito trilhões de *bits* (*binary digits*). Um *bit* é a menor unidade de informação no mundo digital, equivalendo a um 0 ou 1 (desligado/ligado), numa seqüência numérica binária. Tudo muito confuso? Para simplificar: cinco *hexabytes* equivalem aproximadamente ao conteúdo de 500 mil bibliotecas do Congresso Nacional dos Estados Unidos, cada uma delas com 19 milhões de livros e 56 milhões de manuscritos.



As redes digitais inviabilizaram ou dificultaram ao extremo o exercício da censura. A situação vivida durante o regime militar no Brasil, quando as notícias sobre resistência política, torturas e assassinatos cometidos pela ditadura simplesmente não circulavam, é praticamente impossível hoje, com o uso da Internet e seus recursos.



O fenômeno do “excesso de informação” deve ser cuidadosamente qualificado. À medida em que avançam as tecnologias de recuperação de informação (“robots de busca”, “filtros” mais sofisticados) menos teremos a sensação de excesso. Por outro lado, a preservação da “memória” se coloca como um problema seríssimo a ser enfrentado no mundo digital. Como manter registros de nossa cultura em meio a tal profusão de vozes e discursos (“polifonia”) e tal multiplicação de fontes? Como identificar o que é informação confiável e informação falsa ou enviesada? O que deve ser guardado e o que deve ser descartado? Quem deve decidir sobre isso? Por quanto tempo devem ser preservadas as gravações de conversas telefônicas (responsáveis por uma altíssima proporção de toda a informação armazenada no mundo), considerando-se que elas podem ter funções legais e de segurança? Essas gravações devem ser feitas? Quando e por quem? Em que suportes físicos (Cd-Roms, “discos rígidos” de computadores?) estocar a memória, possibilitando alta capacidade de armazenamento e, ao mesmo tempo, confiabilidade e durabilidade?

Seja como for, no caso da informação, antes excesso do que escassez...



É muito difícil calcular-se o número exato de usuários na Internet, em virtude de seu crescimento rápido e contínuo, e da inexistência de uma metodologia de pesquisa confiável e universalmente aceita para as estimativas. Pode-se, por exem-

plo, fazer uma contagem de computadores conectados à *Web*, ou dos endereços de *e-mails* registrados. A dificuldade é que um único computador conectado pode ser usado por várias pessoas e, inversamente, uma única pessoa pode ter muitos *e-mails*. Alguns especialistas chegam a afirmar que estatísticas sobre a Internet não passam de *educated guesswork*, ou seja, um processo de adivinhação sofisticado e bem informado.

Até 2005, segundo algumas projeções, a Internet deverá se aproximar da marca de um bilhão de pessoas conectadas em todo o mundo.

Crescimento do número de usuários na Internet (Em Milhões)

Ano	Usuários	% Pop. Mundial
1995	26	0,63
1996	55	1,34
1997	101	2,47
1998	150	3,67
1999	201	4,78
2000	377,65	6,22
2001	552,41	8,50
2002	605,60	9,70
2003	852	13,3

(População mundial em setembro de 2003 ~ 6,37 bilhões)

(Fonte: Nua Internet Surveys http://www.nua.ie/surveys/how_many_online/

Mês de base para tabela: setembro. Dado de 2003 da E-Consulting

http://www.e-consultingcorp.com.br/index_1024.htm

Dados para a população mundial: <http://www.ibiblio.org/lunarbin/worldpop>)

O rápido crescimento da Internet pode ser melhor dimensionado quando comparamos o tempo decorrido para que as diversas tecnologias de comunicação ultrapassassem 50 milhões de usuários: 38 anos para o rádio, 16 para o computador pessoal, 13 para a televisão e apenas quatro anos para a Internet.



Apesar de que centenas de milhões de pessoas estejam conectadas via Internet, isso representa apenas pouco mais de 10% da população mundial. E esses usuários estão distribuídos de maneira tremendamente desigual. Em 2001, apenas 4% dos internautas eram latino-americanos e 85% estavam concentrados no Brasil, Chile, Argentina e México. Enquanto isso, mais de 50% dos holandeses, suecos e dinamarqueses estavam conectados. Os Estados Unidos devem atingir a marca de 200 milhões de internautas até o final de 2004. A população norte-americana que acessa a Net (53%) gasta, em média, 25 horas *on-line* em casa e outras 74 horas no trabalho, mensalmente. No entanto, também lá, há vastas camadas excluídas, especialmente entre os negros e os latinos. A “exclusão digital” somou-se a outras exclusões já existentes: educação, saúde, habitação, alimentação. Mais de um sexto da população mundial – 18%, o que corresponde a cerca de 1,1 bilhão de pessoas –, não tem acesso a fornecimento de água potável. Quase 40% não dispõem de saneamento básico. Metade dos habitantes do planeta nunca usou um telefone.



Não é apenas a troca de mensagens que caracteriza a Internet. Sua descrição como “um novo meio de comunicação” é empobrecedora. Ela certamente funciona como um meio de comunicação. Através dela trocamos mensagens pessoais, como faríamos usando um telefone ou escrevendo uma carta, e podemos ler jornais e boletins informativos de todos os tipos. Mas isso não é tudo.

Quando se entra no sítio de uma “rádio *on-line*”, que reproduz através da Internet a programação que está transmitindo “ao vivo” através de ondas *hertzianas*, complementando-a com fóruns de ouvintes, possibilidade de compras *on-line* dos produtos anunciados, disponibilização de arquivos sonoros e visuais etc., podem estabelecer-se, nesse mesmo sítio, aberturas para ações sociais que vão além do acesso à informação.

O acionamento dos recursos de “comércio eletrônico” (*e-commerce, e-business*), que permitem a compra *on-line* de um CD anunciado ao final de uma resenha musical, caracteriza uma ação de caráter individual, envolvendo decisões psicológicas e cálculos de custo/benefício de âmbito pessoal, mas gerando efeitos sociais externos à pessoa do comprador, como movimentações bancárias, emissão de notas fiscais e de circulação de mercadorias, cobrança de cargas tributárias, pagamento de direitos autorais, acionamento de sistemas de empacotamento, de entrega etc.

Ao ouvir *The Last Time I saw Paris* na rádio *on-line*, posso sentir-me romântico por lembranças despertadas pela música e experimentar o impulso de surpreender minha esposa levando-a para um jantar à luz de velas. Isso me impelirá, através de rápidas operações de busca, a avaliar e selecionar um restaurante (tendo inclusive acesso a seus *menus* e fotos de seus pratos

principais), reservar uma mesa, encomendar e pagar flores, mandar um *e-mail* solicitando à babá que reserve seus serviços para nós esta noite, programar um táxi para recolher-nos em nossa residência a uma determinada hora. Ou mesmo, quem sabe (se meu crédito bancário permitir), comprar uma passagem aérea para a França, reservar um automóvel no aeroporto de Orly, uma suíte num hotelzinho romântico no Boulevard San Michel e uma mesa no restaurante *Tour d'Argent*, após um show no *Moulin Rouge*. Tudo isso, navegando na mesma rede que momentos atrás eu usava apenas para ouvir uma rádio *on-line*. A Internet é, simultaneamente, local e global, ou “glocal”. A Internet talvez seja melhor caracterizada como um “ambiente sócio-técnico” de comunicação, informação e ação. Mas esta é apenas uma possível definição, entre muitas.



Clic....

Criar meu *web site*

Fazer minha *home-page*

Com quantos *gigabytes*

Se faz uma jangada

Um barco que veleje

[...]

Eu quero entrar na rede

Promover um debate

Juntar via Internet

Um grupo de tietes de Connecticut

[...]

Gilberto Gil, 1996



As “redes telemáticas” e “sócio-técnicas” não se limitam à Internet. O termo ciberespaço se originou no livro de ficção científica *Neuromancer*, escrito pelo norte-americano William Gibson, em 1984, onde foi descrito como “uma alucinação consensual”, criada pela conexão de todos os computadores do mundo, na qual bilhões de pessoas se deixavam submergir.

O ciberespaço de nossa realidade, neste início de século XXI, é muito mais amplo que o WWW (*World Wide Web*). Ele inclui a Internet e vários outros tipos de conexões digitais: interligações via satélites, redes de telefonia fixa e móvel, muitíssimas Intranets privadas, ligando grupos fechados ou empresas, bolsas de valores, instituições bancárias, órgãos governamentais, grupos criminosos e terroristas internacionais, instituições militares etc., às quais não se tem livre acesso.

Além disso, crescentemente as tecnologias de rede incorporam-se ao nosso cotidiano, tornando-se “invisíveis” e confundindo-se com os próprios equipamentos urbanos coletivos que nos rodeiam. Elas estão presentes em sistemas de controle de tráfego nas grandes cidades, possibilitando um melhor fluxo do transporte coletivo e evitando congestionamentos; interligando centros médicos e permitindo diagnósticos à distância; conectando a rede bancária e facilitando saques e operações bancárias no terminal 24 horas na esquina de nossas casas; dinamizando e otimizando a oferta de vagas e a matrícula em escolas públicas; possibilitando que entreguemos via Internet nossa declaração de imposto de renda; dando acesso a informações sobre atividades culturais em nossa cidade a partir da telinha de um celular.

Usos socialmente adequados das tecnologias digitais nos equipamentos coletivos e no próprio tecido de nossas cidades, com geração de benefícios para o conjunto dos cidadãos, é também uma forma de se promover a “inclusão digital” e social.



Clic....

As tecnologias, incluindo naturalmente as digitais, não são unidirecionais, nem têm uma dinâmica própria e pré-determinada de desenvolvimento. A criação e o uso de tecnologias são processos sociais. É preciso cuidado com o pensamento enviesado pelo determinismo tecnológico, que nos leva a raciocinar em termos de uma suposta “neutralidade da técnica” e a concentrar esforços em estudar seus “impactos” na sociedade. Toda tecnologia é apropriada diferencialmente pelas sociedades. A apropriação e o uso da Internet são muito diferentes no Brasil, na Noruega ou no Nepal. As formas dessa apropriação são, em grande medida, atos políticos. Faz uma grande diferença, por exemplo, usar ou não usar “*softwares* livres”, – que não dependem de pagamento de licenças a multinacionais e podem ser modificados de acordo com nossas necessidades específicas –, em computadores de órgãos governamentais e empresas públicas. Nossa maneira de ver, de compreender as tecnologias é essencial para decidirmos nossos modos de usá-las. Ou não usá-las.



Bibliografia minimalista para saber mais sobre o Mundo Digital

CASTELLS, Manoel; BORGES, Maria Luiza. *A galáxia internet*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

NEGROPONTE, Nicholas. *Ser digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sítios essenciais para começar a explorar o Mundo Digital

Atlas do Ciberespaço. Um impressionante conjunto de cibermapas retratando a geografia do ciberespaço. Algumas representações em 3D são brilhantes.

<http://www.cybergeography.org/atlas/atlas.html>

BOCC. Sítio da Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação, criado pelo Prof. Antonio Fidalgo, da Universidade da Beira Interior, em Portugal. É hoje o maior repositório de material em português sobre aspectos da comunicação na sociedade contemporânea.

<http://bocc.ubi.pt>

Ciberpesquisa. Sítio do Centro Internacional de Estudos Avançados e Pesquisa em Cibercultura, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Disponibiliza farto material sobre a Sociedade da Informação, Cibercultura, Jornalismo na Internet e assuntos correlatos. <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa>

Comitê Gestor da Internet no Brasil. O Comitê Gestor tem como atribuição principal fomentar o desenvolvimento de serviços Internet no Brasil. Foi criado em 1995 e é uma excelente fonte para informações sobre a Internet no Brasil.

<http://www.cg.org.br>

Dados comerciais sobre a Internet no Brasil e no Mundo. A Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico e a *E-Consulting Corp.*, uma empresa de consultoria empresarial, mantém dados atualizados sobre a Internet no Brasil e no mundo: volume de negócios *on-line*, verbas gastas em publicidade na Net, número de usuários, uso da banda larga etc.

<http://www.camara-e.net/>

http://www.e-consultingcorp.com.br/insider_info/indicadores.shtml

Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line. O mais antigo grupo de pesquisa brasileiro sobre jornalismo na Internet. Disponibiliza a produção de vários pesquisadores e oferece *links* para o estudo de jornalismo na Internet. <http://www.facom.ufba.br/jo/>

Hackers, Crackers e Cyberpunks. *Hackers, crackers, cyberpunks, phreakers, lamers* e outros personagens do *underground* da cibercultura podem ser encontrados nos sítios:

<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cyberpunk/index.html>

<http://www.hackers.com.br>

<http://www.hackpalace.com/brazil>

<http://www.brasil.terravista.pt/Magoito/2353/hacker.html>

História da Internet. Uma linha do tempo, contando a história da Internet, desde seus primórdios. Sítio produzido pelo jornal *Último Segundo*.

http://www.ultimosegundo.com.br/historia_internet/

Quanta Informação há no mundo? Sítio de uma pesquisa realizada na Universidade de Berkeley, que busca quantificar quanta informação está sendo produzida anualmente. Em inglês.

<http://www.sims.berkeley.edu/research/projects/how-much-info-2003/>

Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade. Sítio de um Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), que, desde 1995, dedica-se a estudar aspectos variados do mundo digital e da cibercultura.

<http://www.facom.ufba.br/cibespesquisa/tics>

Violência

Guerra urbana, violência, segurança pública,
comunicação, academia, redes.

Suzana Varjão
suzanav@atarde.com.br

Provocados pela Liga das Nações, Albert Einstein (1879-1955) e Sigmund Freud (1856-1939) abriram, entre 1931-1932, um diminuto parêntesis em suas respectivas atividades para debruçarem-se sobre a questão da guerra. Queria a Liga não apenas fazer com que mentes privilegiadas refletissem sobre assuntos de interesse da coletividade, mas empresassem a estes temas a grandeza de seus nomes, suas pesquisas, suas descobertas científicas.

Assim, em 1931, o físico alemão escreve ao neuropatologista austríaco, convidando-o a conferenciar “a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar” (EINSTEIN *apud* NATHAN, 1960, p.186-203). E inicia o debate desafiando seu interlocutor com uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?” (*Ibidem*, p.186-203)

O teórico da relatividade estava convencido de que

aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vista de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. (EINSTEIN *apud* NATHAN, 1960, p.186-203)

Einstein demonstra estar consciente das múltiplas faces do problema, mas foca sua preocupação na Guerra Territorial e propõe, objetivamente, “a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações” (*ididem*, p.186-203), ainda que finalize a sugestão com observações céticas sobre sua eficácia, dada a natureza do homem e de seus fatores psicológicos.

O teórico da subjetividade acha a proposta de Einstein enfadonha e estéril (JONES, 1957, p.187). Não propriamente pelo tema, sobre o qual já havia discorrido – “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte” (FREUD, 1974, p.257-270); “Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra” (*Ibidem*, p.310-341) –, mas pela intenção do pesquisador, de rastrear soluções para o problema. E rejeitando a proposição de medidas práticas, dispõe-se a contribuir com a análise geral do fenômeno.

Mas, intencionalmente ou não, acaba demarcando, objetivamente, um “caminho para métodos de ação” (EINSTEIN *apud* NATHAN *op. cit.*, p.186-203), como sugerira Einstein. Imprescindível, a transcrição de um longo trecho da carta-resposta de Freud:

[...] No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instru-

mentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo.

A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo – uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo dismantelamento de sua força.

Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição, e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo.

Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual, que mencionarei posteriormente. À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação.

Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da idéia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior – a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este?

Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos.

os fracos. *L'union fait la force*. A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só.

Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade [...]. (FREUD *apud* RICKMAN, 1968, p. 82-97)

Brasil, 2005

É inspirada por esta experiência que ousou dialogar com a Academia¹ sobre a guerra urbana, intestina, que corrói o tecido social de Salvador, da Bahia, do Brasil. Obviamente, na posição de uma pragmática jornalista que, consciente de sua impotência diante de tão relevante assunto, busca instigar aqueles que, “absorvidos na busca da ciência”, podem não apenas “mirar”, mas ajudar a minimizar os efeitos deste grave problema social.

A violência é fenômeno complexo, multifário, pluridimensional. Data, como pontuou Freud, dos primórdios da humanidade, e reveste-se de diferentes características em cada local em que se manifesta, ora assumindo, majoritariamente, o caráter cultural (vide a intolerância religiosa), ora o econômico – este, caso do fenômeno brasileiro, baiano, soteropolitano.

Dados de recentes pesquisas desenham dimensão e característica do problema:

[...] No Brasil, as causas externas² têm-se mantido, nos últimos anos, no segundo lugar entre as situações que causam mais mortes na população, ultrapassadas apenas pelas

doenças cardiovasculares. Em Salvador, as causas externas produziram 7.749 óbitos entre 1997 e 2001, numa média de 1.550 por ano e mais de 4 por dia [...] (VIOLÊNCIA, Fórum Comunitário de Combate à, 2002, p. 8)

Diz, ainda, a pesquisa, que “[...] analisando-se os principais componentes destas mortes, pode-se perceber que o homicídio participa com mais de 50% do total [...]”. E mais: “[...] A análise das mortes por causas violentas ocorridas em Salvador nos anos de 1997 a 2001 evidencia a existência de uma vítima preferencial, com um tipo de perfil predominante: homem, negro, jovem, solteiro, com baixa escolaridade [...]” (*Ibidem*, p.8 e 19).

Vejamos um trecho de outro documento que trata da ponta do Sistema de Segurança Pública – ou seja, do aparato policial:

Reiteradas vezes, em nome do combate à violência, têm sido praticadas ações violentas, ou atuações que excedem as regras democráticas, especialmente contra indivíduos que, proporcionalmente, são os que mais necessitam da proteção dos órgãos de segurança pública. Realizadas fora da conformidade das normas do sistema, tais ações evidenciam um subsistema que atua através de condutas violadoras dos direitos humanos, como:

- Prisões arbitrárias;
- Abuso de autoridade, constrangimentos e maus-tratos impostos aos suspeitos detidos para averiguações;
- Torturas e maus-tratos nas delegacias e nos presídios;
- Intervenções violentas, submetendo a população a tratamentos “excepcionais”, especialmente nos bairros mais pobres;
- Adoção de “esquemas” impróprios para o desempenho das funções policiais, como a inclusão da figura do X9 para a obtenção de informações;

- Execuções sumárias.

Tratado como sistema paralelo, esse universo, aliado a outros fatores, tem produzido distorções graves nos quadros da segurança pública, como:

- Corrupção;
- Utilização da máquina pública para finalidades particulares;
- Atuação em atividades criminosas, inclusive no universo do crime organizado, com a utilização do aparato policial para dar segurança às investidas das quadrilhas, oferecer base logística e impedir investigações;
- Utilização de função policial pública para realizar atividades de segurança privada;
- Impunidade. (VIOLÊNCIA, Fórum Comunitário de Combate à, 2002, p. 6 e 7)

Ainda na literatura contemporânea, encontramos outro dado esclarecedor sobre o tema em foco: pesquisas sobre os veículos brasileiros de comunicação demonstram que a Polícia é a grande voz do noticiário sobre violência contra crianças e jovens na mídia impressa. “A presença da Polícia, como fonte, é claramente percebida em 48,87% das reportagens, artigos, editoriais, entrevistas e infográficos com enfoque nesse tema”. (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003, p. 42).

Os meios baianos seguem a tendência nacional, priorizando fontes policiais, em detrimento de outras:

[...] Polícia aparece em primeiro lugar, seguida de Pessoa Física e Família/Mãe. O Ministério Público, os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Políticas Públicas foram consultados em número quase inexpressivo de matérias. Já os Conselhos de Direitos não foram procurados uma única vez pela mídia (INTERATIVA, Cipó Comunicação, 2003, p. 39).

Modelo Perverso

Os trechos dos trabalhos acima citados nos dão pistas para a compreensão da face brasileira (baiana, soteropolitana) da violência. São, em primeiro lugar, inequívocos sinais da opção pelo modelo de “segurança” baseado na eliminação do homem. Um modelo centrado no uso da força bruta, de indivíduos contra indivíduos, à revelia da “violência” comunitária, ou seja, da lei.

Em outras palavras, estamos assistindo ao extermínio de negros nas periferias das cidades. Jovens que, considerados “perigosos”, por serem econômica, racial e culturalmente diferentes dos agrupados no ápice da pirâmide social, são aleatoriamente e indiscriminadamente eliminados, em nome da segurança destes. E isso, infelizmente, sob o beneplácito da mídia.

Não se trata, aqui, apenas, da adoção de modelos de dominação “pela violência bruta *ou* pela violência apoiada no intelecto”, mas pela violência bruta apoiada no intelecto – num claro e preocupante sinal de involução humana. Depoimento colhido pela pesquisadora Regina Benevides e registrado por Cecília Coimbra, em “Operação Rio – o mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2001, p. 61 e 62), é ilustrativo da situação:

[...] Numa batida na Cidade de Deus, um bairro do Rio de Janeiro, a Polícia prendeu, como suspeitos, 140 pessoas que não conseguiam provar, naquele momento, que trabalhavam. A polícia não encontrou bandidos e todos afinal foram liberados. Mas o delegado deu uma entrevista à imprensa dizendo-se muito satisfeito: ‘pelo menos a gente fotografa e ficha eles’. Você fotografa e ficha porque, quando precisar de algum culpado, é fácil. Diz o delegado: ‘é claro que *eles* ficam marcados definitivamente, na próxima batida [...], eles já serão considerados pessoas com antecedente, porque eles já estiveram numa batida anterior’. Enquanto não descobre, a polícia fabrica suspeitos e impune-

mente fornece aos jornais os nomes dos acusados, porteiros de prédios, bombeiros, hidráulicos, pedreiros, empregadas domésticas [...]. (BENEVIDES, 1983, p. 50)

Não é preciso dizer que os meios de comunicação social publicam/divulgam os nomes fornecidos por suas fontes preferenciais (não-raro, únicas) de informação, transformando cidadãos em suspeitos, suspeitos em culpados, culpados em reincidentes, reincidentes em “mortos pela Polícia em troca de tiros”. Ou seja, não estamos falando “apenas” da adoção de um modelo perverso (e ineficaz) de segurança, mas da distorção deste modelo perverso, que a todos ameaça.

Fácil, entender como este *modus operandi* está conseguindo sustentação – ou legitimação. Ajudada pelo intelecto, a força bruta convence a sociedade de que a está livrando de perigosos bandidos. E, na ausência de quem lhes diga que isso é uma mentira, a sociedade dorme, tranqüila – até o dia em que encapuzados batem à sua porta e espancam, torturam, violentam, assassinaam, somem com seus filhos.

Resumindo, incapaz de compreender e buscar soluções para a gênese brasileira do fenômeno – a desigualdade social –, a sociedade está delegando aos governos a tarefa não apenas de executar, mas de pensar o modelo de segurança pública (ou de gerenciamento de conseqüências). E, sem massa crítica que lhes oriente ou lhes faça oposição, os encarregados de interromper o ciclo da violência estão fazendo exatamente o oposto.

Por tudo isso é que, correndo risco de parecer enfadonha, defendo a (re) assunção, por parte da Academia (em geral e de Comunicação em particular), da tarefa de (re) orientar o sistema e ajudar a sociedade – brasileira, baiana, soteropolitana – a sair do estado de barbárie em que se encontra. Acredito não ser, em absoluto, uma opção inútil. Muito pelo contrário.

O déficit de reflexão da Academia (baiana) de Comunicação, especificamente, começa em sala de aula, em função da estruturação dos currículos, pobres em disciplinas que conduzam os profissionais a abordagens mais conscientes sobre os atentados à vida e à dignidade da pessoa, permitindo-lhes superar, ao menos, o vício de reduzir este grave problema de saúde pública (segundo a Organização Mundial da Saúde) a um “Caso de Polícia”.

Há um número razoável de pesquisadores debruçados, em Salvador, sobre a temática da violência em geral – ainda que, em sua maioria, de forma esporádica. São cerca de 30, de acordo com um levantamento que vem sendo realizado por estudantes da Universidade Estadual da Bahia (CORDEIRO, 2001, p.61 e 62). Poucos, porém, preocupam-se em analisar a ponta do Sistema de Segurança Pública, ou seja, a Polícia – favorita da práxis, quase ignorada pela ciência.

Entre os que se dedicam, especificamente, a este recorte, pode-se citar Gino Taparelli (UNEB), Eduardo Machado (UFBA), Heloniza Costa (UFBA), Jairnilson Paim (UFBA), Ivone Freire (UFBA), Maria Conceição Casulari (UFBA), Ceci Vilar (UFBA) e Tânia Cordeiro (UNEB). Quando se trata da intersecção entre a ponta do sistema e os comunicadores, o grupo é mais reduzido: apenas as duas últimas pesquisadoras concentram-se na análise sistemática do tema.

Há, ainda, uma característica comum aos três citados grupos. Não por acaso, a mesma que identifica as principais vítimas da guerra de extermínio no Brasil, na Bahia, em Salvador: a invisibilidade. Ou quase. Considerada “menor”, “ordinária”, a pesquisa sobre violência não tem encontrado na Academia espaço que a destaque, que lhe dê projeção e, portanto, potencialize seus efeitos.

Aqui e ali, observam-se esforços consideráveis para modificar esta situação. O trabalho de articulação (palavra-chave quando se fala em enfrentamento da violência) do Fórum Comunitário de Combate à Violência,³ coordenado pela Academia de Saúde da UFBA, tem sido de fundamental importância para a mudança de paradigmas na forma de diagnosticar e enfrentar o problema da violência. Mas, os meios de comunicação social demoraram a absorver as atividades da rede.

Apesar da importante iniciativa, até pouco mais de três anos o discurso do Fórum não repercutia junto à mídia. Não só pela incapacidade de compreensão e absorção de um modelo que não correspondia ao formato *standard* – e fracionado – das assessorias, dos *releases* etc, como pela falta de consciência dos comunicadores em geral sobre a real dimensão do problema da violência na cidade. (VARJÃO, 2004, p. 12 - no prelo)

Consciente de que uma das grandes contribuições para o enfrentamento do fenômeno da violência é estabelecer/ identificar/ fortalecer pontes entre Ciência & Práxis, Academia & Comunidade, Pesquisadores & Comunicadores é que um grupo de jornalistas, radialistas, fotógrafos, colunistas, publicitários, pesquisadores, estudantes e empresários de comunicação fundou o Movimento Estado de Paz – Uma Ação pela Vida⁴, que, dentre outras coisas, vem dando visibilidade ao FCCV e seus mais de 100 parceiros.

A estruturação do Banco de Dados de Pesquisadores em Violência, coordenada pela Universidade Estadual da Bahia, é determinante para a superação da “invisibilidade” dos esforços acadêmicos. A absorção do Movimento Estado de Paz, pela Faculdade de Comunicação, foi/é outra importante iniciativa da academia da UFBA⁵. Mas, há, ainda, muitos vácuos a serem preenchidos.

Concluindo, é imprescindível que a Academia baiana, de modo sistêmico, teça redes e potencialize seu discurso, com vistas a minimizar os efeitos da violência em nosso Estado. Afinal, mesmo Freud – e todo o seu desdenhoso ceticismo – acreditava que se “[...] não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra”. (FREUD, *apud* RICKMAN, 1968, p. 82-97).

Notas

¹ O termo Academia é usado, aqui, para designar, de forma genérica, o conjunto de pensadores, pesquisadores, estudiosos e professores das diversas unidades de ensino superior.

² Causas externas = causas violentas.

³ Fórum Comunitário de Combate à Violência. Criado a partir da constatação de que a violência era o principal problema de saúde na capital baiana, em agosto de 1996, o FCCV é uma instância permanente de articulação de esforços e recursos para o enfrentamento da violência. Integram a rede movimentos e organizações governamentais, não-governamentais, comunitárias, religiosas e empresariais, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade em relação ao fenômeno e desenvolver ações estratégicas para propor e acompanhar a articulação, a formulação e a implementação de políticas públicas de combate ao mal. Sede: Campus Universitário do Canela, S/N – Canela; 4º andar da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. CEP: 40.110.060. Salvador. Bahia. Telefax: (71) 3235-7664 / 3247-7101; Home page: www.fccv.ufba.br E-mail: fccv@ufba.br

⁴ Movimento Estado de Paz. De estrutura simples e dinâmica, é composto, basicamente, por dois grandes núcleos (de comunicadores e de organizações) que, articulados, trabalham para diminuir o índice de violência no Estado da Bahia. Em fase de ampliação e consolidação, o movimento dedica-se à estruturação do Núcleo Interinstitucional de Estudos Sobre Comunicação e Violência e de uma ferramenta estratégica de articulação, informação, formação e monitoramento da violência: o Banco de Dados On Line (www.estadodepaz.com.br), que abriga os Observatórios da Mídia (<http://www.estadodepaz.com.br/observatorio/noticia.asp?ID=1024>) e da Violência (<http://www.estadodepaz.com.br/observatoriodaviolencia/noticia.asp?ID=1009>). Sede: Rua Barão de Geremoabo, S/N, Sala 38, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Campus de Ondina. Salvador. Bahia. CEP: 40.170.290. Fone/Fax: (71) 263-6199. E-mail: estadodepaz@estadodepaz.com.br.

⁵ A Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, sob a gestão do professor Albino Rubim, vem emprestando apoio material, logístico e pedagógico para a estruturação do Banco de Dados sobre Violência e do Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre Comunicação e Violência Estado de Paz – duas iniciativas importantes para a articulação, ampliação e consolidação da Rede Acadêmica de Comunicação em relação à temática da violência. Mais informações sobre a instituição em www.facom.ufba.br.

Referências

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio* – o mito das classes perigosas. Niterói: Editora Intertexto, 2001. p. 61 e 62.

CORDEIRO, Tânia. *Banco de dados de pesquisadores em violência*. Salvador: Editora FCCV/UNEB, 2005 - em processo.

EINSTEIN, Albert. Why war? In: NATHAN, Otto; NORDEN, Heinz, *Einstein on peace*. New York: Schocken Books, 1960. p. 186-203 Ou (<http://www.cis.vt.edu/modernworld/d/Einstein.html>)

FREUD, Sigmund. Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra (Trad. Jayme Salomão). In: *Obras completas*, Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XVII, p. 257-270.

_____. Reflexões para os tempos de guerra e morte (Trad. Jayme Salomão). In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV, p. 310-341.

_____. Why war? In: RICKMAN, John. *Civilization, war and death: selections from three works by Sigmund Freud*. London: Hogarth, 1968. p. 82-97.

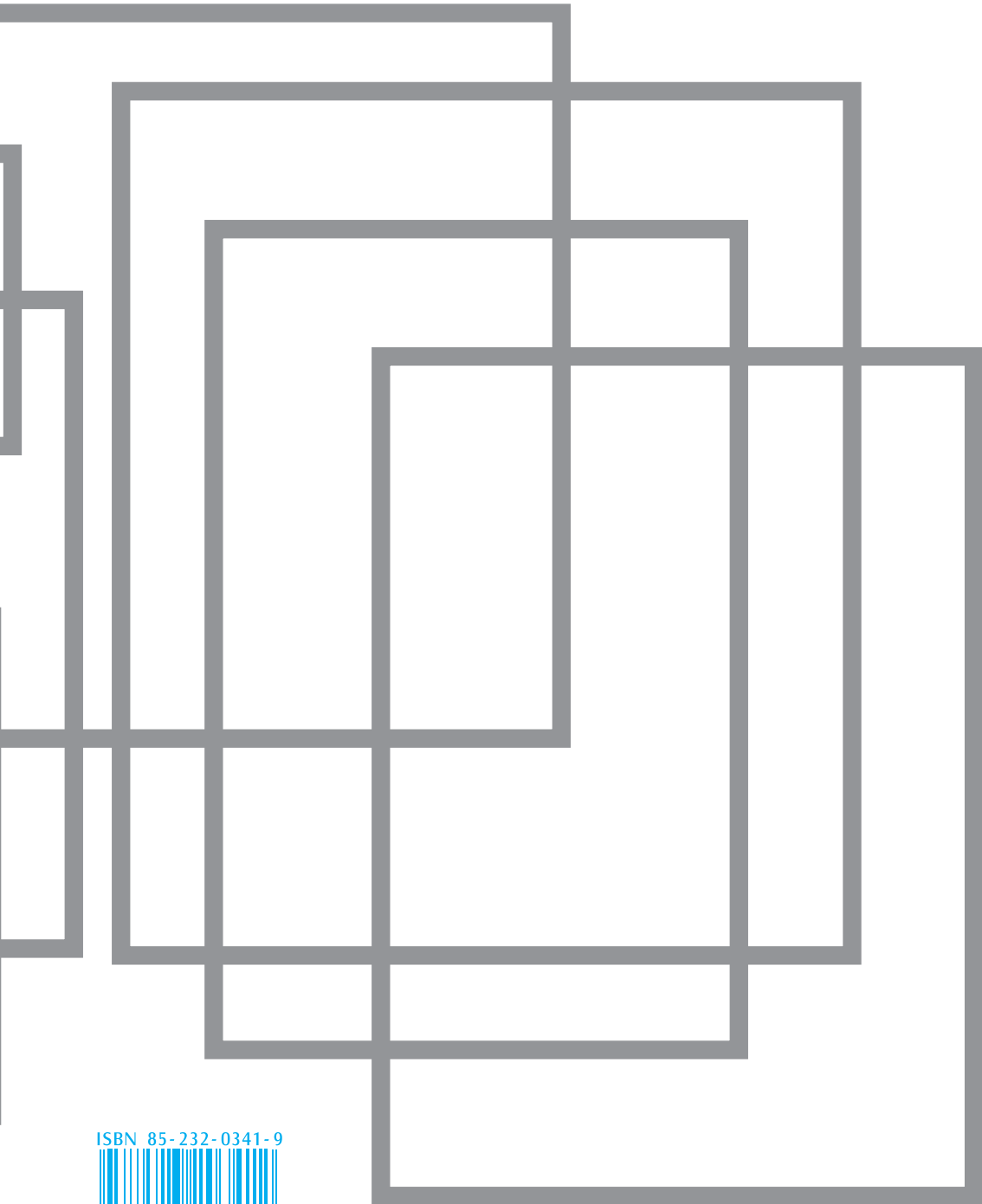
INFÂNCIA, Agência de Notícias dos Direitos da Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira – Relatório 2002/2003. Brasília: Editora ANDI, 2003. p. 42.

INTERATIVA, Cipó Comunicação. *A criança e o adolescente na mídia Bahia e Sergipe – 2002*. Salvador: Editora Cipó/ANDI, 2003. p.39

JONES, Ernest. *The life and work of Sigmund Freud*. New York: Basic Books, 1957. v. III, p.187.

VIOLÊNCIA, Fórum Comunitário de Combate à. *O rastro da violência em Salvador II – Mortes de residentes em Salvador, de 1998 a 2001*. Salvador: Editora FCCV, 2002. p. 8 e 19.

	COLOFÃO
Formato	15 x 21 cm
Tipologia	Aldine 401 BT 11/15 Castle T e Castle T Ling
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	ESB - Serviços Gráficos
Tiragem	500



ISBN 85-232-0341-9



9 788523 203412